

# Avante!

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 58 - Série VII - N.º 746  
14 de Abril de 1988  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

## Pacote laboral em discussão na AR

Hoje

# CONCENTRAÇÕES E OUTRAS LUTAS

• Frente à Assembleia da República, às 19 horas, concentração convocada pelas Uniões Sindicais de Lisboa e Setúbal, pela recusa da autorização legislativa pedida pelo Governo, para exigir a discussão pública do pacote laboral



Álvaro Cunhal na Madeira,  
Domingo, dia 17

pág. 10/Semana

XII

# festas Avante!

Vem conhecer  
o terreno da Festa!

Domingo

17 de Abril  
9.30 horas

Pág. 11/Semana



em defesa da  
Reforma Agrária  
**MARCHA  
PARA  
LISBOA**

Pág. 12/Semana



**Amar o Tejo viver a paz**

Uma ideia feita Festival Jovem



AMAR  
O TEJO  
VIVER  
A PAZ

Pág. 1/2/3/Em Foco

**PORTO**  
Conferência regional do Partido



## Novas perspectivas

**P**restes a entrar no décimo quinto Ano da Revolução de Abril é um facto evidente que Portugal democrático se encontra numa situação de instabilidade e de acesa confrontação social em resultado da aceleração dos planos de restauração dos monopólios a que febrilmente se entrega o Governo Cavaco Silva/PSD.

Significativamente, é também um facto incontroverso o alargamento e reforço do movimento operário e popular de massas em torno dos direitos, liberdades e garantias elementares gravemente ameaçados; a intensificação da luta institucional com particular relevo no enfrentamento da contra-revolução legislativa; a terminante resposta do vasto mundo do trabalho à desenfreada ofensiva antioperária do Governo cavaquista estreitamente vinculado à defesa dos interesses do grande capital — resposta cuja expressão mais saliente é o amplo movimento grevístico que tem abarcado sectores profissionais muito vastos e de que a manifestação mais vigorosa e combativa foi a Greve Geral de 28 de Março, a maior de sempre em Portugal, que envolveu a participação de mais de 1 milhão e 600 mil trabalhadores de todo o País.

A concentração de amanhã frente à Assembleia da República, quando está previsto o início do debate parlamentar da autorização legislativa pedida pelo Governo para a imposição do pacote laboral, e a marcha da Reforma Agrária para Lisboa de 19, 20 e 21, que está mobilizando milhares de trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo e despertando um vasto movimento de solidariedade das populações do percurso, constituirão novas e importantes jornadas de luta e de continuação do protesto popular contra a política cavaquista.

Nestas duas vertentes da situação actual se está processando um sensível deslocamento de forças no plano social e político desfavorável ao Governo Cavaco Silva/PSD, se está aprofundando o divórcio entre o povo e a direita governante, se está avolumando a oposição popular à perigosa ameaça de destruição do regime democrático e das suas conquistas fundamentais, objectivo essencial imediato da política cavaquista.

**O** PSD, Cavaco Silva e o seu Governo deixaram de contar politicamente com a base maioritária obtida nas eleições de 19 de Julho de 1987. Só os políticos míopes não o vêem.

O conflito insanável entre o Governo cavaquista e os interesses de grande parte dos que nele votaram nas últimas eleições, assinalado pelo CC do PCP logo ao dia seguinte do acto eleitoral, tornou-se uma realidade insofismável do momento presente.

É já notória a falta de correspondência entre a base parlamentar do Governo e a sua base política e popular de apoio.

Cavaco Silva não se cansa de reivindicar em apoio dos seus planos restauracionistas a legitimidade do voto popular de 19 de Julho mas evidentemente é já uma «conversa» que soa a falso.

E é porque se dá conta disso que o Primeiro-Ministro empreende uma verdadeira fuga para a frente ao insistir em levar avante num semestre da actual legislatura — mesmo tentando impor a «lei da rolha» à oposição democrática e metendo na ordem os recalcitrantes da maioria parlamentar domesticada do PSD — as suas celebradas «reformas de estrutura», a «pacotada»: das reprivatizações, das leis laborais, das leis agrárias, das leis eleitorais, das da saúde, das do ensino e outras, profundamente contestadas por largos sectores da sociedade portuguesa.

Simultaneamente vai criando factos consumados abertamente inconstitucionais em todos os sectores de actividade nacional como degraus para a revisão subversiva da Constituição, vai acenando, principalmente ao PS — como se leu na entrevista do ministro Capucho a um órgão da comunicação social —, com a promessa de que «o Governo não será surdo» às propostas «justas, correctas e positivas» que sejam apresentadas pela oposição mas... «somente» depois da aprovação do decreto resultante da autorização legislativa!

Ganhar o PS para a sua revisão subversiva da Constituição que não pode fazer sem a maioria de dois terços dos deputados, é claramente o objectivo dos cantos de sereia da direita governante.

As concepções de «modernidade» das estruturas económicas e sociais, de «construção de um Portugal europeu» bastas vezes proclamadas por Cavaco Silva e pelos círculos portugueses do capital financeiro — as suas celeradas «reformas de estrutura» — nada ou muito pouco têm a ver com a necessária correcção dos nossos desequilíbrios estruturais, regionais e sectoriais endémicos, com o progresso económico, social e cultural do nosso país sob o ângulo dos interesses nacionais do povo português.

Os problemas da interioridade no território continental e da insularidade das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, com os inerentes fenómenos da desertificação, do atraso económico, social e cultural, da macrocefalia e dos desequilíbrios regionais, não se resolvem à maneira cavaquista com a indiscriminada eucaliptização da nossa superfície agrícola útil, com a criminoso destruição da nossa riqueza florestal, com a criação de «safaris» e o regresso do mato e das coutadas à zona do latifúndio.

**E**xigem antes uma política nacional de fomento económico e produtivo, o reconhecimento, a planificação da exploração e do aproveitamento criteriosos dos recursos nacionais e medidas financeiras atinentes; exigem uma política económica e financeira que liberte progressivamente Portugal da dependência estrangeira, que promova a produção de produtos de substituição das importações, que reduza drasticamente o défice da nossa Balança Comercial (que só em 1987 se agravou em 66,9% e continua a agravar-se em escala ascendente nestes primeiros meses de 1988).

Exigem não um «pacote laboral» que legalize a completa insegurança no emprego e no mercado do trabalho mas uma política de emprego e de criação de novos postos de trabalho, a abertura de novos campos de actividade à nossa juventude.

Exigem não o aniquilamento e o esbulho dos pequenos e médios agricultores — que o ministro Álvaro Barreto já uma vez anunciou como um fatalismo do progresso da nossa agricultura — mas uma verdadeira política agrícola nacional que promova o bem-estar e a elevação das condições de vida nos campos, o respeito pela Reforma Agrária e uma política de apoio às UCPs/Cooperativas e aos pequenos e médios agricultores, como a que foi agora defendida e amplamente documentada na interpelação do Grupo Parlamentar do PCP sobre a política agrícola do Governo, de que fazemos larga cobertura neste número do «Avante!».

**E**xigem não a submissão rasteira dos nossos interesses nacionais aos desígnios e aos interesses económicos das multinacionais da CEE e dos Estados Unidos, mas o acatamento no seio da Comunidade dos interesses do nosso país, o financiamento e a implantação dos grandes planos de desenvolvimento da nossa economia nacional, elaborados, no fundamental, depois do 25 de Abril;

O Plano Siderúrgico Nacional, com o aproveitamento das nossas ricas reservas de minérios de ferro da região transmontana; a siderurgia do cobre, com o aproveitamento das nossas importantes reservas cupríferas — e não a progressiva destruição da Siderurgia Nacional e a entrega aos monopólios estrangeiros dos vastos recursos mineiros de Neves Corvo;

Exigem o acabamento do projecto do Alqueva, a implantação dos Planos do Vale do Tejo, do

# Resumo

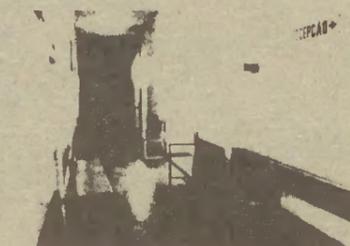
## 6 Quarta-feira

Deputados comunistas eleitos pelo círculo de Lisboa apelam às Organizações Representativas dos Trabalhadores para que estas reclamem junto da Assembleia da República o debate público da proposta de lei do «pacote laboral» ■ A 1.ª Brigada Mista Independente comemora em Santa Margarida o 10.º aniversário ■ É publicado no «Diário da República» o despacho governamental que fixa em 160 contos mensais a remuneração dos directores-gerais ■ O Benfica empata a zero golos, em Bucareste, na primeira «mão» da meia-final da Taça dos Campeões Europeus ■ As declarações de Shultz em Jerusalém confirmam que o seu «plano de paz» é no essencial dirigido contra a OLP ■ População da região de Guadalajara, em Espanha, ocupa acessos à central nuclear de Trillo, protestando contra a decisão de instalar na zona um depósito de resíduos nucleares ■ Os terroristas que sequestraram um avião das linhas aéreas do Kuwait, libertam 24 mulheres e mantêm 89 reféns no aparelho imobilizado em Masshad.

## 7 Quinta-feira

Apenas o PSD vota favoravelmente na Assembleia da República uma proposta de autorização para legislar sobre o arrendamento rural. Ao debate assistem dezenas de rendeiros e pequenos e médios agricultores ■ Representantes da CDU em Gondomar alertam em conferência de imprensa para o risco de os Serviços Municipalizados do concelho serem ocupados pela EDP ■ A coordenadora dos Sindicatos Médicos acusa o Governo, na véspera da greve, de se preparar para mentir sobre os níveis de adesão ■ Em Itália, a Comissão de Inquérito ao escândalo de corrupção conhecido por «prisões douradas» decide remeter ao Parlamento a decisão sobre se três ex-ministros devem ou não ser julgados ■ Explode em Maputo um automóvel armadilhado, atingindo gravemente o professor sul-africano Albi Sach, conhecido militante anti-apartheid ■ Mikhail Gorbachov afirma que o processo de resolução política da questão afegã chegou ao fim. O dirigente soviético faz tal declaração após o encontro havido com o dirigente afegão Najibulah.

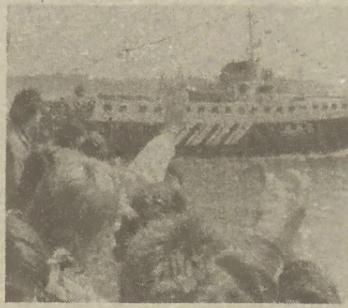
## 8 Sexta-feira



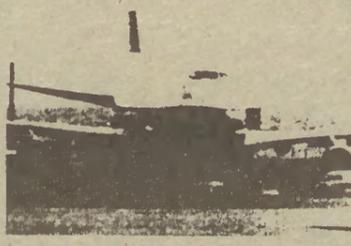
A greve nacional dos médicos regista uma adesão superior a 95 por cento, enquanto o Ministério da Saúde, tentando diminuir as razões da luta, atribui aos médicos salários fantasiosos ■ Dois trabalhadores da Cometna são detidos e identificados pela PSP, na sequência da concentração efectuada frente à sede da empresa reivindicando o pagamento de salários em atraso ■ Na Assembleia da República, o ministro Cadilhe é acusado pela oposição de co-responsabilidade

no caso Sonae. O PS apresenta pedido de inquérito parlamentar aos actos do Governo e da administração do grupo ■ A UGT apresenta ao Presidente da República um balanço da greve geral, afirmando que nesta tomaram parte 75 por cento dos trabalhadores por conta de outrem ■ É lançado oficialmente em Portugal o Centro Internacional para os Direitos Sindicais ■ Com a intervenção do presidente da Câmara do Porto, abre naquela cidade o V Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a participação de cerca de 800 delegados ■ O avião koweitiano sequestrado por terroristas voa para Chipre, onde aterriza no aeroporto de Larnaka ■ Diego Cordovez, mediador da ONU, anuncia em Genebra a conclusão de um acordo definitivo sobre o conflito afegão ■ O general Yang Shangkun é eleito presidente da RP da China ■ O Procurador da República do Panamá lança mandatos de prisão contra o destituído presidente Delvalle.

## 9 Sábado



Com um passeio fluvial, tem início o Festival «Amar o Tejo, Viver a Paz» ■ O Presidente da República recebe Carvalho da Silva, dirigente da CGTP/Intersindical Nacional que lhe apresenta dados sobre a greve geral ■ O bispo Desmond Tutu e mais outros oito bispos celebram serviço religioso em Oshakati, perto de uma base militar sul-africana na Namíbia, desafiando as autoridades do apartheid ■ Frank Carlucci afirma na Tunísia que não acredita que Israel planeie ataques aos mísseis sauditas ■ O presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, inicia visita oficial ao Brasil ■ Os terroristas que se apoderaram do avião koweitiano matam um dos reféns, expirado o prazo que concederam ao Kuwait para libertar 17 presos shiitas.



## 10 Domingo

O V Congresso da Associação Nacional de Municípios encerra com uma intervenção ao Presidente da República. Nas conclusões do Congresso reclama-se a criação de regiões administrativas ■ Em entrevista radiofónica, o general Hugo dos Santos admite que a corrupção possa chegar a altos postos na Guarda Fiscal ■ Cerca de 200 democratas confraternizam num almoço, em Lisboa, assinalando a proximidade das comemorações de

Abril ■ Comissão Nacional da Juventude Socialista elege nova Comissão Política ■ Reunidas em Évora, mulheres da CDU debatem problemas da sua participação nos órgãos do Poder Local ■ Terroristas abatem avião de passageiros no Afeganistão, com 29 pessoas a bordo ■ Explosões em cadeia num paiol situado nos arredores de Islamabad, Paquistão, causam cerca de 80 mortos e 800 feridos ■ No avião koweitiano sequestrado, os reféns começam a ser torturados pelos terroristas.

## 11 Segunda-feira



A CGTP/Intersindical Nacional apela à mobilização dos trabalhadores contra o pacote laboral, em iniciativas marcadas para o início da discussão deste na Assembleia da República ■ Uma delegação do PCP é recebida pelo Governo, ao abrigo do estatuto de oposição ■ Jorge Sampaio revela que o PS prepara uma série de propostas de alteração ao pacote laboral ■ Câmara Municipal de Famalicão acusa ministro da Juventude de «compadrio» por indicar instituição privada para a gestão do Centro Interjovem local ■ Embaixador dos EUA em Lisboa inicia visita aos Açores ■ Sobe para cerca de 400 o número de mortos, vítimas das explosões do paiol de Islamabad ■ Morre em Nicósia, com 80 anos de idade, o secretário-geral do Partido Comunista de Chipre, Ezekias Papaioannu ■ Delegações oficiais de Portugal e da China encontram-se em Lisboa para discutir Macau ■ Grupos paramilitares da extrema-direita assassinam dez camponeses na Colômbia ■ Terroristas do avião koweitiano abatem mais um refém.

## 12 Terça-feira

Vitor Constâncio afirma, durante as jornadas parlamentares do PS, que «não haverá revisão da Constituição», caso o PSD mantenha atitude rígida ■ Conferência de imprensa de dirigentes da FENCA divulga itinerário da Mar-



cha da Reforma Agrária ■ Trabalhadores das oficinas da Câmara Municipal de Lisboa entram em greve ■ Parlamento Europeu inicia discussão do projecto de Orçamento da CEE para 1988 ■ Morre em Joanesburgo, com 85 anos de idade, o escritor sul-africano Alan Paton ■ Em Hollywood, a Academia atribui 9 óscares ao filme «O Último Imperador», de Bertolucci ■ Avião koweitiano sequestrado parte para a Argélia com mais de 3 dezenas de reféns a bordo.

Mondego, da Cova da Beira e não o seu criminoso abandono;

Exigem uma política de fomento das pescas e de aproveitamento dos ricos recursos piscícolas da nossa Zona Económica Exclusiva, uma política de protecção, de ajuda financeira e de aumento da nossa frota pesqueira, e não o seu abandono e entrega aos grandes armadores da CEE.

As «reformas de estrutura» que Portugal necessita não são as da destruição do Sector Público e Empresarial do Estado e da Reforma Agrária visadas por Cavaco Silva, as da liquidação das pequenas e médias empresas da Indústria, do Comércio e Serviços, o esbulho dos pequenos e médios agricultores a que se devota o ministro Álvaro Barreto, aos quais ele traz novas sombras quando diz que «a curto prazo, a crise da PAC (Política Agrícola Comum, da CEE) vai representar um acréscimo de dificuldades para a agricultura portuguesa nos próximos anos».

Não é a «estruturação» económica que Ernâni Lopes, o financeiro e antigo ministro da Economia e Finanças, preconiza que resolve o atraso e a falta de «modernidade» da nossa economia, mas evidentemente uma política que respeite e auxilie os diversos sectores económicos (o estatal, o cooperativo, o privado), uma estruturação que sirva os interesses nacionais e permita a médio prazo vencer os nossos atrasos em relação aos outros povos da Europa.

É tudo isto que dá no fulcro da luta dos trabalhadores, dos agricultores, dos jovens, das mulheres, dos reformados e pensionistas (a quem o Governo «esmolera» de Cavaco Silva distribui de vez em quando, como agora, ridículas «esmolas» e não reformas e pensões que garantam aos velhos trabalhadores condições mínimas de subsistência), dos deficientes, dos trabalhadores intelectuais, das profissões liberais.

E é tudo isto que concita à unidade, à acção comum, à convergência democrática, ao largo entendimento social e político que pode abrir num prazo mais curto do que alguns prevêem, condições favoráveis a uma necessária mudança de Governo e de política, a uma alternativa válida ao reinado em declínio de Cavaco Silva, do PSD e do seu Governo.

A classe operária está dando o exemplo e o exemplo está a frutificar. Amplos sectores sociais entram em luta. Encaremos na base realista que se está abrindo na situação nacional as grandes batalhas políticas do futuro imediato.

As grandes jornadas democratas e unitárias do 25 de Abril e do 1.º de Maio rasgarão certamente novas e promissoras perspectivas.

**Avante!**  
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa  
CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Litoral, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa  
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora  
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro  
Tel. 24417

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heská Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

# Semana

Avante!

Ano 58 — Série VII

N.º 746

14 de Abril de 1988

2.º Caderno

Não pode ser vendido separadamente

Hoje

Em Lisboa e no Porto

## Concentração e outras lutas contra o pacote cavaquista

• Apelo  
a um 1.º de Maio em unidade



Uma circular do CG da SN, que mais parece «uma ordem do Ministério do Interior do regime fascista», constituiu uma das reacções de mais clara desmobilização da greve geral do dia 28. Sem prejuízo de posterior tratamento desse e doutros casos de ilegalidade, com a cobertura de um Governo, que pretendeu fazer da greve uma acção ilegal contra o direito ao trabalho, referimos hoje uma tomada de posição recente das organizações representativas dos trabalhadores da Siderurgia Nacional (CISE e COTRA), que colaboram, apesar das dificuldades criadas pelo Conselho de Gerência, autor daquela circular, nas comemorações do 13.º aniversário da nacionalização da SN, que decorrerão na fábrica da Maia, Porto, e certamente também no Seixal, por iniciativa principal dos trabalhadores (foto de arquivo: fábrica do Seixal)

A CGTP, que acaba de apelar publicamente a um 1.º de Maio que deve ser comemorado este ano dentro do «mais largo espírito de unidade», para além das barreiras «sindicais, políticas e ideológicas», promove hoje, principalmente em Lisboa e no Porto uma concentração e uma deslocação de sindicalistas. A primeira, que incluirá trabalhadores de Setúbal, está anunciada para junto da Assembleia da República; a segunda será na sede do Governo Civil portuense. Estas iniciativas de luta, a que certamente se juntarão outras, destinam-se a protestar, no seguimento da greve geral do passado dia 28, contra a legislação conhecida como pacote laboral e repudiada largamente através daquela acção de luta, que mobilizou não só os trabalhadores e os sindicatos como os mais amplos sectores de opinião.

Estas acções de luta promovidas pela CGTP-IN ocorrem num momento em que se recolhem dados muito mais esclarecedores do que os inicialmente fornecidos

sobre a adesão à greve geral. Ocorrem num momento em que também se revelam publicamente as tentativas para desarmar em parte aquela acção de luta nos sectores mais sensíveis, com relevo para os transportes e para determinados sectores da Administração Central.

Na conferência de Imprensa da passada segunda-feira, em que estiveram presentes os membros da comissão executiva, José Ernesto Cartaxo, José Luís Judas, Fernando Loureiro, Manuel Lopes, Maria Emília e Américo Nunes, insistiu-se na continuação da luta e em acções concretas, «caso o Governo persista em posição irreductível — disse Manuel Lopes — e a Assembleia da República não corresponda aos anseios dos trabalhadores».

Recorde-se (ver páginas 4 e 5 desta «Semana») que é precisamente hoje que tem início o debate do pacote laboral na Assembleia da República, onde, segundo foi anunciado anteontem, o deputado PSD e TSD Arménio

Santos pediu a suspensão do mandato pelo período em que decorrer aquele debate. A suspensão pode, aliás, ser extensiva a outros deputados-sindicalistas pertencentes à tendência TSD da UGT que, como se sabe, «furou» a greve geral depois de a ela ter aderido oportunamente.

Manuel Lopes, dirigente nacional da Inter, disse ainda na mesma conferência de Imprensa que a CGTP não deixará de encontrar «as formas de acção adequadas» à continuação da luta contra o pacote laboral.

Confirmava-se, entretanto, a marcha anunciada para o próximo dia 19 contra o pacote agrícola. Em conferência de Imprensa na Casa do Alentejo, marcada para anteontem, as organizações representativas dos trabalhadores da Reforma Agrária e da generalidade da agricultura no Centro e Sul do País confirmavam a realização dessa e de outras acções de luta e protesto, designadamente para os próximos dias 16 e 17, no Forum Picoas, como estava anunciado e aqui referimos na semana passada.

### Formação profissional

## Coisas ignóbeis

Trabalharão os mendigos — se é que trabalho se pode chamar à sua actividade periférica, ambulatória — por estrita conta própria? Talvez; mas só nas zonas mais atrasadas, rurais; não aqui, no centro da Lisboa em U; no Metro, à hora das compras. É quase certo que terão, não diremos todos, porém alguns, uma entidade empregadora. Não nos custaria mesmo admitir que todos são afinal, praticamente, trabalhadores por conta de outrem (os TPCOs das estatísticas), se não fosse o próprio e inegável facto de os mendigos não figurarem em estatísticas acessíveis e o facto ainda, também duro de roer, de nos ser impossível imaginar que a mendicância seja um ofício em extinção no nosso país. Mas porque, tal como nós, ninguém pode afirmar isso, perguntaremos:

— Não será precisamente esse tipo de actividade meio-marginal-meio-ambulante que o pacote laboral quer instaurar em tudo o que seja trabalho assalariado ou no que dele ainda resta, salvo erro ou omissão?

Não está em causa, embora pareça, a criatividade individual dos mendigos; mas se esta pergunta fosse só exagero, então, teria havido mesmo a greve geral, com a adesão que teve no passado dia 28. Teria razão, nesse caso, o Primeiro-Ministro. Mas como a greve existiu e os balanços já publicados não deixam lugar a dúvidas, deixamos este parêntese para reafirmar:

Os mendigos reciclados, com mais sucesso, devem ser ignóbeis; não devem parecer-se com ninguém; surgirão como irreconhecíveis coisas desta época nacional, impossíveis de identificar, de confundir com qualquer imagem literária, cinematográfica, televisiva, musical, etc. Na prática da sua verdade, terão que — para não dizer aterrorizar — pelo menos assustar, mas a sério, imobilizar de pavor o cliente-vítima propiciatório; não o deixar sequer pensar e muito menos dizer o sacramental **delixe-me-ver-se-tenho...** Nada. Os mendigos cursados em formação profissional pela respectiva tutela (por quem haveria de ser?) ou cheirarão insuportavelmente ou não serão mendigos desta Europa que nos cai em cima, como estão a ver; os mendigos especializados, agressivos, concorrentes, ou revoltarão os estômagos, provocando nós nas tripas cara a cara, ou serão imediatamente despedidos à simples voz patronal.

São coisas ignóbeis, inauditas estas, mas têm que ser ditas. Falamos em nome de utentes do Metro reconhecíveis e com sinal aberto: **Não suportaremos mais mendigos destes;** e quem vir nisto um apelo inexpresso a alguma malvez oculta, ou a qualquer outro modo de bater no ceguinho, está muito enganado; mais do que isso, é desonesto. Trata-se, na verdade, de recuperar um ofício estagnado, que já foi uma arte, sempre apta a ressurgir em períodos de pública abundância, como é este em que gozadamente vivemos sob Cayaco II. Hoje, não é necessário



Local privilegiado para o exercício da actividade (Rossio, Metro: foto de arquivo)

recorrer a prisões, lívidos asilos de infância desvalida, orfanatos ou idênticas oficinas de S. José. Hoje, há as novas tecnologias, os cursos rápidos, propriedade horizontal, ensino europeu. Ninguém duvida de que é fácil, mais fácil do que nunca, tornar proliferantes e repugnantes os mendigos a uma légua; paralisar o cliente-vítima, agarrá-lo pelas profundas do seu Inferno; torná-lo estupefacto pelo período desejável; pô-lo a ver depois como é bom não ser mendigo e ter uns trocos para se ver livre daquela visão, etc. Basta uma curta reciclagem e alguma criatividade. Ela aparecerá. Dispensam-se efeitos especiais, caros talvez; a prata da casa chega; uma profissionalização a sério, «pacotal», tornará, estamos certos, os mendigos do Metro hediondos, insuportáveis, eficazes afinal.

À atenção do ministro Silva Penada esta modesta proposta, pois:

1. Que o Metropolitano de Lisboa seja equipado, o mais tardar até ao Verão, com dez mendigos ignóbeis ou repugnantes, por cada carruagem em circulação;

2. Que, neste meio tempo até ao Verão, os competentes serviços do Ministério do Emprego e Segurança Social se instalem em todas as estações do Metro, abertas ou a abrir, reciclando os mendigos já em funções no seu próprio local de trabalho, obrigatoriamente;

3. Que os relapsos, aparecendo limpos no local de trabalho, a tocar ocarina, limitando-se a soltar uivos desumanos e a abrir com a testa as portas das carruagens, com toda a correcção, sejam imediatamente despedidos por inadequação manifesta ao posto de trabalho.

Crê-se razoável esta proposta sensata, modesta, como temos vindo a sugerir. Temos a certeza de que ela seria aprovada sem hesitações por todos os passageiros, preocupados com a hediondez dos nossos costumes, e por outros utentes do Metro pertencentes às grandes audiências televisivas, abrangendo, bem entendido, os adeptos do desporto-rei, sem distinção de clubes, cachecóis e emblemas, da CEE e estrangeiros também.

«A perestroika soviética interessa a todos» revista internacional

Leia textos de: Gilberto Vieira (Colômbia), Fred Weir (Canadá), e Vitali Korionov (URSS)

no n.º 162  
Preço: 70\$00

problemas da paz e do socialismo  
A VENDA  
revista dos partidos comunistas e operários

**Trabalhadores**

## Desmembramento da MLI

# Dois coelhos para os Mellos?... ... e a cajadada para os trabalhadores

### O enterro

Os critérios seguidos pelo Governo para levar a cabo o seu programa de privatizações tem estado, oficialmente, no segredo dos deuses.

De tempos a tempos, responsáveis governamentais vêm a público garantir que privatizar, privatizam, mas o quê, quando e como é coisa que só ao executivo diz respeito.

Para isso, não se cansam de dizer, à míngua de melhor argumento, receberam os votos, a confiança do eleitorado, como se a confiança fosse assim uma espécie de casamento até que a morte nos separe, incondicional e imutável.

Pois bem, apesar do segredo ser a alma do negócio das privatizações, volta não volta há alguém que se descaí e lá deixa escapar uma informaçãozinha sobre o assunto, para consolo dos jornalistas e esclarecimento do público.

No dia da greve geral, a tal que o Governo não viu, não sei se se lembram, foi o próprio Primeiro-Ministro Cavaco Silva que cometeu a imprudência de levantar a ponta do véu do critério que preside às privatizações. Falava ele dos transportes públicos, único sector em que admitiu ter havido paralisações, segundo disse pelo simples facto de se tratar de um sector nacionalizado. O que tinha bom remédio: umas privatizações e outro galo cantaria.

Foi assim que ficámos a saber de fonte segura que um dos ditos critérios da privatização é a adesão às greves. Fazem greve? Privatiza-se.

Depois do resto é com o patronato, que com a ajudinha do Governo mais a sua lei dos despedimentos só tem de escolher de que lado quer cortar o queijo com a bem afiada faca que tem na mão.

No início desta semana ficámos a conhecer outro critério. Desta vez o descuido foi do ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Oliveira Martins, que em conferência de imprensa admitiu a possibilidade de privatização da TAP até 49 por cento, de acordo com o programa do Governo.

Interrogado pelos jornalistas sobre o assunto, o ministro adiantou que ainda era cedo para dar mais informações uma vez que, disse, «primeiro temos que pôr essas empresas a ganhar dinheiro».

Referia-se o ministro às empresas públicas de transportes e comunicações.

Foi deste modo claríssimo que se soube de outro critério para as privatizações: primeiro põem-se as empresas públicas a ganhar dinheiro, isto é, investem-se nelas os necessários capitais para as tornar rentáveis, e quando os lucros começarem a aparecer... privatizam-se.

Bem que desconfiávamos que o sector privado, cuja iniciativa o executivo de Cavaco Silva não se cansa de louvar, não era assim tão desinteressado como pintam.

Mas agora que já conhecemos pelo menos dois critérios para as nacionalizações, uma dúvida angustiante se nos coloca: mas então qual é o papel do Governo em todo este processo? Atentar contra os direitos dos trabalhadores e dar de mão-beijada chorudos lucros à iniciativa privada? Não me lembro de ver esta alínea no programa do Governo. Mas aqui para nós, tenho que confessar que era isso mesmo que desconfiava desde o início. E com o tempo e a prática as desconfianças transformam-se em certezas. Por estas e por outras é que a confiança colhida nas urnas acaba muitas vezes num caixão.

■ AF

Com a formação de novas empresas à custa da Metalúrgica Luso-Italiana, o que os Mellos pretendem não será a aplicação antecipada do famigerado pacote laboral e o acesso a fundos da CEE? – interrogam as organizações representativas dos trabalhadores daquela empresa metalúrgica de Cabo Ruivo, num comunicado a propósito do encerramento do sector de metalomecânica, com a criação de outra empresa no grupo Mellos/Lisnave.

A ser assim – e tudo leva os trabalhadores a pensar que assim é –, os Mellos apanhariam, com o desmembramento da MLI, dois coelhos. Para quem ali trabalha, como mostram experiências anteriores, ficaria somente mais uma forte cajadada.

Em 1980, quando os Mellos, através da Lisnave (com um conselho de administração presidido por José Manuel Mello), compraram a MLI, esta empregava cerca de 725 pessoas e tinha várias gamas de fabrico, como torneiras, ar condicionado, máquinas para cerâmica e lagares de azeite, metalomecânica ligeira, esquentadores, refinaria de metais – recorda-se no comunicado que as ORTs da MLI distribuíram à população em Março e que fizeram chegar à nossa redacção, juntamente com o parecer da comissão de trabalhadores sobre o projecto de encerramento da metalomecânica.

### Uma história a registar

«A partir desta data – prossegue o comunicado – se existiam problemas, mais passaram a existir, já que, por iniciativa das sucessivas administrações que por esta empresa têm passado, se

tem procedido ao seu sistemático desmembramento».

Uma história a registar neste processo – que, como alertam os representantes dos trabalhadores da MLI, põe em perigo o futuro da empresa e os 250 postos de trabalho actuais – é a da saída do sector de ar condicionado da Luso-Italiana para a FRINIL, em 1981.

Embora o pretexto da administração fosse, tal como agora, *optimizar as condições de produção*, os resultados conhecidos não apontam para aí: a FRINIL defronta-se hoje com sérias dificuldades, com milhares de contos de salários em dívida aos seus 120 trabalhadores e 25 mil contos por pagar a cerca de 200 que anteciparam as reformas.

«Apesar dos trabalhadores da MLI se oporem a esta situação porque viam nela uma clara ameaça para o seu próprio posto de trabalho, esta acabou por concretizar-se», nota o comunicado das ORTs, lembrando que

«muitas promessas foram feitas aos trabalhadores, muitas perspectivas de desenvolvimento foram apontadas e, contudo, hoje a realidade é bem diferente».

No dia 1 de Março deste ano a administração da Metalúrgica Luso-Italiana fez chegar à comissão de trabalhadores um pedido de parecer sobre a decisão «definitiva e inadiável» de encerrar o sector de metalomecânica a partir do fim do mês. Algo não lhes correu de feição e, segundo nos informaram anteontem os representantes dos trabalhadores, apenas na semana que vem (dia

Na opinião da CT que chega a interrogar-se no parecer sobre se «não está a administração da MLI a preparar a saída das actuais instalações da secção de torneiras, para vender ou alugar» as suas instalações) e dos restantes organismos representativos dos trabalhadores há «outras soluções que poderiam ser tomadas», já que «**existe um grande potencial de instalações, máquinas, equipamentos e recursos humanos que devem ser devidamente aproveitados, sem que para tal seja necessária a desactivação da metalomecânica,**



Já em Dezembro, quando da luta na MLI pelo pagamento de salários e subsídios de Natal em atraso, os representantes dos trabalhadores alertavam para o perigo do desmantelamento («Avante!», 23.12.1987)

18?) se prevê a consumação do projecto.

### «Há outras soluções»

O parecer da CT foi de rejeição total da desactivação da metalomecânica da MLI. «Em nosso entender – afirma a comissão de trabalhadores – tal solução não garante a salvaguarda dos postos de trabalho existentes hoje na empresa, nem salvaguarda os interesses económicos da própria MLI».

o que allás a administração reconhece».

A Lisnave, exige a CT, deve assumir «o seu papel de dona da MLI, nomeadamente no que concerne ao saneamento financeiro da MLI e à entrega a esta empresa dos trabalhos adequados à capacidade produtiva da MLI»; devem ser aplicadas «medidas de gestão dinâmicas e capazes, que permitam o desenvolvimento da MLI, não só da metalomecânica, mas na área das torneiras».

## CES-SUL Bom resultado nas eleições

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul (CES-SUL) considera de «grande significado e de elevado espírito de unidade» os resultados das eleições que recentemente decorreram para os corpos gerentes do Sindicato. Concorrendo apenas uma lista única, foi muito elevada a média das votações, chegando a atingir 99,21 por cento dos votos expressos no distrito de Portalegre.

O CES-SUL, com sede em Setúbal é um dos principais membros da FEPES (Federação Sindical do sector) e cobre os distritos de Setúbal, Beja, Évora, Faro e Portalegre.

Nas eleições, que decorreram entre 4 e 8 do corrente, em 250 mesas de voto, foram votados 60 dirigentes para a Mesa da Assembleia Geral, a Direcção e os vários Secretariados distritais.

As votações foram, em todos os casos, superiores a 90 por cento, mas o mesmo não aconteceu com a participação nas eleições, que não foi além dos 64,14 por cento

(em Beja), índice mesmo assim significativo de uma participação muito boa, se comparada com outras eleições noutros sindicatos.

Segundo a comissão promotora da lista A, a única concorrente às eleições do CES-SUL, o respectivo programa de acção sintetiza-se nas palavras de ordem «renovar-dinamizar-reivindicar».

Como os seus congéneres filiados na FEPES, o CES-SUL representa «variadas profissões da área do comércio, escritórios e serviços», e os filiados inscritos no caderno eleitoral do distrito sadino eram em número de 2383, tendo votado 729, dos quais 716 na lista A. Um voto nulo e 12 brancos completam os resultados do distrito de Setúbal. Este foi o pior índice de participação. Os outros foram todos superiores: Évora, 33,93 por cento; Beja, 64,14 por cento; Portalegre, 59,34 por cento; e Faro 48,88 por cento. Para a Mesa da Assembleia Geral e Direcção do CES-SUL estavam inscritos no caderno eleitoral 5939 filiados dos quais votaram 2466.

## Fábricas de pneus

Reúnem-se depois de amanhã, sábado, em Santo Tirso os trabalhadores das fábricas de pneus. O encontro, com início às 10 horas, decorre nas instalações da delegação local do Sindicato dos Têxteis. Como já havíamos noticiado em número anterior, o 1.º Encontro dos Trabalhadores da Fabricação de Pneus é promovido pela Federação dos Sindicatos da Química e Farmacêutica, tendo sobretudo em vista a discussão e aprovação da Carta Reivindicativa. Participam delegados eleitos nas 3 fábricas que laboram em Portugal: Firestone, Mabor e CNB/Camac.

Colecção «Resistência»

GILBERTO DE OLIVEIRA  
MEMÓRIA VIVA  
DO TARRAFAL

«Nesta contribuição de denúncia dos crimes do fascismo português, procurei levantar alguns aspectos que me parece merecerem um aprofundamento maior do que aquele com que os deixo aqui tratados. E não apenas no que se refere ao Tarrafal e às outras prisões fascistas, mas muito particularmente no que se reporta à história da resistência antifascista.»

edições  
AVANTE!

## Trabalhadores

## Lutas na Saúde

## Unidade sindical nos médicos dá grande força e adesão

## ● Sindicatos mantêm nova greve nacional

Os médicos que, como temos vindo a anunciar, mantêm um calendário de lutas que inclui nova greve nacional no próximo dia 6 de Maio, pararam com grande adesão no passado dia 8. A coordenadora nacional dos sindicatos médicos, que se congratulou com o êxito da forma de luta adoptada em unidade, afirmou em conferência de imprensa que a adesão foi superior a 95 por cento. Segundo o CNSM, esta percentagem, bem como a mobilização a que a greve deu azo por todo o País, «demonstram claramente que não é possível impor uma política de saúde ostensivamente contra os médicos, prejudicando o acesso da população aos cuidados de saúde».

A CNSM (coordenadora) assinala que os interesses dos médicos e os interesses dos utentes não são antagónicos. Num comunicado à população, intitulado «Hoje é um dia diferente nos serviços de saúde», o Sindicato

dos Médicos da Zona Sul afirmava, no passado dia 6, que «o êxito da greve será um contributo para que os utentes possam continuar a ter esperança na melhoria dos serviços e para que o seu direito à saúde seja defendido».

Por outro lado, o calendário de lutas, que inclui greves rotativas distritais, (num período de trinta dias os médicos vão parar doze vezes) conta com a adesão de todas as organizações sindicais de que os médicos dispõem em Portugal, e bem assim como o apoio manifesto da Ordem dos Médicos. Conta também com apoios solidários de outras organizações sindicais não médicas, dos estudantes, e da CGTP-IN.

Os médicos e as suas organizações representativas, que têm desenvolvido uma apreciável campanha de informação junto dos utentes e dos não sindicalizados, incluindo um bom trabalho dos delegados sindicais nos estabelecimentos hospitalares e

outros, não têm poupado esforços para explicar que a sua luta, considerada indispensável, não é contra a população, mas a favor dela, a favor dos seus direitos, regalias e interesses.

## A desinformação da ministra

Tal como no resto do País, o Sindicato do Sul chamou oportunamente a atenção para as razões da luta, por que é que esta se revelava indispensável, e assinalou «a desinformação habitualmente veiculada pela ministra da Saúde». O Sindicato manifestava a esperança justificada de que essa desinformação não prejudicasse a «grande solidariedade entre médicos e utentes».

Os sindicalistas, que rejeitam quaisquer alusões a um alegado espírito corporativista, ou «corporativismos elitistas», para citar a expressão da CNSM, protestam por a ministra da Saúde, Leonor Beleza, ter atribuído à gene-



Dirigentes dos médicos, na conferência de Imprensa, no dia da greve

ralidade dos médicos «remunerações fantasiosas», numa renovada tentativa de «envenenar a opinião pública contra os médicos».

O Sindicato da Zona Sul, que repôs na passada segunda-feira, a verdade acerca de «afirmações fantasiosas» da ministra quanto a remunerações dos médicos, enviou para os órgãos de co-

municação social um quadro com categorias e respectivos vencimentos, que foram extraídos e publicados com precisão a partir do Decreto-Lei 26/88, de 30 de Janeiro findo, segundo o qual «o valor da hora de trabalho oscila entre 695 escudos no topo da carreira e os 432 escudos no internato geral».

O Sindicato da Zona Sul conclui o seu comunicado da passada segunda-feira esperando de que «a opinião pública não se deixará enganar» e de que «os objectivos da luta dos médicos acabarão por se impor, porque são justos e equilibrados e correspondem inteiramente às necessidades de modernização dos serviços de saúde».

## Pelos salários

## Cometna volta à rua

Se a situação não evoluir favoravelmente esta semana, no sentido das propostas apresentadas pelos representantes dos trabalhadores, a Cometna pode voltar a paralisar, depois das greves parciais e das concentrações efectuadas na semana passada. Lutas que incluem paralisações de trabalho estão anunciadas ou a decorrer noutros sectores, além dos médicos (ver estas páginas), na Câmara Municipal de Lisboa, na Polícia Judiciária e na Taurus. Nesta última empresa, o recurso à greve revelou-se desnecessário, pois os salários acabaram por ser pagos, com atraso, mas na data anunciada pelos patrões.

Como o «Avante!» tinha referido na semana passada, os trabalhadores da fábrica de louças Taurus, da Areosa, perto do Porto, convocaram uma greve, para quarta-feira da semana passada, dia 6, que cumpriram se os salários de Março não fossem pagos no dia anterior. A empresa emprega 150 trabalhadores e tem uns 5000 contos de encargos mensais com salários.

A administração da Taurus argumentou, como já veio a público, que o atraso na liquidação dos ordenados do mês passado a cerca de 90 por cento do seu pessoal, que aderiu à greve geral do dia 28, foi devido a «complicações burocráticas».

Mas o Sindicato dos Meta-

lúrgicos do Porto (STIMMP) tem outra versão do que aconteceu, e reafirma que o atraso foi devido a retaliação patronal, como o «Avante!» referira, aliás, na semana que passou.

É de assinalar neste caso, como noutros, que a mobilização suscitada pela greve geral não esmoreceu, mesmo quando sob a ameaça de retaliações e pequenas «vinganças» sem sentido algum e, muito menos, base legal.

## Cometna: o melhor serviço dos administradores

Para os sindicatos e outras organizações representativas dos trabalhadores da

Cometna, e para eles próprios, trabalhadores, o melhor serviço que os administradores poderiam prestar à empresa era demitirem-se dos seus cargos. Como se sabe, a Cometna, grande empresa do sector empresarial do Estado, no ramo da metalurgia e metalomecânica, só se tem mantido em laboração, principalmente nestes últimos anos, devido ao empenho e à luta persistente dos seus trabalhadores em defesa do emprego e da viabilização desta grande unidade industrial sob a ameaça de encerramento, inclusive por dívidas, que naturalmente não são da responsabilidade dos trabalhadores.

O principal accionista da empresa de capital misto é o IPE (Investimentos e Participações do Estado). E a Cometna, com fábricas em laboração (Amadora, Palmela e Famões) e a sua sede administrativa em Lisboa, com encomendas que chegam a atingir os três milhões de contos, como aconteceu com uma delas exportada recentemente, continua com salários em atraso.

Apesar de os sindicatos e as outras organizações re-

presentativas dos trabalhadores na empresa terem apresentado propostas no sentido da sua viabilização, a Cometna continua sob a ameaça de encerramento, ficando apenas em laboração a fábrica de Famões, para onde, entretanto, segundo um porta-voz das ORTs, a administração transferiu as melhores máquinas.

De acordo com a mesma fonte, o IPE deveria arranjar uma linha de crédito que permitisse pagar os salários em atraso. Há perto de dois anos com salários sempre atrasados, os trabalhadores já não vêem sítio onde a administração possa ir buscar dinheiro, a não ser por intervenção do IPE, que continua a ser o sócio maioritário da Cometna, mas continuando esta a recorrer a empréstimos pagando juros elevadíssimos.

Depois de sublinharem que dos três milhões de contos da encomenda recentemente exportada, a empresa só ainda recebeu metade, as ORTs da Cometna, que têm solicitado audiências sobre audiências aos ministérios do Emprego e da Indústria, acusam a administração de só

## ● Outras lutas e paralisações

pensar nos despedimentos para resolver a situação. No entender dos trabalhadores e dos seus representantes, esse seria um modo suicida de resolver a questão.

As ORTs, incluindo naturalmente os sindicatos, com relevo para as associações dos metalúrgicos, pretendem, nomeadamente, que se congele o passivo da empresa, a fim de fazer descer os encargos financeiros (juros, principalmente), que a gestão do pessoal seja reformulada, «aproveitando toda a mão-de-obra existente», e que a Cometna possa dispor de uma administração «responsável e competente, capaz de atender aos prazos de entrega das encomendas, à qualidade e preço dos materiais».

## Anunciada greve na Câmara de Lisboa

Marcada para o período de 12 a 22 do corrente, era entretanto anunciada, através de pré-aviso, uma greve de electricistas, fiéis de armazém, marcadores de vias e porta-miras. A paralisação de trabalho é convocada pelo Sindicato dos Trabalha-

dores da Câmara Municipal de Lisboa e tem como objectivos conseguir a atribuição do «subsídio de insalubridade e penosidade à 2.ª fase» daquelas categorias profissionais, «conforme o previsto no despacho 369/P/86», incluindo os retroactivos desde 23 de Março de 1987. A greve é ainda contra «as discriminações na atribuição do subsídio» e contra o pacote laboral.

Vinha a público, entretanto, um anúncio de greve na Polícia Judiciária de Colmbra. A acção de luta, marcada para o próximo dia 2 de Maio, abrangerá os funcionários técnicos, administrativos, auxiliares e operários da PJ, representando no total cerca de 45 por cento do total dos efectivos daquele corpo policial. Em causa está um projecto de reestruturação, que levará os trabalhadores à greve, se não for calendarizado em tempo e condições razoáveis. O assunto depende do Ministério da Justiça. Os trabalhadores são representados pela Associação Sindical dos Funcionários Técnicos e Administrativos daquele corpo de investigação criminal.

## Pacote agrícola

# Péssimo serviço à agricultura e ao País

Ocupando na sua quase totalidade a agenda das sessões plenárias, os problemas da agricultura estiveram no centro dos debates parlamentares da passada semana. Iniciados terça-feira com uma interpelação do PCP ao Governo sobre política agrícola e legislação agrária, desde logo se evidenciaram dois traços fundamentais: o primeiro, traduziu-se na fuga do ministro da Agricultura às questões concretas que lhe foram colocadas e às graves acusações de que ele e o seu ministério foram alvo; o segundo, a incapacidade do Executivo para implementar uma verdadeira política agrícola definida com autonomia e na base dos interesses nacionais.

Estava dado o tom. Esgrimindo os mesmos e estafados argumentos, ficando-se pelo enunciado de planos e intenções, tentando sustentar sem êxito o fogo cerrado dos parlamentares comunistas e das restantes bancadas da oposição, o Governo e a maioria, isolados, davam sinais de algumas dificuldades e averbavam neste primeiro debate em torno do «pacote agrícola» aquela que sem exagero pode ser considerada uma primeira derrota.

Nos dois dias seguintes outras se seguiriam, num debate onde continuaram a pontificar os fortes argumentos aduzidos pelos deputados comunistas que souberam alargar a discussão muito para além das questões do sistema de propriedade e posse da terra, fixando-a também na situação e perspectivas da agricultura portuguesa.

A falta de quorum registada no momento da votação que autorizaria o Governo a legislar sobre emparcelamento rural — depois do PSD ter imposto a continuação dos trabalhos pela noite dentro — acabou por trazer também a esta semana parlamentar um patético episódio final, porventura revelador das tormentosas tarefas que se colocam na gestão de uma maioria tão gorda, mas muito pouco consentâneo com a imagem de força, eficácia e credibilidade que o PSD e o seu Governo querem projectar na opinião pública e no País.

### Ministro fugiu às questões

Mas quais foram então os aspectos mais salientes introduzidos pelos deputados comunistas nos debates? Resultado de numerosos contactos e deslocações por todo o País, as matérias por si mais focadas incidiram no essencial nas questões referentes ao agravamento da situação da agricultura e das condições de vida dos agricultores e dos trabalhadores rurais, na ausência de uma autêntica política agrícola não subordinada aos interesses estrangeiros, na instabilidade e desrespeito dos direitos adquiridos pelos agricultores e rendeiros, assalariados rurais e povos serranos.

Ora foi exactamente a questões concretas relativas a estes aspectos centrais que o ministro se furtou, mas abordando assuntos laterais nada adiantando quanto a uma efectiva política agrícola orientada para o desenvolvimento da agricultura, para a melhoria das condições de vida dos que trabalham no campo, para a correcção do

desequilíbrio da balança agro-alimentar.

Pese embora os insistentes esforços dos deputados

comunistas, não foi assim possível arrancar ao ministro palavras ou considerações quanto ao reforço da estabilidade e da melhoria dos que trabalham a terra; quanto aos aumentos de produção e produtividade nas áreas estratégicas, quanto à valorização do agricultor ou quanto ao aproveitamento integrado dos recursos naturais e à criação das infra-estruturas básicas.

### Pasta de papel como destino...

Mas se é certo que não existe uma verdadeira política agrícola por parte deste Governo, diga-se em abono da verdade que há, no entanto, uma política do Governo para a área da agricultura. Esta é pelo menos a convicção do PCP, transmitida através do deputado João Amaral que, na intervenção final da interpelação, não só defendeu esta tese como apontou simultaneamente os seus vectores principais: reforçar os sectores comercial e industrial à custa da agricultura; privilegiar os interesses dos proprietários sobre os interesses, direitos e garantias de quem trabalha a terra; conduzir a área de produção agro-alimentar do País ao destino de base produtora da pasta do papel.

Sem que os deputados da maioria ou o ministro fossem capazes de o refutar, o que a interpelação acabou por comprovar foi que afinal o pacote agrícola elaborado pelo Governo visa no essencial viabilizar operações coercivas de emparcelamento, retirar aos povos serranos a gestão democrática dos seus

baldios, reconstituir o latifúndio no Alentejo e Ribatejo, reforçar o poder e favorecer os senhores ricos em detrimento dos interesses e garantias dos rendeiros.

### Facilitar os despejos

Este último aspecto seria de resto particularmente dissecado uma vez mais pelos deputados comunistas e por outros parlamentares da oposição no debate de quinta-feira sobre o arrendamento rural.

Bem falou o secretário de Estado em «harmonização coerente dos legítimos direitos e interesses dos proprietários da terra com os dos arrendatários», como sendo a filosofia inspiradora da autorização legislativa solicitada pelo Governo. Em vão.

Entendimento diverso tiveram os partidos democráticos

ximo os despejos e tornar muitíssimo mais difícil a vida dos agricultores rendeiros».

Essa foi também, por exemplo, a opinião de Lopes Cardoso, do PS, que comparando a lei em vigor com a proposta do Governo lembrou o caso da transmissão por morte do rendeiro. Enquanto a lei actual exige apenas uma comunicação no caso do filho não pretender manter a exploração da terra, o articulado no novo diploma, disse, obriga a uma comunicação pela positiva, ou seja, que o herdeiro afirme querer prosseguir a sua exploração. Ora atendendo ao nível cultural existente, e a faltar a referida comunicação, como salientou o deputado do Partido Socialista, não é difícil de antever como através deste processo não faltarão no futuro os pretextos para as acções de despejo.

## ● Só, PSD aprova lei contra rendeiros

da oposição, e designadamente o PCP, que pela voz da Álvaro Brasileiro fez saber que interpretava o diploma como tendo em vista um único objectivo: «facilitar ao má-

### Favorecer os senhorios contra os rendeiros

Desmontando as afirmações dos membros do



Indiferente às suas reclamações e protestos, a maioria aprovou uma autorização legislativa que facilitará ao máximo os despejos e tornará ainda mais difícil a vida dos agricultores rendeiros

Governo e de deputados do PSD, Rogério Brito, por seu turno, salientaria que todas as virtualidades apresentadas pelo PSD para o seu diploma estavam já contidas na lei actual, não sendo por isso nenhuma novidade, o mesmo não acontecendo com o que designou por «mafeitorias», essas sim, todas elas omitidas nas intervenções da bancada da maioria e no discurso do secretário de Estado.

E foi delas que falou Álvaro Brasileiro ao sublinhar que a autorização legislativa do Governo tem em vista penalizar os agricultores autónomos, retirar direitos legítimos aos rendeiros (sobretudo aos pequenos), agravar a sua instabilidade piorando a sua situação em relação à lei vigente.

É manifestamente o caso das novas dificuldades cria-

das ao rendeiro quando na defesa dos seus direitos se opõe à denúncia do contrato, passando a ter ele o encargo do recurso para o tribunal; é a perda de preferência em primeiro lugar nas transmissões; é a eliminação das isenções de sisa na compra de prédios pelos rendeiros; é ainda, entre outros aspectos, a perda de direitos na indemnização pelas benfeitorias realizadas.

Em síntese, como frisou o deputado comunista, a proposta do Governo agrava a instabilidade, a insegurança e a dependência do rendeiro em relação aos senhorios; favorece a ingerência do senhorio; desfavorece e desequilibra os direitos e aquisição dos rendeiros a favor de alguns proprietários senhorios; favorece os proprietários absentistas promovendo a concentração da terra.

## Saneamento básico da Costa do Estoril Governo exerce competências atribuídas aos municípios

O Grupo Parlamentar do PCP requereu na passada semana a apreciação pela Assembleia da República em sede de ratificação do decreto-lei n.º 91/88, de 12 de Março, que cria o Gabinete de Saneamento Básico da Costa do Estoril.

Na origem desta iniciativa

da bancada comunista está o facto do Executivo pretender, através deste decreto-lei, exercer competências que nos termos da Constituição e da lei estão atribuídas às autarquias locais, remetendo para o mero papel consultivo os municípios abrangidos (Amadora, Cascais, Oeiras e

Sintra).

No entender dos parlamentares comunistas esta iniciativa governamental configura assim um novo ataque contra a autonomia do poder local, facto tanto mais grave porquanto ocorre no preciso momento em que as referidas autarquias — cujos res-

ponsáveis tornaram já público o seu unânime repúdio pelo teor do diploma — estavam justamente a estudar a constituição de uma associação para a gestão do sistema, na sequência dos contactos havidos com o gabinete coordenador do projecto de saneamento da Costa do Estoril.

Esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP visa ainda possibilitar — de acordo com uma nota do seu gabinete de imprensa — uma intervenção positiva da Assembleia da República tendente a repor a legalidade violada, consagrando deste modo «os necessários mecanismos legais que garantam a intervenção e participação dos municípios na gestão do sistema de saneamento básico da Costa do Estoril».

Nesse sentido, e como primeira medida, o Grupo Parlamentar do PCP propõe a abertura, no âmbito da Comissão Parlamentar competente, de um processo formal de consulta aos municípios afectados.



Assembleia da República

Sem consulta pública

# Lei dos despedimentos hoje no Parlamento

A não ser deferido o requerimento apresentado pelo PCP na Mesa da Assembleia solicitando nos termos da lei a prévia consulta pública sobre a proposta de lei relativa à cessação do contrato individual de trabalho — eufemismo para designar aquilo que em gíria é conhecido como lei dos despedimentos — esta autorização legislativa preencherá hoje na sua totalidade os trabalhos da sessão plenária do Parlamento.

Objecto de anterior impugnação também por parte da bancada comunista, a discussão desta proposta de lei sem a prevista consulta pública e sem a plena participação das organizações dos trabalhado-

res na sua elaboração, afigura-se assim à partida como uma grosseira violação das normas constitucionais que garantem o exercício deste direito, bem como da lei 16/79.

Incidindo sobre uma matéria de decisiva importância para os trabalhadores, a proposta de lei que em princípio será discutida hoje viola deste modo a garantia constitucional da segurança no emprego e subverte o conceito de justa causa, sendo ainda considerada pela generalidade das forças sindicais como uma afronta à garantia do direito ao trabalho.

Afirmção acertada e desprovida de qualquer exagero

se atendermos, por exemplo, que a proposta de lei do Governo assenta no alargamento do conceito de justa causa para despedimento individual a factos ou circunstâncias objectivas, como sejam as razões económicas estruturais, tecnológicas ou de mercado; prevê a simplificação quase sumária do despedimento nas empresas com menos de 21 trabalhadores; contempla a substituição da reintegração do trabalhador por indemnização; ou revoga a lei 68/79 que protege juridicamente os representantes dos trabalhadores.

Não se esgotam aqui, porém, as críticas dos partidos

democráticos da oposição. O facto desta iniciativa do Governo — cuja contestação e repúdio por parte dos trabalhadores e suas organizações originou um dos mais amplos e vigorosos movimentos de protesto nos últimos anos — se apresentar sob a forma de autorização legislativa é também severamente condenada por ser considerada uma forma de o Executivo subtrair à Assembleia da República o debate completo e a elaboração efectiva de legislação que diz respeito a interesses fundamentais dos trabalhadores e que tem a ver com a própria caracterização do regime democrático-constitucional português.



Violando grosseiramente a Constituição e a lei que determinam uma prévia consulta pública, o Governo apresenta hoje no Parlamento a sua proposta de lei relativa aos despedimentos, diploma que põe em causa a segurança no emprego, subverte o conceito de justa causa, afronta a garantia do direito ao trabalho e elimina a protecção constitucional dos representantes dos trabalhadores

## Ecos da Greve Geral no Parlamento Uma grande afirmação de repúdio contra o «pacote laboral»

### — lembrou o camarada Carlos Brito

A Greve Geral do passado dia 28 de Março, designadamente o seu impacto e repercussões, voltaram a ser tema em foco na Assembleia da República, desta feita pela voz de Carlos Brito, líder do Grupo Parlamentar do PCP. Vários dias passados sobre essa extraordinária jornada de unidade e luta, as consequências dela resultantes continuam a pesar significativamente no quadro político, ganhando sem dúvida acrescido significado e importância no momento em que se inicia hoje em Plenário a discussão da autorização legislativa que esteve afinal de contas na origem dessa histórica acção, consensualmente encarada como um dos mais amplos e vigorosos protestos dos trabalhadores portugueses.

Desse inequívoco significado e da mensagem que dela saiu falou Carlos Brito, pondo desde logo em destaque a necessidade de se reconhecer — ao contrário do que o Governo fez com a sua atitude de avestruz — que a Greve Geral teve o «claro sentido de uma geral afirmação de repúdio do «pacote laboral» por parte dos trabalhadores, exprimindo ainda a firme condenação de tectos salariais, dos despedimentos, da precariedade do trabalho e de outros aspectos

mais graves da política do Governo».

Esta conclusão adquire ainda maior relevância, segundo o deputado comunista, se se atender a que o Governo e o grande patronato recorreram aos «mais variados meios inconstitucionais, ilegais e arbitrários» para intimidar e reprimir os trabalhadores, não faltando em todo este processo de coacção medidas como a requisição civil do Metropolitano, a imposição de «chamados serviços mínimos», as

ameaças, as pressões, o suborno e até a agressão policial.

O êxito da Greve Geral, sobretudo nas condições em que foi obtido, surge assim para o PCP como uma «clamorosa derrota do Governo» pondo simultaneamente em evidência a natureza anti-operária da sua política e sua consequente incapacidade para dialogar com os trabalhadores».

Depois de recordar que a proposta de lei dos despedimentos tem sido denunciada quer na Câmara quer pelos trabalhadores como «uma peça inconstitucional, imoral e socialmente injusta» e que depois da Greve Geral ela «ficou desclassificada de raiz como contrária à Constituição», o dirigente comunista deve-se naquilo que qualificou de papel «fundamental» da Assembleia da República neste processo.

«A Assembleia da República devia ser capaz de reconhecer — afirmou a este respeito — que a proposta do Governo não constitui no plano formal e menos ainda no

plano substancial uma base de trabalho minimamente aceitável. A Assembleia da República devia ser capaz de se pronunciar pela retirada da proposta de autorização legislativa e pelo regresso do processo ao ponto de partida, com a realização de um verdadeiro diálogo entre o Governo e as organizações representativas dos trabalhadores em torno de uma reconsideração equilibrada de toda a problemática da legislação de trabalho».

Tal, porém, uma vez mais não sucedeu, facto explicado por Carlos Brito com o que classificou de concepção e práticas «ultragovernamentalizadoras» do Executivo, para quem a Assembleia da República «é uma mera câmara de despacho», a quem compete dar aprovação final e institucional às leis verdadeiramente feitas pelo Governo e servir, quando convém, de caixa de ressonância à propaganda governamental».

Aguardemos então pelo debate de hoje para verificar se ocorrerá a primeira excepção a esta regra.



## Iniciativas do PCP

### Património

#### Criação do Museu do Trabalho Industrial do Porto

O projecto de lei do PCP pretende, através da criação do Museu, assegurar, preservar e divulgar o rico património industrial da região do Porto.

Ao Museu interessarão não só todos os objectos, documentos e locais que se inserem no conceito de «arqueologia industrial» (fábricas, moinhos, engenhos a vapor, ferramentas, veículos, fornos, máquinas, ferramentas, etc.), mas também os documentos e os registos que permitam conhecer melhor as condições de trabalho e os aspectos sociais que envolveram o início e o desenvolvimento do tecido industrial do Porto.

Os órgãos autárquicos do Porto e a própria subcomissão de Cultura da Assembleia da República consideraram importante a criação do Museu e reconheceram a necessidade da aprovação urgente da iniciativa do PCP.

### Caça

#### Caça e fomento cinegético do javali

A actual legislação prevê que os serviços competentes de caça devam tomar, a pedido dos agricultores, as medidas necessárias ao controlo dos prejuízos causados pelas espécies cinegéticas, designadamente do javali. A prática tem demonstrado, no entanto, a manifesta insuficiência das medidas adoptadas, o que se tem traduzido em maiores prejuízos para os agricultores.

O projecto de lei do PCP parte do princípio de que ao Estado incumbe assumir a responsabilidade da definição das áreas em que os interesses dos agricultores e da economia nacional se devem sobrepor às do fomento cinegético. A iniciativa do PCP, prevê, pois, a captura ou abate livre do javali, com excepção das zonas de fomento cinegético, que serão definidas por portaria do Governo e com audição obrigatória das autarquias envolvidas.

### Tribunal de Contas

#### Aprova as opções fundamentais da reestruturação do Tribunal de Contas

Essencialmente imutável desde há meio século, na sua orgânica apertada, estreiteza de atribuições, limitação de competências, escassez de juízos e carência de meios e serviços, o Tribunal de Contas não pode aguardar por mais tempo a necessária e urgente reforma de fundo.

A iniciativa do PCP alarga as competências do Tribunal dignifica o seu estatuto e cria as condições indispensáveis para que este possa fiscalizar de forma efectiva as despesas dos Ministérios, as contas dos organismos em regime de instalação, os subsídios concedidos pelo Estado e apreciar, através de parecer, a gestão das empresas públicas e empresas maioritariamente participadas pelo Estado.

O Tribunal poderá vir igualmente a realizar inquéritos a aspectos determinados da gestão das finanças públicas, por iniciativa própria, imposição legal, e a solicitação da Assembleia da República e do Governo.

## Poder Local

## Gondomar A actual situação no município

«A partir do momento em que foi divulgada a intenção do Governo PSD/Cavaco Silva de dissolver a Câmara de Gondomar, tanto o PSD como o PS têm assumido posições que não visam em primeiro lugar a resolução das carências e dos graves problemas que se colocam no município, mas fundamentalmente objectivos eleitoralistas que apenas têm em conta os interesses partidários de ambos, para a obtenção do melhor posicionamento para disputarem as eleições decorrentes da dissolução da Câmara». Esta caracterização da acção do Partido Socialista e do PSD foi devidamente fundamentada pela CDU de Gondomar no passado dia 7 de Abril, quando da realização de uma conferência de imprensa em que foi analisada a actual situação no município.

O facto de os vereadores do PSD nunca mais participarem em qualquer reunião da Câmara, desde que há três meses foi assinado pelo Governo o decreto de dissolução, indiferentes como sempre à resolução dos problemas e procurando também assim forçar a dissolução do órgão, no seguimento da acção de boicote que o caracterizou durante dois anos de mandato, foi vivamente denunciado pelos vereadores e por outros autarcas da CDU que promoveram o encontro com a comunicação social.

Em relação ao Partido Socialista foram reafirmadas as críticas que a sua acção durante os últimos dois anos tem merecido por parte da CDU — a não aprovação atempada dos Planos de Actividade e Orçamento, o atraso inaceitável da resolução dos problemas dos trabalhadores do município, a retenção abusiva de centenas de processos de obras particulares sem qualquer justificação, a falta de diálogo e

apoio à acção das juntas de freguesia, a não execução de importantes deliberações da Câmara, a utilização dos meios financeiros e dos próprios serviços de obras da Câmara com critérios e objectivos pouco claros.

Este tipo de comportamento conheceu, refere ainda a CDU, novos desenvolvimentos nos últimos três meses: «é a escandalosa acção de propaganda à custa dos dinheiros públicos, com publicação de anúncios em jornais para a realização de obras, quando de facto algumas delas não se podem sequer efectuar a curto prazo pois não têm verba suficiente no orçamento municipal; é a injustificada colocação de placas por todo o município, anunciando obras que não serão iniciadas nos próximos tempos já que dependem de uma alteração orçamental que o presidente deve apresentar à Câmara para que fique dotadas da verba suficiente para a sua adjudicação efectiva».

A CDU de Gondomar

comenta: os exemplos deste comportamento inaceitável e denuncia que, neste quadro, «a ausência às reuniões dos vereadores do PSD, associada a várias faltas do presidente e de um ou outro vereador do PS têm provocado faltas de "quorum", inviabilizam várias reuniões, impedem e atrasam a resolução dos problemas das populações e dão um maior campo de acção individual ao presidente da Câmara».

A CDU contrapõe a tal acção do PSD e do PS uma acção que visa o funcionamento democrático da Câmara e a resolução dos verdadeiros problemas do povo de Gondomar e deu conta da actividade dos pelouros que lhe estão confiados — Higiene e Limpeza e Turismo — e no Conselho de Administração dos SMEAS, onde há cerca de dois meses detém a maioria.

A CDU toma igualmente posição sobre a possibilidade da «invasão» dos Serviços Municipalizados no seguimento do que sucedeu no Porto, alertando a opinião pública para «a gravidade que assumiria qualquer tentativa de sectores do PSD, através do Governo, de procederem à ocupação dos SMEAS por parte da EDP, como forma de encobrir as gravíssimas irregularidades que a CDU detectou nos serviços e cuja responsabilidade (cujo apuramento foi pedido à Alta Autoridade Contra a Corrupção) aponta para destacados apoiantes do PSD no concelho».

## Encontro CDU na Lomba

Realizou-se no passado domingo, dia 10 de Abril, o I Encontro da CDU na Lomba, que fez balanço do trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia — uma Junta de maioria CDU desde 1986 — e debateu, no contexto do concelho de Gondomar, os problemas potencialidades, e as perspectivas para o futuro.

O apoio às colectividades, a assistência à infância e aos reformados, o apoio à juventude, o desenvolvimento da cultura e do desporto, a ocupação dos tempos livres, a reparação de escolas primárias, a construção de lavadouros e fontanários, a instalação dos Correios, a melhoria da rede de iluminação pública e da distribuição de água, a higiene e limpeza e, em particular, a alteração radical da rede viária são, entre outras, iniciativas que têm merecido a atenção da CDU na Junta de Freguesia da Lomba e, pelo que tem sido realizado, muito têm contribuído para a melhoria das condições de vida da população da zona.

No entanto, a Lomba tem, ainda, muitos problemas cuja resolução é necessária e urgente. E é nesse sentido que a CDU afirma, nas conclusões aprovadas por unanimidade no Encontro, que tem meios humanos e é possível resolvê-los a curto prazo, sendo para tanto necessário

que a Câmara e, em especial, o presidente da Câmara manifestem outra disponibilidade para resolver os problemas da freguesia e que atribuam à Junta novas competências, com os necessários meios financeiros, técnicos e humanos.

Um compromisso — «continuar o trabalho para melhorar e desenvolver a freguesia» — e um plano de trabalho a curto prazo, até 1989, com os principais objectivos de acção em dez pontos, que vão desde a instalação de um posto médico à conclusão das obras do complexo desportivo, do aproveitamento da praia fluvial e construção de um parque de campismo até à reclamação do cumprimento da execução das obras constantes no Plano de Actividades municipal, são tema central das conclusões aprovadas no Encontro da Lomba.

Face à previsível dissolução da Câmara de Gondomar e à subsequente realiza-

ção de eleições, um tema que esteve igualmente em debate no Encontro, «a população da Lomba tem a possibilidade de contribuir para a eleição de um presidente da Câmara diferente e melhor que o actual, com capacidade para enfrentar os problemas e para dialogar com as populações, através de um trabalho honesto e competente», salientam as conclusões. E o candidato que a CDU já apresentou para a presidência da Câmara Municipal de Gondomar é bem conhecido na Lomba — é Joaquim Viana, o presidente da Junta de Freguesia, deputado municipal e presidente do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte, «um homem reconhecidamente ligado à vida e ao trabalho pelo desenvolvimento de Gondomar, com profunda experiência e provas dadas nas autarquias, com energia e capacidade necessárias para enfrentar, conhecer e resolver os problemas».

O alargamento e dinamização da CDU na freguesia foram igualmente postos em debate, tendo sido concluído da necessidade de constituição da Coordenadora da CDU da Lomba, para dar seguimento regular ao trabalho.

## Por iniciativa da AMDS e municípios associados Discutida em Setúbal defesa do meio ambiente

A Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS), com o apoio e colaboração dos municípios associados, vai realizar nos dias 7 e 8 de Maio do corrente ano um encontro subordinado ao tema «A defesa do Meio Ambiente Como Tarefa de Quem Trabalha e Vive no Distrito de Setúbal», a decorrer na Academia Almadense, em Almada.

Ao realizar esta iniciativa, a AMDS tem como objectivos: contribuir para uma melhor identificação de recursos, meios e potencialidades disponíveis no distrito de Setúbal; contribuir para um melhor conhecimento da legislação existente sobre a defesa do meio ambiente, na perspectiva da sua adequação ou insuficiência, face à necessidade de promover um desenvolvimento económico harmonioso; sensibilizar todos os agentes que directa ou indirectamente actuam sobre o meio para a necessidade de uma maior e melhor conjugação de esforços com

vista à defesa do ambiente e à preservação do equilíbrio ecológico da região — condição necessária para garantir o desenvolvimento socioeconómico do distrito e a qualidade de vida de quem aqui vive e/ou trabalha.

Entretanto o departamento de informação da AMDS dá nota de mais dois acontecimentos no distrito e em municípios seus associados — **Seixal e Palmela**.

No primeiro caso a Comissão Coordenadora para as Comemorações do 25 de Abril no município do Seixal aprovou uma proclamação, segundo a qual «defender o

25 de Abril é lutar contra a má-fé, a arrogância e as campanhas de intoxicação da opinião pública pelo Poder Central, que também deste modo pretende subverter as conquistas do povo português».

O documento proclama que «a população do concelho do Seixal, baluarte de resistência e luta democrática por uma sociedade justa, vai comemorar o 25 de Abril nas muitas dezenas de iniciativas populares organizadas em todas as freguesias».

No segundo, dá-se conta que, numa organização da Câmara Municipal de Palmela, com o apoio das juntas de freguesia de Pinhal Novo, Quinta do Anjo e Palmela, colectividades e comércio local, realiza-se no próximo dia 17 de Abril a VI edição do grande prémio de atletismo do concelho de Palmela.

## Só no ano passado

### Quase 15 000 contos dados pela PL-AECOD

A PL-AECOD aplicou, durante o ano passado, qualquer coisa como 15 000 contos em apoios autárquicos, um pouco por todo o País. A informação é da SIP do PCP. Os pormenores são como se segue.

Do balanço recentemente efectuado concluiu-se que a «a PL-AECOD (Poder Local — Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas) aplicou durante o ano de 1987 cerca de 15 000 contos um pouco por todo o País, sobretudo nas freguesias do Norte e Centro. Em 1988 prosseguiu a concessão de subsídios para juntas de freguesia e estruturas associativas populares».

Segundo o comunicado da SIP do PCP, estas verbas permitiram contribuir para obras e realizações tais como a electrificação e pavimentação de ruas, parques

infantis, arranjos de jardins e zonas verdes, reparação e conservação de igrejas, construção de polidesportivos, aquisição de instrumentos musicais para bandas e ranchos folclóricos, iniciativas de colectividades, bibliotecas e associações, oferta de televisores a lares e centros de dia para idosos, entre outras coisas.

E a nota comenta:

«Cumprindo o objectivo para que foi criada em 1982, a PL-AECOD aplica em benefício das populações as verbas que resultam do excedente das remunerações dos eleitos nas autarquias

relativamente ao que ganhariam se exercessem a sua profissão anterior, contribuindo assim, dentro das suas possibilidades, para resolver carências geralmente sentidas e apoiando o trabalho voluntário e formas colectivas de resolução de problemas, em particular por juntas de freguesia, comissões e associações de moradores, colectividades, associações de reformados, etc.».

Finalmente recorda-se que «a PL-AECOD, hoje, ultrapassa o âmbito partidário, uma vez que para as suas receitas, contribuem também eleitos independentes ou de outros partidos, que aceitam o princípio de que ninguém deve ser beneficiado ou prejudicado pelo exercício de cargos públicos».

## Barreiro e Montemor-o-Novo em intercâmbio juvenil

Realiza-se de 9 a 17 de Abril, em Montemor-o-Novo, por iniciativa do Centro de Cultura da Juventude do Barreiro e Comissão Municipal da Juventude de Montemor-o-Novo, uma «semana de intercâmbio juvenil».

Esta iniciativa, que conta com o apoio das autarquias locais bem como de grupos de acção juvenil e associações de ambos os concelhos, insere-se num objectivo comum, que é conhecer o que se faz em cada conce-

lho, a nível juvenil. Conhecer a forma como vivem os jovens do Barreiro e Montemor, como encaram a realidade que os rodeia e que respostas têm para os seus problemas.

No âmbito destas iniciativas decorreu dia 9, pelas 16 horas, no auditório municipal de Montemor um «Debate sobre a Juventude», e no domingo, 10 de Abril, no teatro Curvo Semedo, actuou o grupo de guitarras clássicas do Barreiro.

No fim-de-semana seguinte, no sábado 16, pelas 18 horas, actua o grupo «Survivers», no coreto do jardim municipal.

No domingo, 17, no teatro Curvo Semedo, espectáculo teatral pelo grupo «Gisfal».

Entretanto até 17 de Abril (ou seja, no próximo domingo) estarão patentes na Sociedade Carlista uma exposição colectiva de cerâmica e outra de fotografia sobre azulejos do Barreiro.

Poder Local

# Loures «em grande» nas comemorações do 25 de Abril

A final da Taça de Portugal em andebol feminino, que será disputada entre as equipas do Benfica e do Oeiras no próximo dia 25 de Abril, pelas 21 horas, no Pavilhão Gimnodesportivo «Paz e Amizade» em Loures, constitui o ponto alto das manifestações desportivas programadas para as comemorações do 14.º aniversário do 25 de Abril no Concelho de Loures.

Para além desta prova de natureza oficial, um vasto programa de actividades desportivas foi elaborado pelas colectividades do Concelho com o apoio da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, programa este que movimentará muitos milhares de atletas do concelho e do País nas mais diferentes modalidades desportivas, nomeadamente basquetebol, ténis, futebol juvenil (salão), «tackwon-do», chiniquinho, cicloturismo e atletismo.

De realçar ainda a realização de um «Festival Desportivo» organizado pela Associação dos Moradores de Santo António dos Cavaleiros, Grupo Desportivo dos Amigos de Santo António dos Cavaleiros e clube da mesma localidade igualmente vasta vai ser a

actividade no domínio cultural, da qual se destaca o espectáculo «1988 — em Loures Viver Abril», que se realizará no dia 24 de Abril, pelas 22 horas, no Pavilhão Gimnodesportivo «Paz e Amizade» (Loures), com a actuação do grupo de música popular Romanças, Poesia de Abril e Paulo de Carvalho. Do programa das comemorações constam ainda outras actividades, que decorrerão um pouco por todo o concelho.

No âmbito da Associação de Municípios para a área sócio-cultural (Amasculatura), vai ser montada uma exposição sobre o 25 de Abril, a qual ficará patente ao público nos quatro concelhos que integram a associação (Loures, Amadora, Vila Franca de Xira e Sobral de Monte Agra-

ço), e será editada uma revista para jovens, cuja temática será a Revolução de Abril.

## Recursos hídricos discutidos em Santarém

Entretanto a Câmara Municipal de Loures dá nota ainda de uma importante reunião marcada para o próximo dia 22 de Abril em Santarém, onde participarão dezenas de municípios para discutirem a gestão regional dos recursos hídricos.

Segundo esclarece a CM de Loures, a perspectiva de estabelecimento de novos modelos de gestão regional dos recursos hídricos, com influência na actividade dos municípios neste domínio fundamental da vida quotidiana das populações, está a provocar um crescente movimento de atenção e interesse junto de municípios da região do Tejo que mantêm, desde há longo tempo, contactos regulares entre os respectivos Serviços Municipalizados para análise e discussão de problemas comuns.

Neste âmbito, um grupo de trabalho constituído por representantes dos Serviços Municipalizados de Cascais, Loures, Oeiras, Santarém e Vila Franca de Xira, foi encarregado de promover uma reunião entre diferentes autarquias da Região do Tejo, que constitua «momentos de reflexão conjunta» sobre as consequências para os municípios do novo modelo institucional de gestão de recursos hídricos e sobre o papel das autarquias nesse modelo, em particular naquilo que respeita às previstas Admi-

nistrações de Região Hidrográfica (ARH).

Nesta reunião, marcada para 22 de Abril próximo em Santarém, participarão, para além dos 16 municípios dos distritos de Santarém e Lisboa que mantêm reuniões regulares dos Serviços Municipalizados, outros 22 concelhos com interesses comuns na Região do Tejo, dos distritos de Castelo Branco, Portalegre, Santarém e Setúbal. Às autarquias, o grupo de trabalho propõe a discussão de temas relacionados com a intervenção dos muni-

cípios na gestão regional dos recursos hídricos e com novos conceitos consagrados na Lei de Bases do Ambiente, aprovada em 1987 pela Assembleia da República. Em debate estarão problemas tão importantes como as atribuições e órgãos da Administração de Região Hidrográfica, sua ligação com a Regionalização, associações de utilizadores, licenciamento de captações e rejeições, princípio do poluidor-pagador, taxas e tarifas, comparticipações e Lei das Finanças Locais.

## Nacional



Na Nazaré os sinos tocaram a rebate e a população concentrou-se frente ao Hospital, lutando contra a intenção do Ministério da Saúde em reduzir quadros, serviços, número de camas e de trabalhadores, o que equivalerá à quase anulação desta importante unidade hospitalar

## Nazaré

# Sinos a rebate para salvar Hospital

No passado dia 31 de Março a população da Nazaré foi alertada pelo toque dos sinos a rebate, mobilizando-se e juntando-se frente ao Hospital local, no sentido de impedir o seu encerramento. Durante vários dias correram em todo o concelho boatos de que Leonor Beleza se deslocaria à Nazaré para encerrar o Hospital. E, como «não há fumo sem fogo», a população quis saber como é.

Na realidade, e segundo consta, o Hospital da Nazaré — anteriormente afamado quer pelos cuidados que prestava, quer pelo bom funcionamento da maternidade que ali existia, e que servia os concelhos limítrofes — foi, recentemente, passado a Unidade de Internamento do Centro de Saúde por decisão do Ministério da Saúde, o que implicará a redução do número de camas, de pessoal médico e auxiliar. Com consequências deste género: das 58 camas existentes, pretende-se reduzir para 16; o serviço de urgências passará a funcionar apenas das 8 às 19 horas; acabar-se-á com o serviço de cirurgia, etc.

Esta situação desencadeou, naturalmente, o descontentamento dos trabalhadores do Hospital, dos médicos e da população em geral. Todos querem um Hospital com melhor funcionamento, mais bem apetrechado do ponto de vista técnico e humano, um Hospital que responda com eficácia ao socorro e tratamento, quer da população que ali vive, quer aos problemas dos milhares de veraneantes que ali acorrem na situação que hoje se vive, dentro e fora do Hospital, é de revolta e indignação pelas ameaças que pairam sobre este estabelecimento de saúde.

Entretanto, os trabalhado-

res do Hospital vêm-se a braços com um volume cada vez maior de trabalho, são os tarefeiros que não têm de fazer trabalhos de enfermagem, são os enfermeiros que não têm mãos a medir para acorrer a todas as situações, são os médicos que se vêm cada vez mais sobrecarregados nos serviços de urgência, etc.

Como se não bastassem estes problemas, este mês foram «despedidos» 4 funcionários-tarefeiros — três mulheres e um homem — alguns deles com mais de três anos de trabalho naquela instituição. E na Nazaré pergunta-se:

«Será desta forma que procuram acabar com o Hospital, isto é — ir reduzindo o número de trabalhadores, degradando-se os serviços e sendo assim justificada a redução do número de camas e de serviços que o Hospital pode prestar?! Isto é: acabar com o Hospital de uma forma habilidosa?!...».

# Chamusca de novo com «OTL's» para jovens

A Câmara Municipal da Chamusca candidatou-se aos quatro projectos para o programa OTL/88 nas seguintes áreas: Património Natural (Espaços Verdes); Interesse Social e Comunitário (Desportivo); Património Cultural (Património Etnográfico); Ciência e Tecnologia (Apoio Gabinetes Técnicos).

Este programa será desenvolvido em dois períodos: o primeiro decorre de 4-7-88 a 14-8-88 e o segundo decorre de 16-8-88 a 16-9-88. O horário de cada jovem será de quatro horas diárias, com a remuneração de 500\$00 por dia de trabalho.

A Associação de Bombeiros Voluntários Chamusquenses também se candidatou com um projecto de interesse Social e Comunitário na área de trabalho Social/

/Comunitário, programa que será desenvolvido em dois períodos (os mesmos da iniciativa anterior). O horário será também de quatro horas diárias, com a remuneração de 500\$00 por dia.

Os jovens com idades entre os 15 e 24 anos poderão candidatar-se no máximo a 3 projectos, optando em cada um deles a prioridade que pretende; para isso deverão dirigir-se aos Serviços de Se-

cretaria da Câmara Municipal de Chamusca, entre os dias 4 e 20 de Abril, onde serão fornecidas fichas de inscrição que depois de devidamente preenchidas serão entregues nestes serviços, mediante a aquisição do cartão pelo preço de 50\$00, que o jovem deve utilizar enquanto estiver ao Serviço no Programa.

A selecção dos jovens que irão integrar os respectivos projectos estarão a cargo da Delegação Regional do FAOJ em Santarém e qualquer informação e esclarecimento poderão ser obtidos no posto de inscrição que funcionará na Secretaria da Câmara Municipal nas horas normais de expediente.

# Alcácer do Sal Meio ambiente em «concurso jovem»

«Ambiente Vivo, Ambiente Protegido» é o tema do concurso de desenho, pintura, prosa e poesia a decorrer em Alcácer do Sal, entre 7 de Abril e 5 de Maio, dirigido a todas as crianças e jovens deste concelho com idades entre os 6 e os 25 anos.

O concurso intitulado «Ambiente Vivo, Ambiente Protegido» tem o objectivo de

incentivar a reflexão sobre a temática do meio ambiente; sensibilizar os jovens para os problemas da poluição, para as necessidades de defesa e preservação das florestas e de áreas de interesse para as comunidades locais; conservação e limpeza de áreas protegidas para animais e plantas; vigilância de fogos em áreas florestais.

Os trabalhos premiados serão posteriormente divulgados junto da população, mediante a edição de uma publicação.

A divulgação dos resultados do concurso e a entrega dos prémios será concretizada no dia 8 de Junho de 1988 na Câmara Municipal coincidindo com a comemoração do Dia Mundial do Ambiente.

PCP

# SETÚBAL

## Solidariedade à Reforma Agrária e à Marcha do dia 21

O «pacote agrícola» do Governo propõe-se transferir a posse útil da terra dos trabalhadores para os agrários absentistas e, procura «legalizar» todas as ilegalidades cometidas por este Governo e seus antecessores, muitas das quais já condenadas pelo Supremo Tribunal Administrativo.

A ser aprovado este «pacote agrícola», no distrito de Setúbal dificilmente haveria uma UCP/Cooperativa que conseguisse sobreviver. Esta criminosa ofensiva encontrará, mais uma vez, a resistência e a determinação dos trabalhadores da Reforma Agrária.

O alerta é lançado pela Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP, em comunicado de imprensa divulgado recentemente e onde se sublinha que «a Marcha dos Trabalhadores da Reforma Agrária, com uma coluna que atravessará o distrito de Setúbal (com início em Beja, dia 19 de Abril e terminando dia 21 em Lisboa, em frente à Assembleia da República onde se inicia a discussão da Proposta de Lei de Bases da Reforma Agrária), é a prova da determinação e do empenhamento dos trabalhadores na luta em defesa da Reforma Agrária, pelo progresso social alcançado e pela defesa do regime democrático».

No documento dirigido à Comunicação Social, a DORS do PCP manifesta a sua total solidariedade para com os trabalhadores da Reforma Agrária e apela à participação de todos os trabalhadores nesta grandiosa jornada de luta, encontrando as formas que considerarem mais adequadas para manifestarem a sua repulsa contra o «pacote» de Barreto/Cavaco.

A realização da Reforma Agrária — lembra a DORS — abriu caminho a um exemplar projecto de desenvolvimento, de transformação económica e de justiça social nos campos do Alentejo e do Ribatejo. Pelas melhorias operadas na vida das populações e pelo enorme interesse de que se revestiu para o desenvolvimento da agricultura e para o progresso do País, a Reforma Agrária

absentistas. Em consequência, são já hoje visíveis os resultados: o retorno do desemprego, a miséria e a fome, o regresso à situação de não aproveitamento das terras com milhares de hectares por cultivar e improdutivas.

Apesar desta situação, as UCPs e Cooperativas sobrevivem, investem e demonstram potencialidades que, a serem plenamente aproveitadas, permitiriam uma agricultura dinâmica, moderna e em crescimento constante — considera a DORS, que sublinha: «O Governo Cavaco Silva, agindo sem olhar a meios e em claro desrespeito pela Constituição, apresentou na Assembleia da República um «pacote agrícola» que, se viesse a ser aprovado, inverteria completamente o conceito constitucional da Reforma Agrária e facilitaria a sua total liquidação».

Esta exaltante experiência das UCPs e Cooperativas — dizem os comunistas — tem estado submetida a constantes, violentas e criminosas ofensivas, desencadeadas por vários governos de direita, com o único propósito de restaurar os velhos latifúndios e recuperar a posse da terra para os latifundiários



A Marcha do dia 21 suscita a solidariedade dos operários, dos trabalhadores e dos democratas

### As obras na Av. 5 de Outubro...

Já terminaram as obras de fundações do novo Centro de Trabalho do PCP em Setúbal, acompanhadas pelo olhar curioso de muitos sadinos. Das obras em curso na Av. 5 de Outubro e da campanha que decorre em bom ritmo contamos dar alguns pormenores de interesse na próxima edição do Avante!



## Domingo, no Funchal

# Álvaro Cunhal na 2.ª Assembleia do PCP na Região Autónoma da Madeira

A 2.ª Assembleia da organização do Partido na Região Autónoma da Madeira, marcada para o próximo domingo, dia 17, com a participação do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, foi tema da conferência de imprensa que a DORAM do Partido realizou no passado dia 7 no Centro de Trabalho do Funchal.

Vejamos, em síntese, alguns pormenores e notas de destaque apresentadas aos jornalistas:

A Assembleia decorrerá no salão do Sindicato da Construção Civil e contará com cerca de 120 delegados. Álvaro Cunhal, A. Casarrinha e José Cavaco, membros do Comité Central, também estarão presentes nos trabalhos.

Na Assembleia participará ainda cerca de uma centena de convidados, militantes e simpatizantes do Partido e democratas independentes.

Estão convidadas as forças políticas democráticas PS, UDP e PRD e ainda apoiantes da Intervenção Democrática, dos Verdes e do MDP.

Estão também convidadas representações do ministro da República e da Assembleia Regional, bem como diversas autoridades e forças vivas regionais.

A preparação da Assembleia começou em meados de Março e desde então já se efectuaram 15 reuniões e plenários das organizações do Partido (até ao passado dia 7), com a presença de

286 militantes e simpatizantes do Partido. Foram aí eleitos 47 delegados.

Até à data da Assembleia realizar-se-ão ainda mais plenários e reuniões prepara-

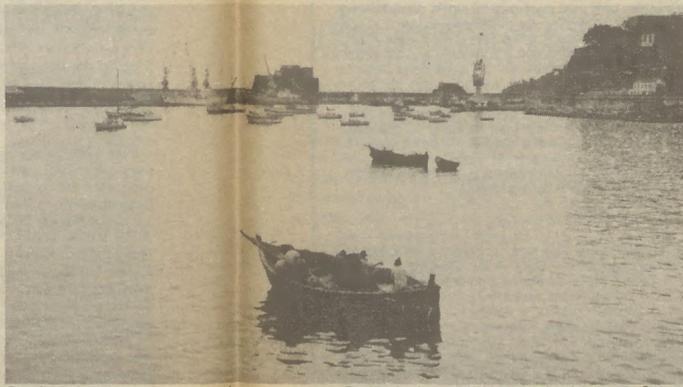
torias onde devem ser eleitos 53 delegados.

**Acontecimento importante**  
A preparação e efectivação da Assembleia é um acontecimento de grande significado político para os comunistas, já que permite estudar o estado da Organização do Partido na Região

de fundo ao documento. Até ao momento todas as propostas recebidas pelos órgãos executivos da DORAM têm sido consideradas como perfeitamente integráveis no documento a apresentar à Assembleia.

O Secretariado da DORAM do PCP em funções até à reunião do órgão máximo do Partido na Região (a sua Assembleia), exorta todos os militantes e simpatizantes do Partido e todos os democratas em geral, a discutir e dar as suas opiniões sobre a proposta de teses da 2.ª Assembleia.

Todas as opiniões serão ouvidas, todas serão levadas em consideração.



Domingo é dia da 2.ª Assembleia dos comunistas na Região Autónoma da Madeira. As eleições do Outono serão um dos temas em debate neste importante acontecimento político do arquipélago

de encontrar através do debate as medidas necessárias para corrigir dificuldades e deficiências, eleger a nova Direcção Regional e traçar as perspectivas políticas.

Julgamos que é também um acontecimento significativo para a população da Região Autónoma, já que estamos a analisar a situação económica, social, política e cultural da Madeira e Porto Santo, com a preocupação de encontrar soluções alternativas para os grandes problemas que continuam a afectar as condições de vida para a população da Região, sublinha a DORAM do PCP. Esta análise está a ser

efectuado nos plenários e reuniões em torno da discussão do projecto de teses, proposto pela actual DORAM e cuja discussão decorre até e durante a Assembleia.

Este documento, pela profundidade da análise que produz, tem merecido, apesar das suas muitas deficiências, comentários e elogios, mesmo de militantes de outros partidos democráticos.

Entretanto, da discussão efectuada já resultam mais de 700 propostas de alteração ao texto inicial, que nalguns casos são contribuições

## Tarefas deste ano Comunistas de Coimbra estão preparados

Em estreita ligação com o povo do distrito, as suas aspirações e lutas, a organização distrital de Coimbra do PCP está preparada para levar por diante as acções e tarefas que se colocam no corrente ano. Esta nota de afirmação e empenhamento sobressaiu dos trabalhos do encontro de quadros reunido no passado fim-de-semana em Coimbra. De âmbito distrital, esta iniciativa «analisou a situação política e a luta de massas» na região.

Das conclusões a que o encontro chegou vejamos alguns das ideias fundamentais:

• A luta da classe operária e dos trabalhadores está em desenvolvimento. Cresce a oposição ao pacote laboral do Governo, bem expressa na mais ampla e participada greve geral de todos os tempos, ocorrida no passado dia 28 de Março, com paralisações em mais de 370 empresas do distrito, envolvendo mais de 500 locais de trabalho.

• Continua a luta dos agricultores e rendeiros do Baixo Mondego contra o emparcelamento compulsivo e contra o projecto do Governo de revisão da lei do arrendamento rural, bem como dos compartes dos baldios contra os projectos-roubo existentes na Assembleia da República, da autoria do PS, PSD e CDS.

• Continuam as lutas e movimentações muito diversificadas de outros sectores da população do distrito — professores, médicos, autarquias e lutas dos moradores, evidenciando todas elas uma questão central: a política deste Governo, tal como nos últimos anos, não só não resolve como continua a agravar ferozmente, dia-a-dia, as condições de vida do povo do distrito.

• O reforço da organização do Partido no distrito; • A participação activa na preparação do XII Congresso, a realizar de 1 a 4 de Dezembro, vai ser tarefa empenhada de todos os quadros e militantes do Partido na dinamização e calendarização dos trabalhos preparatórios, de forma a que todas as organizações possam participar e debater os projectos de teses ou de resolução política e de alterações dos estatutos que serão apresentados oportunamente pelo Comité Central, bem como participar na eleição dos delegados.

Por último, o encontro de quadros apelou à ampla e activa participação nas iniciativas que o movimento sindical unitário decidir para hoje, dia 14 (em apoio da concentração na Assembleia da República, na luta contra o pacote laboral), bem como nas grandiosas jornadas do 25 de Abril e do 1.º de Maio, que se aproximam.



Em Coimbra — no concelho e no distrito — as organizações do PCP estão empenhadas nas tarefas, nas acções e nas responsabilidades do Partido

## Santarém

# Encontro regional de quadros no Entroncamento

### «O trabalho do Partido na empresa»

Quadros do Partido que trabalham em empresas, delegados e dirigentes sindicais, membros de comissões de trabalhadores, elementos das Comissões Concelhias do PCP, dirigentes regionais (DORSA) e simpatizantes do Partido convidados pelas Concelhias em conjunto com a Direcção Regional vão participar no encontro sobre o trabalho do Partido na empresa, marcado para o próximo sábado no Entroncamento.

têm estado no centro dos debates preparatórios deste encontro, que se iniciará às 10 horas no salão de exposições da CM do Entroncamento.



As formas de organização do Partido nas empresas estarão em debate no encontro promovido pela OR de Santarém

## A CEE e o desenvolvimento regional Seminário em Beja

No próximo sábado, dia 16, entre as 15 e as 18.30 horas, terá lugar em Beja, na Casa da Cultura, um Seminário sobre a CEE e o Desenvolvimento Regional, iniciativa promovida pela Comissão Distrital de Beja do Partido Comunista Português e aberta a todas as organizações, trabalhadores e a todos os democratas que nele

desejem participar com a sua opinião e sugestão sobre o tema em debate.

A grave situação económica, social, demográfica e cultural que se vive no distrito de Beja impõe uma abordagem séria deste e de outros problemas e a conjugação de esforços para que sejam encontradas e executadas as

soluções adequadas, sublinha aquele organismo de direcção.

Participam no Seminário, António Murteira, membro do Comité Central e Joaquim Miranda, deputado comunista ao Parlamento Europeu. A Distrital do PCP convida todos os interessados a participarem neste Seminário.

# A ilha das Flores e a ruptura nos abastecimentos

### • Consequências duma política de desprezo

A propósito da situação que se vive na ilha das Flores — a actual ruptura de abastecimento de géneros essenciais é uma das mais sentidas de que há memória —, a Comissão de Ilha do PCP divulgou recentemente em breve comunicado em que interroga:

• Quantas vezes vimos, ouvimos e lemos as autoridades locais (presidentes das câmaras e deputados) virem aos órgãos de comunicação social exigir públicas responsabilidades àqueles que de facto têm responsabilidade por tal situação? Ou será que ninguém é responsável por tal situação?

• Onde estão os responsáveis do PSD que logo após a reunião em Santa Maria vieram aos órgãos de informação locais embandeirarem em arco com as medidas prometidas pelo Governo, pretendendo, assim, salvar as honras do convento? E, procurando esquecer que elas eram de há muito exigidas não pelo PSD, mas pelo PCP, e se alguém tem dúvidas, pela nossa parte, dispo-

mo-nos a exhibir os programas e manifestos eleitorais que o comprovam.

• Onde está a boa vontade do Governo Regional em resolver os problemas da ilha das Flores, tão propalada após a mencionada reunião em Santa Maria, se durante todo este período não se interessou minimamente com problemas de bem mais fácil resolução? E, mesmo admitindo que assim seja e que necessário se tornasse a tomada de medidas conjuntas com o Governo Central, por acaso alguém tem conhecimento desta questão constar da agenda da última reunião de Mota Amaral com Cavaco Silva, tão anunciada nos órgãos de comunicação regional?

• Mas será que o povo das

Flores já esqueceu que o mesmo Governo Regional, que, por exemplo na quadra natalícia passada, quando a ruptura do açúcar atingia um ponto gritante, deixou a SATA escalar por várias vezes o aeroporto das Flores com duas e mais toneladas de disponibilidade, quando há bem poucos anos e na mesma quadra fazia a Força Aérea deslocar dois helicópteros com açúcar, ovos e balthaus existentes com abundância no mercado local e apenas por interesses eleitoralistas?

• Quem vai suportar as perdas e danos causados nas mercadorias que se encontram retidas no cais de Ponta Delgada?

A Comissão de Ilha do PCP comenta em seguida: «Pensamos ser hoje claro que a situação que se vive nas Flores actualmente não é apenas fruto da nossa situação geográfica, distantes das outras ilhas. Ela é fruto

A 3.ª Assembleia da Organização do PCP na Região Autónoma dos Açores decorrerá no próximo fim-de-semana, em Ponta Delgada, nas instalações da Universidade. Estará presente a camarada Luisa Araújo, do Secretariado do Comité Central do Partido

PCP

## Domingo, nos Recreios Desportivos

# 3.ª Assembleia da organização concelhia da Amadora

Muitos dos aspectos que marcam o dia-a-dia dos 220 mil habitantes da Amadora serão abordados na 3.ª Assembleia da Organização concelhia do PCP, que decorrerá no próximo domingo, dia 17, a partir das 9.30 h. nos Recreios Desportivos (ex-Cine Plaza).

**Com a classe operária, com o povo, consolidar o Município de Abril, defender a democracia** é o lema desta Assembleia, que tem vindo a ser activamente preparada com saliência nos cerca de 30 plenários das organizações, envolvendo centenas de militantes comunistas. A discussão do projecto de relatório e a eleição dos 380 delegados têm sido pontos dominantes das iniciativas preparatórias da Assembleia.

Marcada em Novembro do ano passado, a iniciativa do próximo domingo tem sido preparada pelos comunistas do concelho em paralelo com um conjunto de responsabilidades e tarefas derivadas, por um lado, da situação política e social e dos problemas que os trabalhadores têm enfrentado nas empresas (paralisações, lutas, concentrações, jornada de 17 de Março, greve geral) e, por outro lado, derivadas do papel que os comunistas desempenham na esfera do Poder Local.

Hoje, ao mesmo tempo que consideram justa a decisão de manter a data da sua

Assembleia, os comunistas da Amadora mostram que, apesar da crescente influência e do elevado prestígio que o Partido desfruta junto da população, há que trabalhar mais para reforçar a organização e a intervenção do Partido neste concelho de grande peso demográfico e económico no distrito de Lisboa. Os militantes estão atentos às debilidades e insuficiências que ainda se registam na sua actividade, algumas das quais não são estranhas, naturalmente, à situação social criada pelas ofensivas do Governo e da política de direita contra os trabalhadores. Atente-se neste exemplo: o encerramento

de empresas e a redução de postos de trabalho no concelho provocaram a saída de 300 militantes comunistas dos seus organismos. Entretanto, a própria actividade preparatória da Assembleia tem avançado algumas respostas muito positivas às debilidades existentes. Vejamos um exemplo: a constituição de dois organismos específicos para a indústria química e farmacêutica, sectores onde se registavam algumas dificuldades no plano da organização.

Como assinala o projecto de relatório, o Encontro Distrital de Quadros promovido pela ORL em Novembro do ano passado na Voz do Operário definiu três prioridades para a acção dos comunistas nas organizações do distrito: **o trabalho nas empresas, o trabalho local e a frente autárquica, e o trabalho com a juventude.** Ora, a preparação da Assembleia e a sua realização procuram «aprofundar a nossa actividade nestas três áreas prioritárias, avaliando a situação concreta e real, e procurando aperfeiçoar o funcionamento de cada organismo de forma a

intervir mais e melhor, alargando o prestígio e influência do Partido nas empresas, nas freguesias e entre a juventude». «No entanto», acrescenta o documento, «não podemos deixar de fazer um balanço objectivo do nosso trabalho desde a última Assembleia Concelhia» (Novembro de 1981).

Em breve conversa na redacção do «Avante!», dois elementos do Executivo da actual Concelhia — camaradas **Deolinda Santos e Martinho Batista** — referiram-nos que estão previstas cerca de meia centena de intervenções e que serão postos à votação o projecto de relatório, que tem recebido numerosas propostas de alteração e melhoramento, e uma **carta reivindicativa** do concelho. Como material de apoio será ainda distribuído um documento dedicado à caracterização socioeconómica da Amadora. Aqui se situam importantes sectores da indústria nacional (metalurgia, indústria farmacêutica, química, gráfica, eléctrica, etc.), destacando-se as unidades da **Cometna e Sorefame.**

### Continuar a trabalhar

Incontestável força de vanguarda da classe operária do concelho, com uma poderosa influência no movimento sindical e nas comissões de trabalhadores; força maioritária no plano do Poder Local e com uma notável influência no movimento associativo e popular, com uma consequente acção pela unidade de todos os democratas, o Partido adquiriu um fortíssimo prestígio junto da classe operária, dos trabalhadores, da população e é uma força organizada e organizadora decisiva e determinante e, sem dúvida, a politicamente mais influente no concelho.

No entanto, é possível ir mais além, alargando ainda mais a actividade e influência do Partido.

É nesse sentido que devemos continuar a trabalhar. (Do projecto de relatório da Assembleia)

### Encontro CDU

A 12 de Março, teve lugar o Encontro da Coligação Democrática Unitária — CDU — da Amadora.

Foi constituída a Comissão Coordenadora Concelhia da CDU, composta por 60 cidadãos representando as várias correntes políticas e partidárias que integram a CDU, incluindo cidadãos independentes, não vinculados a qualquer partido.

Foi igualmente constituído o Secretariado da Coordenadora, que garantirá o funcionamento corrente e dinamizará a acção da CDU da Amadora.

### Encerramento de empresas

A política levada a cabo pelos últimos governos e agravada pelo Governo PSD/Cavaco Silva, a ofensiva lançada contra os direitos e conquistas dos trabalhadores, levou ao encerramento de várias empresas, entre elas, a Sousa Braga, Pereira e Brito, Interlastex, Gazina e parte da produção da Bertrand.

Mais de mil trabalhadores ficaram no desemprego, só relativamente a estas quatro empresas.

A ofensiva atingiu fundamentalmente as maiores empresas do concelho. A Sorefame, Cometna e Cel-Cat reduziram o seu quadro em milhares de trabalhadores. (Do projecto de relatório)

## Conferência Regional do Porto sobre a Organização

Convocada pela Direcção da Organização Regional do Porto do PCP realizou-se no sábado passado, dia 9 de Abril, uma **Conferência Regional sobre Organização do Partido.** Esta Conferência, em que participaram cerca de meio milhar de quadros de todas as organizações do distrito do Porto decorreu em duas sessões plenárias e três secções dedicadas ao debate dos problemas organizativos nas principais áreas de intervenção do Partido. Os trabalhos foram abertos com uma intervenção de Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política do CC e da DORP, e encerrados com a alocação final do camarada Blanqui Teixeira, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Foi sublinhado na Conferência que, por reais que sejam — e são — dificuldades que resultam de factores objectivos, externos ao Partido, e deficiências e insuficiências que se verificam na nossa própria actividade e organização, e que têm sido frequentes vezes objecto de consideração e de análise em reuniões, plenários e documentos de organismos e organizações, e a diversos níveis, constituiria um grave erro desvalorizar os méritos

do Partido que somos, da sua orientação, actividade e organização. E desvalorizar a importância da participação organizada, e continuada ao longo de anos de milhares de militantes, da sua consciência revolucionária, do capital de experiência acumulado e da confiança na causa do socialismo e do comunismo que os anima.

É, de facto, a poderosa realidade que constitui a Organização Regional do Porto: — mais de 26 mil membros,

com forte implantação na classe operária e nos trabalhadores, com uma marcada componente jovem (mais de 30 por cento dos militantes têm menos de 30 anos, 53% situam-se na faixa dos 30 aos 50 anos) e uma crescente participação das mulheres (que já ultrapassaram os 21% dos efectivos). Uma vida partidária dinâmica e inserida profundamente nas lutas dos trabalhadores e da população da região. Um colectivo dirigente constituído, aos diversos níveis e nos diversos sectores, por alguns milhares de quadros.

Na Conferência foram amplamente debatidas questões que se prendem com o trabalho das organizações, as suas principais experiências, êxitos, dificuldades, insuficiências, bem como as prioridades e novos métodos para as vencer.

Foi, em particular, sublinhada a interdependência dos problemas de organização, dos quadros, da dinamização da actividade e da intervenção e da ligação do Partido às massas. Daí a necessidade de considerar os métodos de trabalho e as diversas tarefas, quer nos seus aspectos específicos, quer na sua interligação.

Isto significa que é importante ganhar a compreensão de que para resolver as dificuldades no plano de organização é indispensável ligar o Partido às massas, dar resposta aos problemas, tomar mais posições públicas, ter iniciativa no plano político e mantê-la. E que, para reforçar a iniciativa política e virar o Partido para fora, é indispensável, ao mesmo tempo,

um trabalho enérgico e criativo e considerar o estilo de trabalho e medidas no plano da estrutura orgânica para elevar o sentido de responsabilidade e de iniciativa dos quadros, o funcionamento colectivo e vivo de todo o Partido.

O reforço da intervenção política do Partido e o reforço das frentes do trabalho de massas — com destaque para a ligação do Partido à classe operária e aos trabalhadores, e para as autarquias locais e associações populares assume, assim, uma importância fundamental.

Na Conferência foi, também, considerada decisiva, para enfrentar com sucesso dificuldades existentes em alguns sectores, a formação de mais organismos e uma maior atenção ao processo (que deve ser equilibrado mas contínuo) da renovação dos organismos, com a chamada a tarefas de direcção, designadamente de direcção intermédia, de um número muito maior de quadros não funcionários que se destaquem na luta e na organização, do mesmo modo que o melhor conhecimento e aproveitamento em geral dos quadros do Partido.

A necessidade de equilibrar melhor no trabalho diário, quer individual, quer dos organismos, a relação entre as tarefas executivas e a necessidade de estudo dos problemas e realidade sobre que intervêm, sem o que a actividade executiva fica limitada, tende a entrar na rotina e a desligar-se dos problemas e das massas, foi outra questão particularmente dis-

cutida durante a Conferência.

Células de empresa, sectores de classe profissional e organismos virados para estruturas unitárias dos trabalhadores, organizações de base local, organismos para as autarquias e associações populares, frentes de trabalho e sectores muito diversos foram tratados nas três secções especializadas, nas quais foram ainda consideradas questões relativas aos quadros do Partido e à formulação política e ideológica.

O desenvolvimento da unidade e da luta dos trabalhadores e do povo português contra a política de direita e o destacado papel desempenhado pelos comunistas em todas as frentes de massas,

que o extraordinário sucesso da greve geral tornou bem patente, está a criar condições muito favoráveis ao reforço do PCP, ao crescimento das suas fileiras, ao fortalecimento da sua organização e ao alargamento da sua influência política. A **Campanha de Recrutamento** de novos militantes que está em curso na organização regional do Porto constitui uma confirmação dessas condições, quer pelo ritmo actual de recrutamento — da ordem dos cem militantes por mês —, quer pelas informações providas de sectores diversos sobre as condições existentes para o alargamento ainda mais rápido das fileiras do Partido.

### Camaradas Falecidos

#### João Porfírio Tristão

Activo colaborador da Comissão Concelhia do PCP de Vila Franca de Xira, faleceu no passado dia 8 o nosso camarada João Porfírio Tristão. Contava 82 anos.

#### Manuel Rosa Mascarenhas

Faleceu o nosso camarada Manuel Rosa Mascarenhas, de 69 anos, pedreiro, membro da organização do Partido Comunista Português em

Apelação, no concelho de Loures.

#### Celínio Gomes

Organizado na freguesia de St. Estêvão, Lisboa, faleceu recentemente o militante comunista Celínio C. Gomes.

\*\*

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

## ORL

# Avança a campanha dos 32 mil contos

«1988, ano do XII Congresso. Para um Partido mais forte. Liberdade, democracia, socialismo». Este é o lema da campanha de fundos que decorre no distrito de Lisboa, tendo como meta 32 mil contos. Segundo uma informação que nos foi prestada anteontem pela Direcção Regional do PCP (DORL) «a campanha adquiriu grande dinâmica durante o mês de Março, com iniciativas locais muito participadas. Pela sua importância, destacamos os almoços realizados na **Azambuja,**

**Sobral, Mafra e T. Vedras,** que tiveram centenas de presenças.

Para estes últimos meses de campanha, para além de um postal, pintura da autoria de Rogério Amaral e do **cartão de compromisso,** foi lançada uma nova rifa, a sortear a 9 de Julho que tem como 1.º prémio uma carrinha Ford Transit, com sete lugares, no valor de 2250 contos.

Nos finais de Março tinham-se atingido **6752 contos,** correspondendo a 21,8 por cento da meta.

Terra

Arrendamento e emparcelamento

# Governo impede o progresso da agricultura

Os projectos de lei de arrendamento rural e de emparcelamento agrícola elaborados pelo Governo de Cavaco Silva «visam, por um lado, impedir os 300 mil rendeiros do País de aumentarem a produção das terras e melhorar a sua vida, e, por outro, ajudar meia dúzia de grandes agricultores a tornarem-se ainda maiores à custa dos agricultores com menos terra» — afirma a direcção do MARN-Beiras num documento recentemente distribuído à Comunicação Social. — «São projectos que impedem o desenvolvimento e o progresso da agricultura portuguesa» — conclui aquele órgão do Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte.



Rendeiros e agricultores de todo o País deslocaram-se à Assembleia da República no dia 7 de Abril. Apesar dos protestos de quem trabalha a terra e das organizações da lavoura, o PSD acabaria por aprovar, sozinho, a autorização legislativa ao Governo para legislar sobre arrendamento rural. Falto o quorum (!) para aprovar semelhante autorização para o emparcelamento.

O MARN-Beiras considera que tais propostas de lei, a serem aprovadas, «iriam semear insegurança e instabilidade nos rendeiros e nos pequenos agricultores». «São tão gravosas — comenta-se no documento — que o Governo, fugindo à discussão pública e na Assembleia da República, pede autorização apenas para legislar».

A proposta de lei de arrendamento rural «não dá quaisquer direitos aos rendeiros», afirma o MARN-Beiras, lembrando algumas consequências da pretendida aprovação e aplicação do projecto do Governo:

- bastaria ao proprietário declarar que pretende a terra para a explorar directamente ou para um seu filho *jovem agricultor*, para que o rendeiro se não pudesse opor à denúncia do contrato;
- o rendeiro só receberia indemnizações pelas benefi-

torias feitas na terra se houvesse cessação antecipada do contrato;

- a renda passaria a ser aumentada anualmente, enquanto a lei actual estabelece a actualização de seis em seis anos.

Quanto ao projecto de lei sobre emparcelamento agrícola, o Movimento entende que «visa a concentração de terras nas mãos de meia dúzia de proprietários»; isso porque, a transformação do projecto em lei e a sua aplicação — salienta o MARN-Beiras — implicaria, entre outros efeitos, que:

- os agricultores-rendeiros, na maior parte dos casos, seriam despejados das terras que fazem de renda. Bastaria ao Ministério entender que o contrato de arrendamento seria prejudicial ao processo de emparcelamento para, pura e simplesmente, extinguir esse contrato;

- muitos agricultores (na prática, os pequenos e médios) poderiam ver algumas das suas melhores terras expropriadas em benefício de um proprietário vizinho com maior área;

- ao contrário do que previa a própria lei de 1962, os agricultores ficariam sem mecanismo que lhes permitisse reclamar e recorrer;

- a maioria simples dos proprietários de uma zona poderia impor aos restantes o emparcelamento das terras.

## Debate em Alqueidão

Também em Alqueidão (Figueira da Foz), num debate promovido no dia 27 de Março pelo MARN-Beiras com o apoio da Confederação Nacional da Agricultura, meia centena de agricultores manifestaram-se contra as referidas propostas do Governo e defenderam que elas «devem ser discutidas na Assembleia da República como todas as outras» e não devem ser objecto de autorização legislativa ao Governo.

O MARN-Beiras afirma a sua disposição de realizar outros debates semelhantes na zona do Baixo Mondego.

## Agricultores de Setúbal

Ainda sobre os projectos de lei de arrendamento e de emparcelamento, a Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal solicitou, ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, à comissão parlamentar de Agricultura e Pescas e a todos os grupos parlamentares que «exercem a competência de que dispõem no sentido de que a AR não debata tais propostas de lei sem que sobre elas se faça um debate público e nacional, de forma a que os agricultores e as suas estruturas possam dar as suas opiniões».

# Contra o roubo dos baldios

Os secretariados dos baldios do Norte e Centro e a Confederação Nacional da Agricultura promoveram a distribuição, na estrada entre Fornos de Maceira Dão e Mangualde, de um documento em português, francês e inglês sobre a sua luta contra o roubo dos baldios aos compartes.

No documento, dirigido «à opinião pública de Portugal e da Europa», os agricultores e povos dos baldios recordam que em 1976 foram publicados os decretos-lei n.º 39/76 e 40/76, «que satisfizeram uma nossa velha aspiração ao devolverem aos povos o uso, fruição e administração dos nossos baldios (terrenos comunitários que fornecem as lenhas, estrumes, águas para a nossa lavoura, os pastos para os nossos gados

ou receitas para as obras de melhoramentos que nós próprios fazemos nas nossas aldeias). Com base nesses decretos, constituímos-nos em Assembleias de Compartes e Conselhos Directivos e iniciámos uma grandiosa obra de progresso económico, social e cultural nas nossas aldeias, administrando exemplarmente aqueles terrenos».

Mas essas conquistas dos agricultores estão em perigo: «três projectos de lei — da

autoria dos grupos parlamentares do Partido Socialista, do Centro Democrático Social e do Partido Social Democrata — estão prontos a ser discutidos e votados na Assembleia da República. Com eles pretendem assenhorear-se do que é nosso e deixar-nos ainda mais miseráveis e abandonados».

Os compartes do Norte e Centro manifestam a sua disposição de «lutar para não permitir que nos roubem um bem que foi sempre dos nossos pais e dos nossos avós» e pedem «a compreensão, a solidariedade e o apoio de todos para as nossas lutas em defesa dos baldios e das suas leis».



# festa Avante!

## Domingo vamos conhecer o terreno novo

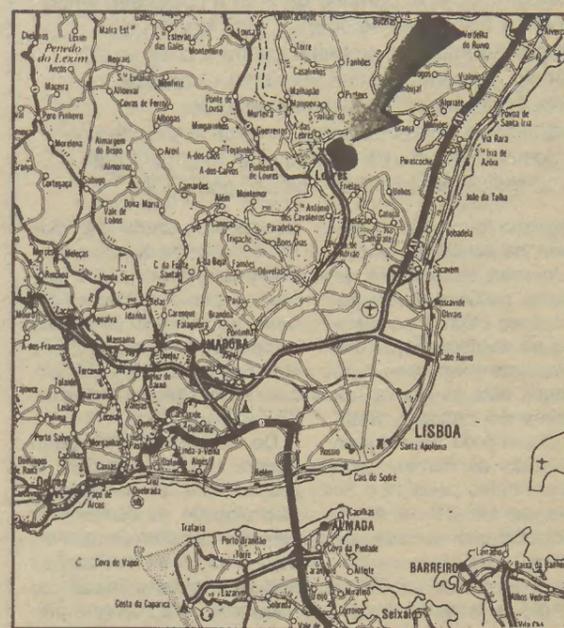
No domingo, dia 17, vai ser apresentado o terreno onde se realizará, a 9, 10 e 11 de Setembro, a 12.ª Festa do «Avante!».

A concentração está marcada para as 9 e 30 horas. Depois, até à hora do almoço, haverá uma jornada de trabalho simbólica, para limpeza de alguns arruamentos e preparação da festa que se inicia às 15 horas.

Este será o primeiro espectáculo no novo terreno. Teremos música de Cabo Verde, com **Celina Pereira, Quiqui Lima** e o grupo de **Paulinho Vieira**. A apresentação estará a cargo de Cândido Mota.

Às 13 horas — a tal hora de almoço de que se fala ali atrás — inicia-se o piquenique dominigueiro; ainda não há restaurantes a funcionar, pelo que cada um deve levar o seu farnel (pelo menos).

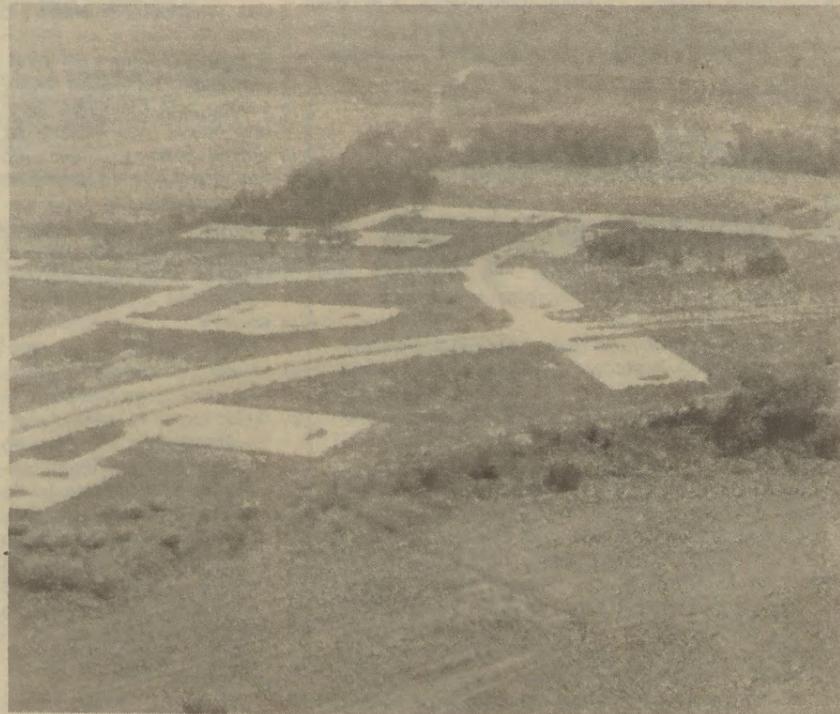
De Lisboa para o terreno da Festa pode-se ir nas carreiras da Rodov-



viária Nacional para o **Tojal e Bucelas**, com partida de Entrecampos (às horas de ponta há autocarros pela via rápida de Loures). Também servem as carreiras de Loures, mas há que descer no final e fazer o percurso até à antiga Quinta do Infantado.

Para quem for de automóvel, o percurso é

pelo Campo Grande, Av. Padre Cruz, Calçada Carriche, e via rápida de Loures até ao final; aí é só virar à direita, como se fosse para Bucelas ou Vialonga, e imediatamente outra vez à direita no cruzamento a seguir à paragem dos autocarros, contornando os prédios ali existentes.



## Desporto reúne dia 21

Enquanto as organizações estão já a pôr em marcha os preparativos para a sua participação na Festa, também avança o trabalho a nível central. Assim, vai realizar-se já na próxima quinta-feira, a partir das 10 horas, no CT da Rua Soeiro Pereira Gomes (Lisboa), a primeira reunião da comissão coordenadora nacional do Desporto.

Terra

# MARCHA para Lisboa

## Em defesa da Reforma Agrária contra a lei do latifúndio

Cumprindo uma decisão anterior aprovada no Encontro Extraordinário da Reforma Agrária realizado recentemente em Alcácer do Sal, os trabalhadores das UCP's/Cooperativas do Alentejo e Ribatejo levam a efeito entre os próximos dias 19 e 21 do corrente uma Marcha da Reforma Agrária com destino a Lisboa. Constituída por duas colunas — uma, proveniente de Évora e englobando também os distritos de Santarém e Portalegre; a outra, partindo de Beja e compreendendo também o distrito de Setúbal —, esta Marcha da Reforma Agrária visa protestar contra a nova lei do latifúndio, prevendo-se que seja uma eloquente afirmação da vontade e determinação dos trabalhadores e uma clara resposta da sua parte aos intentos do Governo de destruir uma realidade que alterou radicalmente a vida nos campos do Sul.

Segundo foi anunciado terça-feira na capital, no decorrer de uma conferência de imprensa na Casa do Alentejo, as duas colunas percorrerão a pé diversos troços dos respectivos percursos com destaque para as cinturas industriais de Lisboa e Setúbal, convergindo depois para o Marquês de Pombal onde se encontrarão pelas 12 e 30 horas do dia 21 de Abril. Coincidindo com o debate do «pacote agrícola», os homens e mulheres da Reforma Agrária dirigir-se-ão depois para a Assembleia da República onde chegarão às 15 horas.

Como salientou Lino de Carvalho aos jornalistas, esta Marcha constitui uma fortíssima expressão da luta dos trabalhadores da Reforma Agrária e da solidariedade que a rodeia, significando simultaneamente a sua firme disposição de combaterem com todas as suas forças na defesa das UCP's/Cooperativas Agrícolas, do direito ao trabalho, «desta profunda transformação democrática que é a Reforma Agrária».

Particular destaque foi ainda dado à solidariedade das

populações, sendo especialmente referida a dos trabalhadores das fábricas e empresas das localidades por onde as colunas passarão, designadamente da corda de Vila Franca de Xira até Lisboa e da Cintura Industrial de Setúbal.

De acordo com as palavras de Lino de Carvalho, «a proposta de lei do Governo não olhando às consequências de carácter económico ou social, tem motivações exclusivamente políticas, de «revanche» e punitivas e procura construir um novo quadro legal que acelere o desaparecimento de todas as UCP's/Cooperativas e a liquidação da Reforma Agrária com a reconstituição do antigo sistema de propriedade latifundiária promovendo-se situações graves de injustiça social, no plano produtivo, de desertificação social».

Um parecer solicitado ao professor Henrique de Barros, e dado a conhecer aos jornalistas, é a este respeito esclarecedor:

«O abuso que os sucessivos ministros da Agricultura cometeram ao usar com imoderada impaciência os pode-

## De 19 a 21, duas colunas integrando milhares de trabalhadores caminharão em direcção à capital

res de majorar as «reservas» que a lei lhes conferia — diz aquele reputado professor — contribuíram para avolumar as dimensões das explorações individuais até limites em que ou se possibilitavam renovadas explorações latifundiárias ou se geravam fenómenos preocupantes de absentismo, ou então de ressurgimento de novas coutadas de caça recreativa.

Com a nova lei que se tem em vista, estes riscos acentuar-se-iam: em primeiro lugar, porque o aumento previsto da dimensão de «reserva individual» seria de 30%; em segundo lugar, porque o número de titulares possíveis com direito a reservas, **retiradas da mesma propriedade**, poderia subir bastante e, com ele, o número de reservas por cada antiga propriedade; em terceiro lugar, porque aumentariam as perspectivas do exercício mais intenso do poder discricionário do ministro na concessão das reservas. «E ainda», o facto de virem a ser atribuídas reservas que, somadas, permitiriam reconstruir explorações com dimensão física latifundista, não poderia ter outras consequências que não fossem as do abandono puro e simples de parte considerável das novas propriedades criando-se, relativamente a elas, situações que seriam de **desertificação social**».

Pode-se ainda ler no parecer do prof. Henrique de Barros sobre a proposta de lei do Governo: «... seria portanto, gravemente lesadora do interesse nacional uma política que, sob o pretexto de restituir terras aos seus antigos proprietários, conduzisse praticamente à extensão dos incultos, desses «incultos» cuja erradicação já foi a ideia base da proposta de lei de Ezequiel de Campos apresentada em 1925».

E sobre a adequação da Reforma Agrária às condições sociais e económicas do Alentejo e Ribatejo, a Reforma Agrária concreta materializada nas UCP's/Cooperativas Agrícolas diz ainda o prof. Henrique de Barros no seu parecer: «A decisão com que os trabalhadores agrícolas do Alentejo — qualquer que haja sido o grau de espontaneidade, elevado umas

vezes, débil outras vezes, aceitaram explorar em comum (em vez de as partilharem individualmente) as terras de que iam tomando conta — constitui boa prova de que os sistemas colectivos de explorar a terra numa região imemorialmente sujeita à grande exploração agropecuária, de sequeiro, extensiva, ainda que até então

notilho e Orlando de Carvalho.

Chamando a atenção para o facto da defesa e preservação da Reforma Agrária ser hoje uma questão que interessa não apenas aos trabalhadores das UCP's/Cooperativas Agrícolas e suas organizações, Lino de Carvalho acentuou que pela sua importância no plano económi-

da pública uma posição de repúdio pelo pacote agrícola e a lei do latifúndio.

Destacando outras acções de solidariedade, os conferencistas assinalaram ainda o Plenário Nacional de Sindicatos realizado extraordinariamente em Évora e os telegramas e moções de solidariedade provenientes das Comissões Obreras de Espanha e das organizações holandesas Tulipa Vermelha, Grupo de Solidariedade de Nijmegen, SOS-Werel Dhandel.

Assinalam ainda os trabalhadores da Reforma Agrária os testemunhos de compreensão pelas suas razões recebidos no decorrer das entrevistas realizadas com a Presidência da República, Assembleia da República, o presidente do Tribunal Constitucional e o presidente do Supremo Tribunal Administrativo, factos que a juntar a todas as restantes acções de solidariedade constituem em seu entender uma inequívoca afirmação de que o «pacote agrícola» para além de inconstitucional, infúco e gravíssimo para a Reforma Agrária, para a agricultura e os direitos e garantias dos trabalhadores, seria também «um instrumento de desestabilização económica e social».

Deixando clara a sua determinação de não cruzar os braços, as organizações da Reforma Agrária representadas na conferência de imprensa chamaram por último a atenção dos jornalistas para a necessidade de que seja dado cumprimento do Artigo 104.º da Constituição, isto é, que seja promovido o debate público da proposta do Governo para a Reforma Agrária, necessidade constitucional que, recorde-se, foi ainda recentemente reconhecida por todos os responsáveis dos grupos parlamentares, incluindo o do PSD.

Entre as organizações que promovem a Marcha para Lisboa encontram-se a Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção, os Secretariados e Uniões das UCP's/Cooperativas Agrícolas, Federação e Sindicatos de trabalhadores da agricultura dos distritos de Beja, Évora, Setúbal, Portalegre e Santarém.



### Os horários e locais de passagem a pé das colunas de trabalhadores são os seguintes:

#### Partidas

##### 19 de Abril

Évora, da Praça do Giraldo .....	8.00 horas
Ponte de Sor .....	7.00 horas
Couço .....	10.30 horas
Beja, Praça da República .....	7.30 horas
Grândola .....	10.15 horas

#### Iniciativas de solidariedade

##### 19 de Abril

Vila Franca de Xira .....	18.30 horas
(Comício de solidariedade frente à Câmara)	
Setúbal .....	19.00 horas
(Comício de solidariedade no Largo de Jesus)	

##### 20 de Abril

Sacavém .....	19.00 horas
(Comício de solidariedade no Largo 5 de Outubro)	
Cova da Piedade .....	19.00 horas
(Comício no Largo do MFA)	

#### Junção das duas colunas

##### 21 de Abril

Lisboa, no Marquês de Pombal, às 12.30 horas.

### As malfeitorias do pacote agrícola

- Elimina os limites de áreas para as reservas (Art. 15.º).
- Multiplica o número de reservas por tantos quantos os comproprietários, herdeiros, sócios de uma sociedade (Art. 17.º).
- Desconta, no cálculo das reservas, todas as benfeitorias, investimentos, povoamentos florestais (n.º 3 do Art. 15.º).
- Favorece os absentistas e estimula o abandono das herdades pelos agrários (Art. 15.º).
- Perdoa aos agrários 28,9 milhões de contos de hipotecas por dívidas ao Estado (Art. 14.º) a que há que somar mais de 50 milhões de contos de indemnizações.
- Impede os trabalhadores e as UCP's/Cooperativas Agrícolas de, na prática, recorrerem para os tribunais para defenderem os seus direitos (Art. 27.º). Os trabalhadores deixam de ser notificados das reservas. Só sabem do processo quando o MAP, a GNR e os agrários entrassem pela cooperativa dentro (Art. 27.º).
- Intromete-se na independência e poder de decisão dos tribunais, impedindo que estes suspendam as entregas de reservas por mais ilegais que sejam (Art. 47.º).
- Reabre todos os processos de reservas dos últimos onze anos (Art. 31.º).

**Um exemplo:** Estudou-se a aplicação da lei a um caso concreto. O antigo latifúndio da Casa Margiochi de 12 121 ha. Nem um hectare sobra. Todo o latifúndio seria reconstituído.

Nacional

# Encontro de Mulheres da CDU em Évora: É preciso aumentar a participação no Poder Local

O papel que a mulher deve assumir na gestão dos órgãos autárquicos foi o tema do encontro que decorreu no passado domingo em Évora. «Catorze anos depois de Abril e apesar de todo o trabalho desenvolvido no sentido de levar a mulher a assumir a sua responsabilidade na gestão de Câmaras e Assembleias Municipais e de Freguesia, a verdade é que a sua participação a esse nível continua a ser muito reduzida» — esta foi uma das conclusões a que chegou o Encontro do passado domingo que reuniu em Évora cerca de 300 activistas da CDU dos distritos de Beja, Évora e Portalegre.



O Encontro concluiu, no entanto, que nenhuma outra força política tem vindo a dar voz e capacidade de decisão às mulheres na vida política local como o fez a ex-APU, agora CDU.

E, como exemplo, foi referido que «em 1979, as várias forças políticas concorrentes às eleições elegeram 9 mulheres no distrito de Beja, 7 no distrito de Évora e 4 no de Portalegre».

«Nos três distritos — prossegue o documento de con-

clusões — dos 5436 candidatos da ex-APU, 790 eram mulheres, o que dá uma percentagem de 14,5%; dos 1992 eleitos, 192 são mulheres e aqui a percentagem é mais baixa: 9,7%. Nas 258 freguesias do Alentejo onde a ex-APU concorreu, foram cabeça de lista às Assembleias de Freguesia 17 mulheres, das quais foram eleitas dez. Nas 43 Assembleias de Freguesia, 4 mulheres foram cabeças de lista e 2 foram eleitas».

Apesar dos esforços despendidos, o Encontro considerou que os resultados não são satisfatórios mas concluiu que a fraca participação das mulheres não assenta numa falta de interesse ou desmotivação pelos assuntos políticos, pois onde quer que seja chamada a participar — nas concentrações, nas delegações à Assembleia da República ou a outros órgãos de soberania — a mulher tem-se revelado uma companheira activa e participante.

Por outro lado — e esta é outra das conclusões do Encontro — «as mulheres eleitas para o Poder Local têm procurado agir de forma globalmente positiva, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do progresso mate-

rial das populações e dando-lhe a sua própria condição uma maior percepção de determinados problemas».

Nesse sentido, o Encontro de Évora concluiu que «as próximas eleições que se vão realizar em 1989, serão uma oportunidade para reconhecer a honestidade, trabalho e competência dos eleitos da CDU e será igualmente uma oportunidade para que mais mulheres participem nas listas da CDU em lugares de serem eleitas, pois tanto como eleitas como na condição de cidadãs de pleno direito, as mulheres constituem uma componente necessária para a transformação da vida das populações».

## A mesa que presidiu

Constituíram a mesa: *Manuela Valente, vereadora da CM de Serpa; Maria Vitória, membro da AF de Benavila; Isabel Tirapicos, activista da CDU; Nazaré Maria Roque, vereadora da CDU de Ferreira do Alentejo; Maria da Conceição, presidente da JF da Atalaia; Ana Benedita, eleita na AM de Moura; Vitalina Roque Sofia, eleita da JF de Nossa Senhora do Bispo; Maria Constança, activista da CDU de Portalegre; Susete Páscoa, presidente da AF de Aljustrel; Maria Gertrudes, vereadora da CM de Vendas Novas; Eulália Miranda, eleita na AM do Redondo; Leonor Xavier, cabeça de lista da AM do Crato e eleita na AF de Flor da Rosa; Bernardina Sebastião, activista da CDU e que participou como eleita na AM de Aljustrel e eleita para a Assembleia da República. Como convidadas, participaram ainda *Abílio Fernandes, presidente da Câmara de Évora e Helena Bastos, que foi vereadora da CM de Lisboa, actualmente eleita na AM da mesma cidade e membro do Secretariado Nacional do MDM.**

O Encontro incluiu ainda uma componente cultural que foi preenchida, com a leitura de poemas, alguns dos quais da autoria das próprias participantes.

## PCP acusa: Governo planeia «engenharia eleitoral»

Segundo uma nota da SIP do PCP, o Governo recebeu no passado dia 11, «a seu pedido e ao abrigo do Estatuto da Oposição, uma delegação do PCP composta por Carlos Brito, membro da Comissão Política, Luís Sá, membro do Comité Central, e João Labescat, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar, para informar sobre as alterações que pretende introduzir à lei eleitoral para o Parlamento Europeu».

E a nota prossegue:

«Questionado por órgãos de comunicação social sobre o encontro com o Governo, Carlos Brito afirmou que o Governo planeia realizar uma operação de engenharia eleitoral através da fabricação artificial de eleitores que serão inscritos no recenseamento e votarão em condições que não asseguram a fiscalização e a autenticidade das eleições».

Finalmente, «a delegação do PCP adiantou que com esta operação o PSD procura precaver-se em relação às

mais do que prováveis perdas que terá nas próximas eleições para o Parlamento Europeu».



## Praça da Liberdade Limpar Gondomar

Quando em Dezembro do ano passado veio o público o famigerado relatório parcial, encomendado pelo Governo PSD/Cavaco Silva na ânsia de dissolver a Câmara Municipal de Gondomar, em que o PSD está em minoria, a CDU denunciou, desde a primeira hora, que tal acção do PSD e do seu Governo estava ligada a chorudos negócios que actualmente se decidem na região do Porto, em torno do abastecimento domiciliário de gás à região, dos problemas da energia e das captações de água, entre outros.

Porém, não foi preciso muito tempo para que a denúncia da CDU fosse confirmada. Bastou que a CDU passasse a ser maioritária no Conselho de Administração do SMEAS para que a ligação entre a dissolução da CMG e os chorudos negócios que se decidem na região começasse a aparecer.

Apesar de a CDU deter apenas há cerca de dois meses a maioria no CA/SMEAS, foram já detectados factos graves ocorridos nos Serviços Municipalizados, relacionados com diversos problemas, desde a obra de saneamento de Rio Tinto, a aquisição de três viaturas, às obras relativas à captação de água de Melres, etc.

Curiosamente, o Director Delegado do SMEAS — homem ligado ao Grupo de empresas em que se integra a adjudicatária da obra de saneamento de Rio Tinto, sócio largamente maioritário da empresa que forneceu as três viaturas aos Serviços, ligado a outras empresas que realizam obras ou fornecem serviços para a Câmara e para o SMEAS — detém enormes interesses no negócio do abastecimento de gás à região do Porto.

Curiosamente, também, tal senhor é apontado como provável candidato do PSD à Presidência da Câmara de Gondomar.

As peças do «puzzle» começam a encaixar-se. A seu tempo a CDU provará outras ligações.

Entretanto, o comportamento do PS mereceu novos desenvolvimentos, visando dar continuidade à sua política de compadrio e amiguismo, cujas intensões de manipulação eleitoral são evidentes. A escandalosa acção de propaganda à custa de dinheiros públicos, a injustificada colocação de placas por todo o município anunciando obras que não estão ainda dotadas de verbas — colocadas quantas vezes a centenas de metros da zona da obra a realizar, para assim ficarem em locais bem centrais e visíveis —, o despacho apressado pelo Presidente da Câmara de centenas de processos de obras particulares, ilegitimamente acumulados ao longo do mandato, num esforço de última hora para «arrumar a casa», são apenas alguns exemplos.

Tem cabido à CDU, a par com o trabalho desenvolvido na gestão dos pelouros que detém e dos SMEAS, a tarefa de começar a limpar Gondomar da corrupção, combatendo sem tréguas todos aqueles que se aproveitaram dos cargos políticos e funções administrativas para obter benefícios pessoais.

Infelizmente, tal tarefa ainda não terminou.

Os gondomarenses tinham razão quando confiaram à CDU o pelouro da Higiene e Limpeza. Só que para limpar Gondomar da corrupção, não servem os meios confiados a esses serviços. Voltaremos ao assunto.

■ ALP

## IV cnes conferência nacional do ensino superior

16 e 17 abril  
Lisboa

com o JCP  
interior para transformar

## JCP reúne IV Conferência Nacional do Ensino Superior

Realiza-se nos dias 16 e 17, na Faculdade de Letras de Lisboa (anfiteatro 2), a 4.ª Conferência Nacional da Organização do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa.

Sábado os trabalhos iniciam-se às 14 e 30 (sessão de abertura); para as 20 horas está marcado um jantar-café concerto. Domingo a Conferência recomeça às 10 horas, iniciando-se às 15 a sessão de encerramento.

Em debate estarão a política educativa (*numerus clausus*, insucesso e abandono escolares, ensino superior privado, apoio social estudantil, política de preços reais e Orçamento de Estado, ensino superior politécnico, lutas dos estudantes dos ISCAS, ISEs e ISSSs, saídas profissionais), o movimento estudantil e associativo, a participação dos estudantes nos órgãos de gestão, a luta pela paz e a solidariedade internacional, a importância da defesa do regime democrático e, naturalmente, a JCP e a sua actividade.

Na Conferência participa Ângelo Veloso, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP. Está também confirmada a presença de delegações da Federação Mundial da Juventude Democrática e da União Internacional dos Estudantes. Foram também convidadas organizações juvenis e personalidades nacionais.

## 25 de Abril no Porto

À semelhança de anos anteriores, um conjunto de organismos culturais, dos mais prestigiados da cidade do Porto, tomaram nas suas mãos o encargo de promover na Baixa do Porto as Comemorações Populares do 14.º Aniversário do 25 de Abril, tendo para o efeito aprovado uma declaração-apelo que recolheu já apoio significativo de várias organizações do distrito. Integram a Comissão Promotora das Comemorações Populares a Cooperativa Árvore, o Cineclub de Porto, o Coral da Faculdade de Letras da UP, a Federação das Colectividades do Distrito do Porto, o FITEI, o Pé de Vento, a Seiva-Trupe, o TEP e a Unicepe, tendo os serviços de apoio sido instalados na delegação do Porto do Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo.

As Comemorações decorrerão sob o lema «Defender a Constituição, Viva o 25 de Abril».

O programa das Comemorações Populares irá repartir-se por dois dias, conforme foi tornado público pela Comissão Promotora. No domingo, dia 24, às 15 h, actuarão diversos grupos de rock num espectáculo musical especialmente dedicado à juventude. À noite, acontecerá a já tradicional *Passagem de Ano da Liberdade*, que incluirá uma parte dedicada à música popular portuguesa e «um espectacular e inédito concerto por duas Bandas de Música, actuando em simultâneo, com mais de 120 figuras em palco, executando, entre outras peças, o

final da Abertura «1812», de Tchaikowsky, o Canto Livre, de Fernando Lopes-Graça e, naturalmente, o Hino do MFA e a Grândola». À meia-noite haverá fogo de artifício, seguindo-se um baile popular animado pelo conjunto Diapasão. À noite estará também em funcionamento um «écran» gigante para projecção de vídeos.

No dia 25 de Abril, durante a manhã, realizar-se-ão três iniciativas diferentes: a *Corrida da Liberdade*, uma *manhã infantil* e a *Homenagem à Resistência Antifascista*, por iniciativa da URAP. À tarde, a partir das 15 horas, será o *Grande Arraial Popular*, sempre na Baixa do Porto, cujo momento mais alto será certamente proporcionado pelo *Desfile dos Carros Alegóricos*.

## Internacional

# EUA em tempo de eleições

A 8 de Novembro, vão realizar-se eleições presidenciais nos Estados Unidos. Mas a «corrida» para a Casa Branca começou já em 8 de Fevereiro, no Estado de Iowa. Entre meados de Julho e meados de Agosto, os Congressos do Partido Democrático e do Partido Republicano, irão decidir dos seus respectivos candidatos. Entretanto, decorrem as primárias, que em linhas gerais levarão à definição dos candidatos presidenciais.

Com um ponto alto — a «super terça-feira», 8 de Março — em que alguns dados fundamentais quanto às futuras candidaturas ficaram já delineados.

No que se refere aos Republicanos, **George Bush** aparece como incontestável vencedor, ganhando em 16 dos 17 Estados em que o Partido Republicano realizou escrutínio.

Quanto aos Democratas, emergem na prática três candidaturas: **Mike Dukakis**, governador do Massachussets, o reverendo **Jesse Jackson**, militante na luta pelos direitos cívicos e antigo companheiro de Luther King, **Albert Gore**, senador do Tennessee.

## A lógica do sistema

Segundo a Constituição norte-americana, pode candidatar-se à presidência dos Estados Unidos qualquer pessoa com 35 anos de idade, nascido em território dos EUA e que nele resida, no mínimo, há 14 anos.

Mas aqui, como em muitos outros domínios, uma coisa são as afirmações teóricas, mesmo consagradas na lei fundamental, outra, bem diversa, a realidade prática.

A verdade é que, antes do mais, para se ser candidato à presidência dos Estados Unidos é preciso ter dinheiro. Quanto mais dinheiro, mais hipóteses. E dinheiro significa muitas vezes o apoio (e portanto a dependência) dos grandes potentados do capital.

Prevê-se que até ao Verão, quando da realização das convenções dos dois partidos para a escolha dos candidatos, sejam gastos cerca de 400 milhões de dólares. Segundo cálculos divulgados pelo «USA today», o futuro presidente norte-americano deverá gastar no mínimo 74 milhões de dólares.

A lógica do sistema conduz também que as campanhas eleitorais, em geral, não tenham muito a ver com debate de ideias e programas, antes se assumem como verdadeiras **operações publicitárias**. Assim, e muito embora se continuem a realizar comícios, o essencial da acção da maioria dos candidatos cinge-se à realização de **spots publicitários** políticos.

Em 1984, por exemplo, depois das convenções nacionais de republicanos e democratas, 55% dos fundos eleitorais dos dois candidatos, Mondale e Reagan, foram gastos em **spots publicitários**.

Um outro facto — particularmente significativo — a destacar: a **fraca participação do eleitorado** no acto eleitoral. Segundo uma recente sondagem à opinião pública, realizada pelo serviço de pesquisas da biblioteca do Congresso, no período de 1969 a 1986, só cerca de 53,58 por cento dos americanos com direito a voto participaram na eleição dos chefes de Estado. Um indicador que coloca os Estados Unidos no 28.º lugar no mundo capitalista desenvolvido.

Um índice que se prende nomeadamente à falta de confiança na concretização prática das promessas eleitorais. E à própria indefinição dos programas políticos apresentados pelos candidatos dos dois partidos com possibilidades de eleição.

## Factos significativos

Se é pouco o debate político que marca os processos eleitorais nos Estados Unidos, e grande o peso do dinheiro — não é menos verdade que os resultados das

eleições para a Casa Branca têm repercussões práticas não apenas para o povo americano mas, sem qualquer exagero, para os povos de todo o mundo.

Pelo que bem importa discernir, neste ano, ano de eleições, que tendências parece esboçarem-se, que factos significativos se impõem.

Dois factos gostaríamos aqui de sublinhar, pelo que sem dúvida reflectem da complexa realidade sociopolítica norte-americana.

• A eliminação de uma esperança da nova direita: **Pat Robertson**, o «pastor televisivo» baptista, senão de uma gigantesca cadeia religiosa, a «rede de difusão cristã». Robertson ficou praticamente eliminado nas primárias realizadas no Estado de Ilinóis.

O seu discurso — de extrema-direita — não é fundamentalmente diferente do que foi utilizado por Reagan



A outra face da América

em campanha eleitoral. Basta referirmos aqui, por exemplo, que segundo Robertson, a derradeira batalha entre as «forças do Bem e do Mal» acabará com a «queda da Rússia Soviética» (afirmação bem semelhante às que já foram proferidas pelo actual presidente Reagan).

• A importância que tem vindo a assumir a votação

em **Jesse Jackson** — muito embora não beneficie do factor dinheiro, nem do também muito importante factor «voto útil».

Uma votação tanto mais significativa, quanto as declarações proferidas por Jackson nos comícios das primárias, a decorrer nestes meses, caracterizam uma posição claramente progressista.

Vale a pena referir aqui um curto extracto de uma dessas intervenções de Jackson: «*Alguém quer um míssil Midgetman pelo Natal? As pessoas querem Honda, Toyota, Sony, Panasonic e gravadores vídeo. Pensemos primeiro e depois ganharemos dinheiro e preservaremos os nossos postos de trabalho. Podemos eliminar os mísseis Midgetman: 45 mil milhões de dólares. Não precisamos deles e não nos podemos dar a esse luxo. Temos 13 porta-avões. A URSS tem um. Reagan quer construir mais dois, que custarão 40 mil milhões de dólares. Podemos acabar com a pobreza de todas as mulheres, recém-nascidos e crianças, em vez de adoptar dois sistemas de armas de que não precisamos.*»

Factos e palavras que muito reflectem das contradições, da complexidade da América de hoje. E também da sua evolução.

## URSS-Afeganistão Declaração conjunta

Em resultado dum recente encontro, Mikhail Gorbachov e Najibullah chegaram a acordo sobre o seguinte:

**Primeiro** — A União Soviética e a República do Afeganistão agirão em conformidade com as declarações divulgadas a 8 de Fevereiro de 1988, que deram um novo impulso ao processo de regularização política do complexo conflito regional e permitiram conduzir as conversações à tomada de decisões práticas.

**Segundo** — O secretário-geral do CC do PCUS e o Presidente da República do Afeganistão consideram que, em virtude da cooperação construtiva de todos quantos participaram no processo de regularização, foram eliminados os últimos obstáculos à conclusão dos acordos, manifestando-se a favor da sua assinatura sem mais delongas.

As partes apreciam devidamente o trabalho feito pelo Secretário-geral das Nações Unidas e do seu representante pessoal, Diego Cordovez.

O Presidente da República do Afeganistão saúda a disponibilidade da URSS e dos EUA de servir de garante do cumprimento dos acordos alcançados.

**Terceiro** — A União Soviética e o Afeganistão reafirmam que, se os referidos acordos forem subscritos em breve, continuará em vigor o entendimento entre a URSS e o Afeganistão sobre a retirada das tropas soviéticas durante o prazo estipulado nestes acordos, a partir de 15 de Maio de 1988.

**Quarto** — A política de reconciliação nacional permite regularizar a situação em torno do Afeganistão, pôr termo à guerra fratricida, implantar a paz em todo o território do país e formar um governo de coligação com a participação de todas as forças sociais afegãs, inclusive as que presentemente se contrapõem.

**Quinto** — Definir o estatuto internacional do Afeganistão é

da exclusiva competência dos afegãos. A União Soviética reafirma o seu apoio à declaração feita pelo Presidente Najibullah sobre o Afeganistão como um país independente, não-alinhado e neutro, considerando que o território deste país ou qualquer parte sua jamais devem ser aproveitados em detrimento dos seus vizinhos, em relação aos quais o Afeganistão continuará a política de boa-vizinhança e cooperação. Isto diz igualmente respeito à União Soviética, à República Popular da China, à República da Índia, à República Islâmica do Paquistão e à República Islâmica do Irão.

A parte soviética apoia a declaração do Presidente do Afeganistão de que o regime interno deste país se baseará nos princípios do multipartidarismo e de uma economia multissetorial.

**Sexto** — É de grande importância para a concretização da política de reconciliação nacional criar condições favoráveis ao regresso de afegãos refugiados temporariamente no Paquistão e outros países, e conceder-lhes direitos iguais aos de todos os cidadãos do país.

A União Soviética ajudará o Afeganistão a criar estas condições.

**Sétimo** — A União Soviética, baseando-se nas relações de amizade tradicional e histórica, prontifica-se a cooperar ao mais alto nível com o Afeganistão, no sentido de reconstruir a sua economia e contribuir para o seu desenvolvimento socioeconómico.

**Oitavo** — O Secretário-geral do CC do PCUS e o Presidente do Afeganistão exortam os outros países a contribuir para o alcance da paz e reconciliação nacional no Afeganistão e a respeitar os acordos de Genebra, o que viria a constituir um bom e esperançoso exemplar para resolução dos demais conflitos regionais.

## AKEL, sentimentos de solidariedade

Ao Comité Central do AKEL

Queridos Camaradas,

Ao tomar conhecimento do falecimento do camarada Ezekias Papaioannu, secretário-geral do AKEL, cuja vida foi inteiramente consagrada à causa da classe operária, da independência e progresso do Chipre, figura destacada do movimento comunista e operário internacional, transmitimos as sentidas condolências e os sentimentos de fraternal solidariedade dos comunistas portugueses.

O Secretariado do CC do PCP

## Conferência em Praga

De 12 a 15 de Abril realiza-se em Praga a Conferência de Representantes de Partidos Comunistas e Operários na Revista Internacional «Problemas da Paz e do Socialismo» para fazer o balanço da sua actividade assim como para traçar o seu trabalho futuro.

O PCP está representado por Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central, e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

## Por uma Europa livre de armas químicas

A luta pela afirmação de um real processo de desarmamento compõe-se de múltiplas e diversificadas acções e iniciativas. Reflectindo também as contradições desse processo.

Ainda a NATO se apegava a medidas de «compensação» pela «perda» dos mísseis americanos implantados em território europeu, nos termos dos acordos assinados na primeira de Washington, já os mísseis soviéticos foram retirados do território da RDA e da Checoslováquia.

Agora, o governo da RDA,

accede a uma solicitação por parte do governo dos Estados Unidos, e abre o seu território a uma inspecção militar, no quadro do que foi acordado na Conferência de Estocolmo sobre as medidas de reforço da confiança e segurança sobre o desarmamento na Europa.

Nestes últimos dias, e na sequência de uma iniciativa conjunta de 19 de Junho de 85 para a criação de uma zona livre de armas químicas na Europa, o PSUA, o Partido Comunista da Checoslováquia e o SPD (partido so-

cial-democrata da RFA), ao nível das suas direcções, divulgaram uma declaração conjunta, em que concretamente se propõe:

• Iniciar conversações entre os governos da RDA, da Checoslováquia e da RFA, no sentido de libertar o conjunto dos seus territórios (ou manter livres) de armas químicas.

• A possível participação de todos os Estados da Europa nesta iniciativa.

Na declaração conjunta dos CC de ambos os parti-

dos comunistas, sublinha-se que «este passo, antecipado no tempo, de carácter regional, poderia ajudar a esclarecer questões ainda em aberto de uma convenção global na base de experiências práticas».

Em síntese, uma experiência, que facilitaria o detectar de problemas e das soluções adequadas, para que finalmente se impusesse a liquidação universal das armas químicas e o engranar da «segurança regional e a segurança global uma na outra».

Internacional



Repressão nos EUA contra manifestantes que se opunham ao envio de tropas para as Honduras para agredir a Nicarágua

Parlamento Latino-Americano condena

# Política belicista de Reagan

A política belicista dos Estados Unidos em relação à América Central foi condenada na última reunião do Parlamento Latino-Americano, que considerou que a ingerência norte-americana na Nicarágua «obstaculiza a paz na América Central e contraria o direito internacional».

Na resolução aprovada na reunião em que participaram 132 parlamentares da Argentina, Brasil, Antilhas Holandesas, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e República Dominicana, considera-se indispensável a continuação dos esforços para levar à prática o plano de paz e o desenvolvimento de relações construtivas através do diálogo entre os países da região.

De salientar ainda o facto do documento expressar a solidariedade dos participantes para com a luta do povo chileno contra a ditadura de Pinochet e pela democracia plena e condenar a agressão norte-americana ao Panamá.

Em relação à ingerência dos EUA no Panamá a resolução, aprovada no final de três dias de debates, considera que ela «viola a soberania e o seu direito a ser um país livre e independente».

Na reunião foram ainda dados passos para a concretização da comunidade latino-americana de nações, tendo o Parlamento recomendado aos vários Estados-membros que introduzam as necessárias alterações nas respectivas constituições, de forma a consagrarem o compromisso de integração e a formação da comunidade.

Recorda-se, a propósito, que a constituição da comunidade latino-americana das nações é vista como uma forma de aproximar e reforçar os laços de cooperação entre os países da América Latina e de contribuir para uma maior independência em relação aos EUA.

Um objectivo sem dúvida difícil, como o testemunha a

situação que se vive no Panamá e os obstáculos levantados pela administração Reagan ao processo de paz na Nicarágua. Enquanto no primeiro caso se está perante a iminência de uma intervenção militar dos EUA, no segundo caso regista-se uma nova tentativa para dinamizar a acção dos «contras» com a recente aprovação pela Câmara dos Representantes do Congresso dos EUA de uma ajuda de 48 milhões de dólares para fins ditos «humanitários».

Tensão crescente no Panamá

Entretanto, no que se refere ao Panamá, aumentam os receios de uma intervenção aberta dos EUA. Segundo o jornal panamiano «Matutino», a intervenção militar está em preparação, reservando-se um papel-chave aos helicópteros e ao napalm.

O jornal baseia-se no número crescente de aviões de transporte com revestimento de camuflado que durante a semana passada chegaram quase diariamente à zona do Canal e às unidades e material bélico, incluindo helicópteros, que têm estado a che-

gar ao Panamá provenientes de Fort Bragg, na Carolina do Norte. O número de efectivos americanos em território panamiano ascende já a 13 mil e continua a aumentar.

Confirmando estas apreensões, o chefe de gabinete da Casa Branca, Howard Baker, afirmou que as medidas económicas decretadas contra o Panamá «eram cuidadosamente pensadas e cuidadosamente executadas» e que o governo norte-americano tem opções adicionais em reserva para obrigar o general António Noriega a sair do país, embora se recusasse a especificar quais eram. O que não impede que a ameaça seja evidente.

Quaisquer dúvidas seriam de resto afastadas pelos «apelos» do ex-presidente do Panamá, Arturo Delvalle, que segundo o jornal «La Estrella de Panamá» voltou a pedir aos EUA para que derubassem o actual governo do país e o comandante-chefe das Forças de Defesa, general Noriega.

Afirmou ainda aquele jornal que Delvalle, reconhecido por Washington como «legítimo chefe de Estado do Panamá», ameaçou «demitir-se» caso os EUA não intervenham prontamente no Panamá. Uma forma muito peculiar de defender interesses nacionais, como há que convir.

Comunidade internacional deve manifestar-se

A oposição panamiana recusou entretanto uma proposta de diálogo feita pelo presidente Solís Palma. Em resposta ao seu apelo para conversações com a mediação do arcebispo Marcos

Gregório McGrath, os dirigentes da oposição responderam que só aceitarão o diálogo após a demissão do general Noriega e da sua saída do país.

Mas nem tudo corre a contento dos EUA nesta sua aberta ingerência no Panamá. Por um lado, o boicote económico, apesar das graves dificuldades em que lançou o país, não teve as consequências previstas e falharam as tentativas de golpe de Estado palaciano para colocar no poder um governo fantoche. As manifestações populares de apoio ao governo e de protesto contra as pressões norte-americanas testemunham bem o fracasso de tais manobras. Por outro lado, as acusações contra o general Noriega revelaram-se um pau de dois bicos e o feitiço começa a virar-se contra o feiticeiro, com a divulgação em Washington de uma carta do general Noriega revelando possuir provas de que dirigentes políticos norte-americanos têm protegido o tráfico de drogas.

Tenho provas - escreveu Noriega - de que políticos norte-americanos têm protegido advogados, banqueiros e políticos panamianos envolvidos em tráfico de narcóticos.

A única resposta da administração Reagan a tais acusações foi o envio de mais militares para a zona do Canal, o que está longe de ser um argumento aceitável para a comunidade internacional.

Comunidade que tem o dever de subscrever a posição assumida pelo Parlamento Latino-Americano e desenvolver todos os esforços para impedir mais uma intervenção militar dos EUA contra um país soberano.

Estado de emergência nas Honduras

O governo hondurenho decretou o estado de emergência no passado sábado, na sequência do assalto ao consulado e à embaixada dos EUA em Tegucigalpa, na quinta-feira, em protesto contra a decisão de entregar às autoridades norte-americanas o alegado traficante de drogas Juan Ramon Ballesteros.

Durante o fim-de-semana o exército hondurenho efectuou numerosas prisões e apreendeu grandes quantidades de armamento, enquanto um porta-voz governamental afirmava que os detidos estavam implicados num plano para derrubar o governo financiado pelo tráfico internacional de drogas.

A situação nas Honduras é particularmente confusa, pois por um lado as autoridades procuram reduzir os incidentes - que provocaram já a morte de cinco estudantes - a manobras orientadas pelo narcotráfico, enquanto por outro lado as manifestações de rua criticam abertamente a política do presidente José Azcona e a presença militar dos EUA nas Honduras.

Recorde-se que as Honduras estão transformadas em autêntica base militar norte-americana, desempenhando um papel decisivo na cobertura dada aos «contras» nicaraguenses e na criação de obstáculos à aplicação dos planos de paz para a América Central. Ainda recentemente os EUA, a pretexto da pretensa «invasão» das Honduras pelas tropas sandinistas, enviaram para o país elevado número de efectivos militares, numa clara ameaça de intervenção directa na Nicarágua.

De sublinhar ainda que o combate ao tráfico de drogas tem servido aos EUA de cobertura para aumentar a sua presença militar em diversos países latino-americanos, como vem sendo denunciado pelas principais forças progressistas da região.

Gorbatchov responde a Oscar Árias

O secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail Gorbatchov, afirmou em mensagem enviada ao presidente da Costa Rica, Oscar Árias, que a URSS suspenderá a ajuda militar à Nicarágua se os EUA adoptarem semelhante atitude em relação a El Salvador e às Honduras.

O dirigente soviético respondia a um apelo de Oscar Árias, que em Março último lhe dirigiu uma carta pedindo o fim do auxílio militar aos dirigentes sandinistas.

A URSS, disse Gorbatchov, está disposta a assumir - numa base de reciprocidade com os Estados Unidos - o compromisso de respeitar e fazer respeitar os acordos relativos a questões de segurança e ao controlo e limitação de armamentos.

Para Gorbatchov, uma posição análoga por parte dos EUA poderia facilitar a realização de negociações previstas nos acordos da Guatemala, para reduzir a confrontação militar na região.

Na sua mensagem, o dirigente soviético recorda a Oscar Árias que propôs aos EUA uma «renúncia mútua» ao envio de material bélico para a América Central.

No entanto, sublinha Gorbatchov, os norte-americanos não quiseram ouvir falar sequer de uma redução do fornecimento de armas às Honduras e El Salvador.

Continuam os assassinatos na Colômbia

Dez camponeses membros de sindicatos de esquerda e organizações progressistas foram assassinados na segunda-feira nos departamentos de Antioquia e Córdoba, na Colômbia, por grupos paramilitares de extrema-direita.

Os corpos foram encontrados parcialmente carbonizados e com sinais de terem sido torturados.

A União Patriótica, cujos militantes e simpatizantes são o alvo preferencial dos «esquadrões da morte», tem denunciado insistentemente esta «guerra suja», que passou «da fase dos atentados pessoais para o autêntico genocídio».

Com este acto terrorista eleva-se para 48 o número de vítimas só neste mês. Em 3 de Abril, 38 camponeses foram mortos no departamento de Córdoba. Desde o início do ano foram assassinados mais de 150 camponeses e sindicalistas.

As autoridades colombianas nada têm feito para pôr cobro à actividade dos grupos paramilitares, apesar de todas as denúncias e provas apresentadas pela União Patriótica incriminando os responsáveis pelos massacres.

EUA-Filipinas negociam bases militares

Recomeçaram no início da semana, em Manila, as conversações filipino-norte-americanas sobre o futuro estatuto das bases militares dos EUA nas Filipinas.

As conversações foram interrompidas a semana passada pelos EUA, na sequência de uma proposta filipina de introduzir alterações no texto do acordo em vigor. Concretamente, as Filipinas pretendem que os EUA fiquem obrigados a pedir a sua autorização para a instalação de armas nucleares nas bases americanas, bem como a avisar antecipadamente as autoridades filipinas sobre o início de operações de combate ou exercícios militares.

Internacional

# Terrorismo sul-africano mata na Europa

Mais de dez mil pessoas participaram no sábado, em Paris, no funeral de Dulcie September, representante do Congresso Nacional Africano (ANC) em França, assassinada a tiro no dia 29 de Março quando abria a porta do escritório do ANC na capital francesa. Segundo Gertrude Shope, dirigente do ANC que usou da palavra durante as exéquias fúnebres, **os racistas de Pretória estão a prolongar para fora do país os campos de morte da África do Sul, pagando a assassinos e a esquadras da morte para liquidarem os militantes do ANC.**

Embora as autoridades racistas tenham desmentido o seu envolvimento no crime, procurando insinuar que ele resultou de um ajuste de contas entre facções do Congresso Nacional Africano, notícias vindas a público na própria África do Sul incriminam o governo de Botha. Segundo o jornal de Joanesburgo «Sunday Star», que cita fontes de serviços secretos ocidentais, os racistas sul-africanos criaram um grupo secreto, designado «Comando 7», destinado a abater os líderes do ANC no estrangeiro.

O jornal refere que pelo menos 20 dirigentes do ANC estão na lista de atentados do «Comando 7», que teria sido responsável pelo assassinato de Dulcie September e do atentado contra o professor Albie Sax, a semana passada, em Maputo.

O recurso ao terrorismo de Estado por parte dos racistas de Pretória está longe de ser uma novidade. O próprio ministro da Defesa sul-africano, Magnus Malan, afirmou recentemente que «o ANC pode ser atingido em qualquer parte do mundo».

A provar que não se trata de uma mera ameaça está a longa lista de crimes cometidos por comandos sul-africanos em países vizinhos e os atentados em países europeus.

Cabe recordar, por exemplo, a tentativa de assassinato do representante do ANC na Bélgica, Godfrey Motsepe, em Fevereiro último, que escapou por pouco às balas de um atirador «não identificado». Tentativa fracassada de assassinato a que se seguiu, há cerca de quinze dias, a descoberta de um

saco com 17 quilos de explosivos, felizmente descobertos a tempo de evitar nova tragédia, junto à sede do ANC em Bruxelas.

Mas os comandos terroristas nem sempre actuam de forma não identificada. Ainda no ano passado, em Londres, quatro indivíduos foram presos (incluindo um antigo oficial sul-africano) quando se preparavam para prender representantes do ANC na capital britânica.

Na ocasião, para além dos passaportes falsos e falsos mandatos de prisão, foi encontrada uma lista de moradas de membros do Congresso Nacional Africano, entre as quais a do próprio presidente, Oliver Tambo. Apesar de todas as evidências, o governo de Margaret That-

cher suspendeu as investigações pouco tempo depois.

Por outro lado, sobejam os casos em que os crimes contra refugiados sul-africanos são reivindicados pelo governo de Pretória. Como sucedeu no caso do recente ataque ao Botswana, de que resultou a morte de três homens e uma mulher. Ou do massacre cometido em Junho de 1985, também em Gaborone, contra 12 refugiados sul-africanos.

Em ambos os casos, os crimes foram cometidos por comandos do exército de Pretória.

E em 1986, no triplé ataque às capitais da Zâmbia, Botswana e Zimbabué, de que resultaram vários mortos e feridos.

E os ataques «preventivos» contra Angola e Moçambique que o regime de *apartheid* nem sequer se dá ao trabalho de negar.

Para já não falar dos crimes diariamente cometidos na África do Sul contra os suspeitos de combaterem o *apartheid*, com ou sem a cobertura da mascarada «legal». É assim que, por exemplo, desde o início do ano foram executadas já 36 pesso-



Dulcie September, representante do ANC em Paris, assassinada em 29 de Março

as de cor, acusadas de «delitos comuns», e mais 253 foram condenadas à força e aguardam execução.

Dentro ou fora das fronteiras sul-africanas, o terrorismo de Estado praticado por

Pretória não pode continuar impunemente. Motivo de confronto e desestabilização constante na África Austral, o terrorismo sul-africano ameaça cada vez mais a paz mundial.



O «poder branco» nas ruas de Joanesburgo

## Morte em Islamabad

### Os acidentes não são mero fruto do acaso

Centenas de mortos, milhares de feridos — os números são para já desconhecidos — é o balanço provável das vítimas da explosão do depósito de munições de Ojri, em Islamabad, capital do Paquistão. Um bairro próximo do depósito de munições ficou completamente arrasado e durante um longo período as equipas de socorro limitaram-se a buscas mais que parciais, pois prosseguiram as deflagrações.

O paiol que explodiu em Islamabad, encontrava-se localizado num bairro popular de Rawalpindi, a escassos

quilómetros da capital — o que só por si representava uma ameaça potencial à vida dos trabalhadores e das suas famílias (que o governo de Zia Ul Haq não terá em particular atenção).

Mas há mais — independentemente da hipótese avançada de se tratar de um possível atentado de terroristas anti-afegãos — surgem notícias de que o depósito de munições serviria de entreposto para armas destinadas aos terroristas anti-afegãos, contendo mesmo mísseis norte-americanos «Stinger».

Os acidentes não são mero fruto do acaso. Resultam de factos — ou da sua acumulação — que lhe são propícios. Grandes tragédias como a agora ocorrida, reflectem também graves problemas, de que a escalada militarista do Paquistão, como de outros países desta área, é sem dúvida um deles.

Actualmente, o custo das importações militares dos países da Ásia do Sul, vêm em segundo lugar entre os países em vias de desenvolvimento, logo após os do Médio Oriente.

As estatísticas indicam que o crescimento das importações militares, no fundamental provenientes dos Estados Unidos, está directamente ligado às despesas militares dos países da Ásia do Sul.

Concretamente, no que respeita ao Paquistão, em 1985, 38,5% do orçamento destinava-se a despesas militares. Actualmente calcula-se que a parcela de orçamento que se destina a tais despesas subiu para 40 ou mesmo 60%. A título de comparação, note-se que apenas 1,1% do orçamento

é consagrado à saúde pública!

Na perspectiva dos Estados Unidos, entretanto, parece que o Paquistão ainda estará insuficientemente armado. O Pentágono informou há dias o Congresso de que vendeu ao Paquistão mais onze caças-bombardeiros «F-16». Será igualmente enviado um lote de 200 mísseis «Sparrow» e de 360 «Sidewinders» do tipo «ar-ar».

Mais dinheiro para armas. Maior insegurança para os povos da zona, nomeadamente o do Afeganistão, e para o povo do Paquistão.

«A generalidade dos presos que ultimamente têm passado pela polícia têm sido barbaramente torturados. Além da cruel tortura do sono, que chega a prolongar-se por semanas e deixa quase sempre invisivelmente marcadas para o resto da vida as suas vítimas, estão a tornar-se sistemáticos os selváticos espancamentos a chicote ou a cavalo marinho simultaneamente à tortura do sono.

Os presos aparecem nas visitas com evidentes sinais de que foram torturados, por vezes cobertos de esquimosos, com dificuldade em se movimentarem. (...)

Mesmo os presos já condenados não estão livres de voltarem a ser submetidos a interrogatórios e à tortura, como aconteceu em Fevereiro com um jovem estudante a cumprir pena em Peniche, transferido para as cadeias da PIDE-DGS em Caxias para voltar a ser torturado.»

(«Escalada da tortura» — «Avante!», VI Série, n.º 464, Abril 1974)

**AVANTE!** PROLETARIADO DE TODOS OS PAÍSES UNIDOS

«Cada dia que passa mais se faz sentir o maquiavelismo fascista expresso na aplicação das chamadas «medidas de segurança» contra os presos políticos.

A monstruosidade política e jurídica que representa esta celerada lei salazarista tem sido muitas vezes denunciada. Numerosos juristas portugueses e de outros países se têm pronunciado acerca dela, a têm apresentado como uma lei contrária a todos os direitos da pessoa humana expressos na carta da ONU.

Como muitas vezes se tem dito, as medidas de segurança permitem à polícia política (PIDE) propor e impor aos tribunais que condenem sucessivamente os presos políticos pelo mesmo delito. E por isso que centenas de presos continuam nas cadeias depois de terminadas as penas, e para alguns é mais o tempo que levam na prisão ao abrigo das medidas de segurança que no cumprimento das penas.»

(«Abaixo as «medidas de segurança»» — «Avante!», VI Série, n.º 340, Abril 1964)

**AVANTE!** PROLETARIADO DE TODOS OS PAÍSES UNIDOS

No Paraguai, onde a ditadura tortura e assassina os melhores patriotas, está em perigo a vida do 2.º Secretário do PC do Paraguai, **António Maidana**.

Também o grande pintor mexicano **David Alfaro Siqueiros**, membro da Comissão Política do Partido Comunista Mexicano, está preso há meses por lutar pelo seu povo.

(«Liberdade para Maidana e Siqueiros» — «Avante!», VI Série, n.º 299, Abril 1961)



## «Amar o Tejo, viver a Paz»

■ Domingos Mealha



**A ideia  
feita festival  
jovem  
a crescer**

**«Queremos  
um Tejo vivo.  
Queremos  
um rio de Paz»**

Nestas duas frases que abrem a declaração lida em Belém no domingo, no final do festival «Amar o Tejo, viver a Paz», está o sumo da ideia que uniu diversas estruturas juvenis do distrito de Lisboa e da margem Sul e que mobilizou desde o início do ano até 27 de Março mais de vinte mil jovens, atingindo o seu ponto alto no dia 10 de Abril, nos relvados da Torre de Belém.

Há um ano a mesma ideia já tinha levado à realização de um festival, na Feira Internacional de Lisboa, a 11 e 12 de Abril. Aí foi decidido comemorar todos os anos o Dia do Tejo e ficou marcado novo encontro para 1988.

**«Há um ano  
convertemos uma ideia  
em festival. Este ano  
somos já um grande  
movimento de opinião  
juvenil.»**

A ideia que esteve na base do festival de 1987 manteve-se viva. Mas não se ficou por aí, cresceu e alargou-se, numa resposta pronta às novas ameaças ao rio e à paz, como os planos de alargamento do campo de tiro de Alcochete e o prosseguimento do trânsito de submarinos e navios com armas nucleares.

**«Vamos continuar»** — promete a declaração.

«Não podemos parar aqui», porque a ideia do festival corresponde à aspiração dos jovens e conflui com muitas mais vontades que defendem o meio ambiente e o relacionamento pacífico entre os Estados.

«Amar o Tejo, viver a Paz» é — como sublinha a declaração — «a nossa proposta para hoje, para amanhã e para sempre». Amar o Tejo e viver a paz será, até à festa do próximo ano, uma ideia a crescer todos os dias, uma exigência de cada vez mais jovens que querem um mundo melhor e mais seguro.



# A ideia

**A** ideia central do movimento de defesa do Tejo como rio de paz ganhou expressão escrita no apelo «Por um Tejo livre de armas nucleares»; a sua elaboração e distribuição foram asseguradas por um núcleo central de activistas ligados ao festival de 1987, mas os apoios colectivos e individuais que ganhou foram muito mais amplos. «Não fazemos concorrência a ninguém – esclareceu Luís Costa na conferência de imprensa dada pela comissão organizadora deste festival –, pelo contrário, colocamo-nos ao lado de todos os que defendem o Tejo e a paz.»

«Na magia de um rio que corre descobrimos a dor que corre com ele. Descobrimos a força que nos leva a dizer não aos rios de morte, e o Tejo estende-se na nossa lembrança.»

«Entre os *detritos* encontramos óleos negros que matam peixes e plantas, que empobrecem os homens, por que o rio não é mais sinónimo de labor de redes.»

«De quando em vez, um submarino nuclear que espreita, um barco

cinzento de armas seguramente mortíferas, e peixes, plantas e homens sentem-se ameaçados de morte porque a paz e o progresso ficam cada vez mais longe de uma esperança legítima.»

Estas são, no fundamental, as preocupações dos jovens que organizaram o festival da FIL em 1987 e dos que os apoiaram das mais variadas formas, participando nas iniciativas deste ano.

Mas, ao lado das preocupações, registam-se no apelo as vontades dos que defendem a vida, e uma vida em paz:

«Somos jovens para quem o Tejo tem que ser igual a vida. Uma vida dividida entre nós e os outros seres, numa relação de amor. Uma vida encontrada se Tejo acima viajarmos.»

«Somos jovens para quem esta

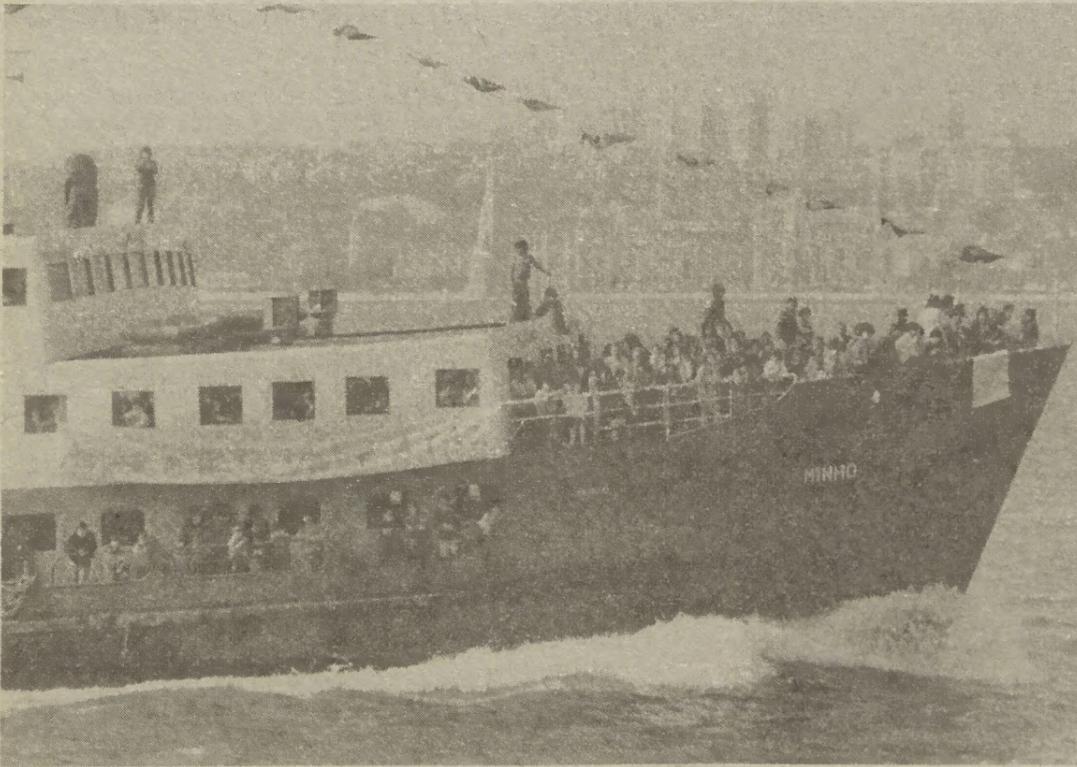
terra tem que ser igual a felicidade – uma terra onde os recursos humanos, naturais, técnicos e financeiros sejam postos ao serviço do nosso futuro.»

«Somos jovens e acreditamos que a felicidade só é possível num mundo de paz.»

«Acreditamos que o futuro é possível, o desarmamento já começou, pode e deve ir mais longe.»

«A garantia destas condições está no nosso querer e naquilo que fizemos.»

Os jovens que fizeram o festival prometem continuar, para que o Dia do Tejo seja todos os dias e para que Abril de 1989 seja outra vez a grande festa do Tejo. «Amar o Tejo, Viver a Paz» – sublinha a declaração final do festival de 1988 – «é, mais do que ontem, a nossa proposta para hoje, para amanhã, para sempre».



## «Um grande êxito»

«Podemos desde já afirmar que esta segunda edição do «Amar o Tejo, Viver a Paz» está a ser um grande êxito, constituindo-se como um marco importante na actividade do movimento juvenil na região de Lisboa. A comissão organizadora recebeu, de mais de uma centena de movimentos e estruturas juvenis, a adesão expressa aos objectivos do festival, numa resposta magnífica ao apelo lançado em Fevereiro» — afirma-se no documento distribuído aos jornalistas nas vésperas do encerramento do festival.

«Propusemos um festival que se estendesse, através de iniciativas várias, por toda a área do distrito de Lisboa e margem Sul do Tejo. Tal foi conseguido com o empenhamento de diversas expressões do movimento juvenil (associações de estudantes, comissões de jovens), de autarquias locais, que com a sua acção, ganharam a adesão de milhares de jovens para a defesa da paz, para a preservação do meio ambiente, na promoção da amizade, do convívio e da confraternização». ■



AMAR  
O TEJO  
VIVER  
A PAZ



# O festival



Quase duas horas da madrugada de segunda-feira, junto à Torre de Belém, os últimos foguetes marcavam o fim do ponto alto do festival «Amar o Tejo, Viver a Paz». Durante todo o dia, apoiados em duas tendas de circo montadas, passaram por ali milhares de pessoas, jovens na maioria, dando a sua solidariedade e o seu apoio aos que entendem que o Tejo deve ser um rio com que os homens vivam em paz.

O espectáculo de domingo à noite — com Carlos Mendes, Sétima Legião e Sérgio Godinho — foi o momento maior de uma série de iniciativas que, desde o início do ano, fizeram crescer a sensibilização para os problemas do Tejo e da paz, um e outra a precisarem seriamente de quem os defenda com toda a garra e com a energia própria dos jovens que já estão a construir o futuro.

## Iniciativas em movimento

O festival de 1987, o primeiro, limitara-se a dois dias, com todas as iniciativas a decorrerem nos pavilhões da FIL, por iniciativa de um grupo de activistas.

Este ano foi diferente. A ideia ganhou raízes por toda a zona ribeirinha de Lisboa e da margem Sul e, ainda alguns meses antes do Dia do Tejo realizaram-se duas dezenas de iniciativas; aos promotores do festival de 1987 juntaram-se comissões de jovens de autarquias, juntaram-se associações de estudantes, colectividades, sindicatos; a par das actividades do grupo central, formado por uns quantos activistas, surgiram outras acções, gerou-se um amplo movimento, sobretudo de jovens.

Foi assim, em movimento de vontades e opiniões diferentes em muitos aspectos, mas unidas na defesa do Tejo e da paz, que se efectuaram debates, festivais e concertos

em Carnide, em Benfica, no Beato, na Ameixoeira, em São Vicente, em Oeiras, em Odivelas, em Sacavém, na Amadora, em Cascais, em Mem Martins; no movimento de apoio aos ideais do festival integraram-se iniciativas autárquicas de grande dimensão, como a Xira Jovem e o Juventagráo — ao todo, foram contabilizadas 21 iniciativas, até ao fim-de-semana de 26 e 27 de Março, que tiveram a participação de 23 mil jovens.

Também no âmbito do festival, realizou-se uma prova de ciclismo, dia 2 de Abril, que partiu de Torres Vedras para a Praça dos Restauradores, em Lisboa, passando por Sobral de Monte Agraço, Vila Franca de Xira e Loures; de segunda a sexta-feira da semana passada (4 a 8 de Abril) funcionou na Voz do Operário um espaço permanente «Amar o Tejo, Viver a Paz», com

tamente, a gostar mais do Tejo depois da volta de 4 horas que os levou do Terreiro do Paço à Trafaria e, Mar da Palha dentro, ao largo de Cacilhas e do Barreiro (a abrir o apetite para uma ida até Alcochete que só a maré baixa não permitiu).

## O fecho não é o fim

No domingo foi o encerramento, com chave de ouro: um dia todo cheio de actividades para todos, à beira Tejo, num dos escassos espaços de lazer que a cidade e o rio ainda têm em comum.

Nos relvados da Torre de Belém houve uma manhã para as crianças, que deram largas à imaginação e à alegria — com a «participação especial», como anunciava o programa, dos Pioneiros de Portugal —, e para os desportistas, apenas domin-



exposições, debates, feira do livro e do disco, música, vídeo, cinema e uma animada discoteca na noite de sexta para sábado.

E, porque o amor da juventude pelo Tejo não é propriamente platónico, lá veio também, no rol das iniciativas, um passeio fluvial durante toda a tarde de sábado, dia 9. Jovens só jovens, ou jovens que levaram as famílias, todos os que se meteram de lancheiras e outras bagagens no cacilheiro «Monsanto» ou no «Minho» da CP ficaram, cer-

queiros ou mais fiéis praticantes de tudo o que se pode chamar desporto — começando no xadrez «ao vivo» e em tabuleiro gigante, acabando nos mais variados jogos de bola.

De tarde, enquanto na tenda maior (chamada de «Espaço Paz») se preparavam os sons para o espectáculo da noite, animava-se o «Espaço Tejo»: uma exposição sobre os tempos idos e presentes do rio, as ameaças, os problemas e os esforços para defendê-lo; um debate que deu pelo nome «Tejo — rio de paz, fonte de vida» e contou com a participação do biólogo Jorge Nascimento Fernandes, de Helena Rato e Vitor Garrido (do movimento «Não às Armas Nucleares em Portugal») e de Porfírio Alves (do Partido «Os Verdes»); música popular portuguesa por grupos amadores, também vídeo...

Entretanto, no «Espaço Paz», acabavam os preparativos e ensaios e começava a música; por lá passaram, desde as três ou quatro horas da tarde e até pouco antes do espectáculo da noite, grupos das mais diferentes correntes: Al Kateia, Ideia Fixa, Alma Mater, Petromax, Easy Gents, Jorge Lomba e Ana Alves, Peace Makers...

Às oito e meia abriram-se as portas para o grande espectáculo de encerramento do festival. Carlos Mendes, o grupo Sétima Legião e Sérgio Godinho tocaram bem e bonito, e só não corresponderam ao que o público lhes pediu quanto se tratou dos «só mais uma» que se seguiram a cada «última».

Já passava da uma hora quando terminou o espectáculo, com o convite para o fogo de artifício, lá fora, à beira-rio. Mas o fecho do festival não foi o fim do movimento em defesa do Tejo como rio de paz. Quem pôs este festival de pé promete mais notícias. ■



# Distrito do Porto

# GREVE GERAL

28 MAR 88

## A maior de sempre e com histórias para contar

**D**ados referentes a 552 empresas, nas quais se incluem as maiores de todos os grandes sectores de actividade, apontam para um balanço de adesão à Greve Geral de 28 de Março, no distrito do

Porto, na ordem dos oitenta por cento — foi a maior greve de sempre na história do movimento sindical. Uma greve com muitas histórias para contar. Dos trabalhadores, a maioria, que a fizeram, que afrontaram corajosamente a repressão e as manobras do Governo e do patronato, que participaram nos piquetes, que agitaram todo o distrito com a sua razão, que conseguiram transformar esse dia numa grandiosa jornada de luta contra o pacote laboral, que abriram caminho para novas acções de combate à política antitrabalhadores do Governo PSD/Cavaco Silva. Mas também as histórias dos trabalhadores que, provou-se igualmente, mesmo não tendo feito greve rejeitam unanimemente o pacote laboral.

Para hoje, dia 14 de Março, está convocada a primeira acção de continuação da luta — no Porto, representantes das organizações sindicais e das empresas transmitem no Governo Civil a expressão da luta, da dimensão e do sentido da Greve Geral.

Uma dimensão e um sentido de que vamos aqui, apenas com alguns exemplos, deixar testemunho.

### Uma jornada histórica

Os comboios pararam. O porto de Leixões paralisou a 100 por cento. Os transportes colectivos rarea-ram, apesar das requisições de «serviços mínimos». O «Jornal de Notícias» não saiu e as comuni-

cações e telecomunicações foram muito afectadas. Nos hospitais, na banca, nos seguros, escritórios e comércio houve adesão significativa à greve. Os sectores produtivos foram gravemente afectados. Todo o distrito do Porto, em particular na zonas de maior concentração industrial, sentiu o dia da Greve Geral.

Cavaco Silva veio ao Porto, numa clara provocação aos trabalhadores, realizar um programa de visitas a empresas mantido secreto até ao último momento, com excepção das administrações, e teve de regressar mais cedo a casa.

Na EFACEC/Arroteia, não chegou a entrar — a empresa estava fechada. Quase ninguém trabalhou — noventa por cento dos trabalhadores estavam em greve. Ainda tentou ir à dependência da EFACEC na

Maia, mas também aí não teve melhor sorte. Queria ir, igualmente, à Coats & Clark e à Petrogal, mas também não foi, estavam em greve. Foi à Salvador Caetano, de facto, mas, contrariamente ao que esperava, 63 por cento dos trabalhadores estavam em greve. Por isso o sector produtivo que visitou não foi o da empresa — preferiu ir mais ao lado, a uma empresa de capitais japoneses, com muitos contratados a prazo, para dar a «imagem» de que tudo estava a correr normalmente...

E no Hospital Maria Pia — onde, apesar do «aviso» de que ia ter a visita do PM, a greve teve uma grande adesão — teve, na rua, a reacção que merecia, o repúdio pela sua presença, patente até no humor

de duas faixas — «Ó Cavaco, já leste o JN de hoje?» e «Vieste a pé ou de táxi?».

Cavaco Silva regressou a casa mais isolado, o que não o impediu de continuar a mentir, de considerar que não viu nada. E só não viu quem não quis...

### Tudo valeu... mas nem assim

Para o Governo e o patronato tudo valeu para pressionar os trabalhadores. Serviços mínimos requisitados, substituição de grevistas, ameaças aos trabalhadores, em especial aos contratados a prazo, listas prévias e individualizadas de

adesão à greve, alarmismo e boatas, corte de prémios e subsídios, manutenção de serviços em condições de grande risco para a população, intervenção policial — de tudo se serviram para impedir que houvesse uma grande adesão à greve.

Mas não valeu a pena. E os números falam por si.

Nos STCP, requisitaram mais de duzentos autocarros para os «mínimos», o conselho de Administração chamou a polícia para as estações de recolha de Francos, Corujelra e Areosa, procurando assim intimidar os trabalhadores. Não o conseguiu. Andaram poucos autocarros e a adesão nos STCP rondou os noventa por cento.

No Quintas & Quintas, empresa

têxtil da Póvoa de Varzim, o patrão prometeu, dias antes, que quem fosse trabalhar no dia 28 «recebia as amêndoas». Oitenta por cento das trabalhadoras entraram, mesmo assim, em greve.

Na Sonafi, a gerência «oferecia graciosamente» transportes e alimentação a todo o pessoal que fosse trabalhar. A oferta foi recusada. Em Matosinhos, na empresa têxtil Sitenor, onde continua a haver salários em atraso, o patrão «ofereceu» transporte de táxi a quem furtasse a greve...

Na Ematêxtil, em Gondomar, o patrão distribuiu um comunicado afirmando que todos eram livres de aderir ou não à greve mas... chamava a atenção para as «consequências» (lembrando a crise por que já passou a empresa, que esteve encerrada e continua a pagar às prestações salários em atraso). No entanto «informava» que alugara transportes ao serviço dos trabalhadores que quisessem trabalhar... Neste caso, o patrão da Ematêxtil conseguiu que a empresa laborasse no dia 28. Não conseguiu foi calar a voz das operárias que durante horas cantaram a sua revolta, cantaram a Internacional e o «Avante Camarada»...

Outras empresas utilizaram formas de pressão semelhantes ou mais sofisticadas. No Sheraton/Hotel a Administração até oferecia televisores a cores a quem fosse trabalhar no dia 28!

Na Agripan — Empresa dos Hidratos de Carbono — o pouco pão que saiu foi «a martelo» — o patrão recorreu à substituição ilegal dos padeiros por trolhas, carpinteiros e serralheiros.

Na empresa de calçado Bolero, em Avintes, recorreu à polícia que carregou sobre o piquete de greve, tendo seis trabalhadoras de ser hospitalizadas.

Na Ambar, importante empresa do sector gráfico onde há mais de dez anos não se fazia greve, tal a repressão que se instalou junto dos trabalhadores, mesmo assim houve greve — perto de 40 por cento não compareceram ao trabalho.

E apenas mais um exemplo que dá bem a imagem do espírito da maior parte dos trabalhadores que, mesmo assim, foram trabalhar. Foi em Lordelo do Ouro, junto à Fábrica de Lanifícios de Lordelo. Um grupo de trabalhadoras aproximou-se do piquete. Não trabalhavam na empresa, trabalhavam no vestuário, uma fabriqueta próxima. «Não podemos fazer greve, estamos a prazo, o patrão nem nos deixa já entrar amanhã na empresa. Se ao menos vocês nos «batessem», a gente dizia que o piquete não nos deixou entrar...»



### Uma grandiosa acção de massas

Desde o meio da tarde de dia 28 de Março, era já evidente na baixa da cidade do Porto o êxito da jornada de luta — milhares de trabalhadores, numa das maiores e mais combativas realizações promovidas pela USP/CGTP-IN, muitos deles depois de andarem vários quilómetros a pé, confirmaram com alegria e entusiasmo os resultados da Greve Geral.

Não foi, porém, apenas na cidade que se concentraram os trabalhadores em greve. Um pouco por todo o distrito, durante o dia, em zonas centrais de vários concelhos, junto às empresas, em conjunto com os piquetes de greve, o dia foi de grande agitação e de esclarecimento sobre os objectivos que estiveram na

base da sua convocação. Na Areosa, no concelho da Maia, e para darmos só um exemplo de muitos que se poderiam citar, foi decisiva a acção de centenas de trabalhadores que ali se concentraram boa parte do dia.

Mas a greve foi, igualmente, tra-

balho preparatório para ganhar os trabalhadores. Foram os cerca de 500 plenários de empresa, a adesão de quarenta Comissões de Trabalhadores, de mais de duas dezenas de Comissões Sindicais, de mais de uma centena de plenários e de outras organizações. Foi a inter-

venção decisiva de mais de um milhão de trabalhadores, nas duas centenas de piquetes constituídos e muitos outros milhares de outros trabalhadores que se lhes foram juntando.

Uma jornada de luta inesquecível. ■

### Santo Tirso O piquete transformou-se em desfile

Foi da CORTEL, empresa de vestuário situada a cerca de três quilómetros de Santo Tirso, que partiu a iniciativa. A maioria das trabalhadoras da fábrica — paralisada a mais de 95 por cento — resolveram juntar-se ao piquete de greve e partir em desfile para a cidade. No caminho passaram pela ARCO, outra empresa têxtil onde houve 95 por cento de adesões à Greve, e muitos mais trabalhadores engrossaram a manifestação, que durante muito tempo paralisou o trânsito na estrada da Trofa/Porto.

Já em Santo Tirso, no Parquinho, assistiu-se durante a manhã a uma das maiores concentrações realizadas na cidade nos últimos anos. Mais de dois mil trabalhadores vindos de várias empresas do concelho deram prova do impacto da adesão à Greve Geral e nem a provocação de um polícia — que chegou a puxar de pistola para os manifestantes — fez diminuir a forte disposição de continuarem a luta contra o pacote laboral do Governo.



# AFEGANISTÃO

## Perspectivas de paz

### no 10.º aniversário da Revolução

**P**ossa o Afeganistão ser o primeiro país a jogar, na importante etapa actual, o seu papel histórico na resolução dos conflitos regionais, o primeiro país a fazer prova da sua grande responsabilidade pelo destino da paz internacional, pela causa da consolidação da paz e da estabilidade na região. A regulamentação pacífica dos conflitos regionais é uma das manifestações da luta pela paz e a segurança universais, favorecidas pelas negociações realizadas em Washington pelos dirigentes da URSS e dos Estados Unidos e pelo tratado que aí foi assinado.

Transcrevemos este pequeno extracto da declaração do presidente afegão, Najibullah, em 8 de Fevereiro deste ano, pelo que ela traduz a ideia-mestra da política que tem vindo a ser realizada pelo Afeganistão – no plano externo e também (e as consequências não serão menos significativas) no plano interno – e que sinteticamente se resume assim: o povo afegão (como todos os povos do mundo) precisa de paz, e tem direito à paz.

É isso possível, defendendo-se simultaneamente o direito de cada povo a definir o seu próprio futuro? É possível impor uma situação em que se torne de facto impraticável a – hoje comum – política de ingerência e agressão por parte do imperialismo?

São questões muito candentes, hoje bem vivas na vida política do Afeganistão, neste seu décimo aniversário da revolução, que se comemora no próximo dia 27 de Abril. Já com algumas perspectivas de paz?

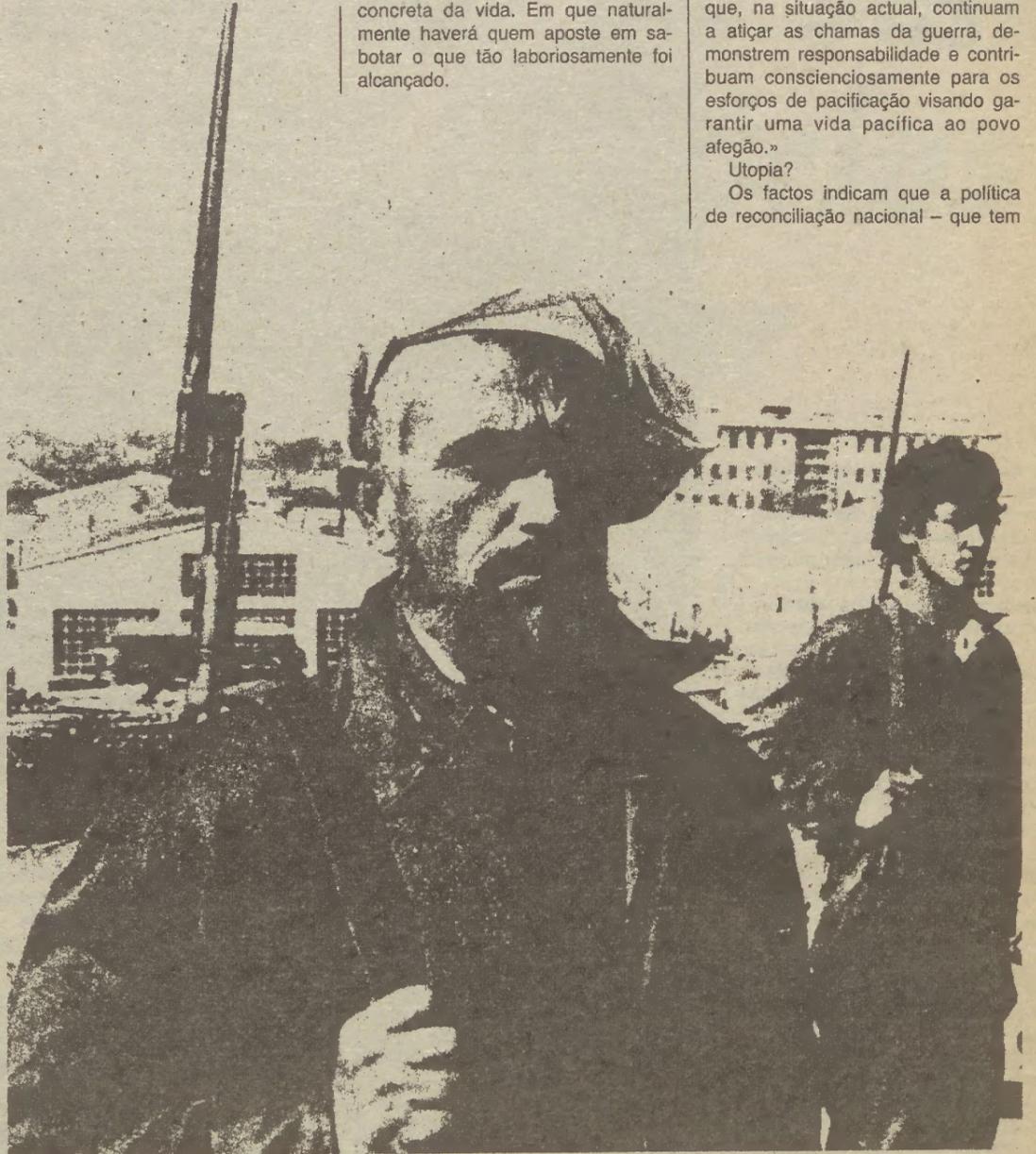
#### Genebra: Quem quer e quem não quer

Reportamo-nos uma vez mais à declaração de Najibullah, de Fevereiro, em que o presidente afegão afirma, referindo-se às conversações de Genebra: «Muito embora

a ingerência armada do imperialismo no nosso país prossiga e ganhe mesmo em amplitude, progressos importantes foram obtidos nas negociações de Genebra graças à posição construtiva da delegação afegã.»

E Najibullah especifica: «A regulamentação negociada da situação em torno do Afeganistão e do Paquistão, a declaração sobre as garantias internacionais da cessação e o não recomeço da ingerência, o acordo sobre o regresso voluntário dos refugiados afegãos ao Afeganistão, o documento sobre a ligação entre as questões referidas, por um lado, e a regulamentação do problema de regresso à URSS do contingente militar limitado soviético, e ainda um acordo respeitante aos mecanismos da aplicação dos acordos concluídos.»

Em Fevereiro considerava-se que os documentos estavam praticamente concluídos. Mas posteriormente os EUA e o Paquistão renovaram obstáculos, com exigências



concreta da vida. Em que naturalmente haverá quem aposte em sabotar o que tão laboriosamente foi alcançado.

que, na situação actual, continuam a atizar as chamas da guerra, demonstrem responsabilidade e contribuam conscienciosamente para os esforços de pacificação visando garantir uma vida pacífica ao povo afegão.»

Utopia?

Os factos indicam que a política de reconciliação nacional – que tem

## Mensagem de Ano Novo

Segundo o calendário afegão, o Ano Novo comemora-se a 19 de Março. Da mensagem de Najibullah ao povo do Afeganistão, mensagem bem próxima dos acontecimentos que agora se estão a desenrolar, aqui transcrevemos um pequeno extracto, centrado nas perspectivas que se abrem ao país.

«Os frutos da reconciliação são a implantação dos princípios do pluralismo e do espírito de cooperação na vida política, a adopção da Constituição e a eleição do presidente do Afeganistão. A reconciliação, é a preocupação do Estado para com os pequenos e médios proprietários, é a participação dos proprietários privados, artesãos e comerciantes na vida económica. O ano passado, a Conferência Nacional do Partido Democrático Popular (PDDPA) analisou de forma crítica a actividade do Partido durante cinco anos e elaborou um programa para a instauração da paz e da calma no país.

«Os afegãos esperam que o ano que se inicia será o ano da paz, da unidade nacional, do elevado sentido das responsabilidades de que devem fazer prova todos os que amam a pátria. É preciso que este ano seja regularizada a situação em torno do Afeganistão e que seja posto fim à ingerência externa nos seus assuntos.

«As primeiras eleições democráticas no Conselho Nacional serão organizadas este ano. Milhares de refugiados afegãos deverão regressar ao seu país. Este ano deve ser também o do reforço da capacidade defensiva das forças armadas afegãs e do repatriamento dos soldados internacionalistas soviéticos que se conduziram como verdadeiros amigos do povo afegão. Dar-lhes-emos as nossas despedidas com um sentimento de profundo reconhecimento. Os soldados internacionalistas partirão, mas a nossa amizade com o nosso grande vizinho do Norte será eterna.

«O ano que começa deve ser um ano de reforço da independência e da soberania do nosso país, um ano de desenvolvimento das multiformes relações de amizade com todos os países e povos do planeta», concluiu o presidente afegão. ■

como a de definir qual o governo para o Afeganistão (do agrado do governo do Paquistão...), ou ainda que tipo de relações bilaterais, entre a URSS e o Afeganistão, seriam aceitáveis para Washington.

Actualmente, em Genebra, os factos apontam para a assinatura dos acordos em debate ao longo dos anos (desde Junho de 82), o mais tardar hoje, 14 de Abril – conforme afirmou Diego Cordovez, representante da ONU às conversações, em conferência de imprensa no palácio das Nações Unidas.

O «pacote de Genebra» incluirá o acordo bilateral entre a República do Afeganistão e a República do Paquistão sobre os princípios das relações mútuas, incluindo a renúncia a uma invasão. As declarações sobre as garantias internacionais da URSS e dos EUA e o acordo bilateral entre o Afeganistão e o Paquistão sobre o regresso voluntário dos refugiados. Iguualmente prevista a criação e entrada em funcionamento de um mecanismo de controlo do cumprimento dos compromissos assumidos pelas partes.

As partes reconheceram que a formação de um governo no Afeganistão diz apenas respeito ao povo afegão.

Neste quadro, a retirada das tropas soviéticas terá início a 15 de Maio.

Na mesa de conversações foi dado um passo decisivo. O que é particularmente importante.

Um passo a que entretanto se terá que seguir outros, na prática

Nesse plano, indícios não faltam.

Como é conhecido, no passado fim-de-semana, terroristas afegãos, utilizando mísseis antiaéreos, abateram um avião afegão de passageiros, perto da fronteira soviética. Morreram as 29 pessoas que iam a bordo. Um crime mais no que é prática «comum» de bandos terroristas. Mas que hoje – em vésperas da assinatura de documentos para abrir os caminhos da paz – assume naturalmente um significado maior.

A militarização crescente do Paquistão, tem vindo entretanto a ser frequentemente denunciada. Imprensa indiana denunciou há dias o início do fabrico pelo Paquistão do novo avião de assalto tipo «A-5», comentando que a ajuda militar norte-americana àquele país de há muito ultrapassou necessidades de defesa.

#### Perspectivas

Referindo-se aos perigos que naturalmente subsistem, para além da assinatura de – particularmente importantes – acordos de paz, o presidente afegão afirmou perante as câmaras de televisão, ainda em Fevereiro: «Estamos convencidos de que o repatriamento das tropas soviéticas não vai acarretar, no nosso país, o recrudescimento do confronto militar. A nosso ver, podemos evitar a intensificação do conflito militar na condição de que os adversários da República do Afeganistão

expressão quer no plano político, quer socioeconómico – tem vindo a dar frutos significativos.

Desde há um ano, e na sequência da proclamação da política de reconciliação, 120 mil refugiados regressaram ao país, 40 mil homens de grupos de oposição largaram armas, um afegão em cada quatro vive hoje em províncias, distritos e aldeias, proclamados como zonas de paz.

Estes são apenas os primeiros passos num processo de conquista da paz, em todas as suas componentes. E por isso mesmo, naturalmente, a fase mais decisiva.

Aos que recusarem a via da paz, Najibullah adverte: «Importa que eles saibam que se recusarem agir segundo o bom senso, serão confrontados com a vontade férrea do povo afegão que aspira à paz e à calma no seu país.»

Esta é difícil realidade. Rica de perspectivas. Que passa naturalmente por acordos. E em particular pela mobilização do povo afegão em torno de objectivos e de uma política que sinta como seus.

Uma realidade entretanto só possível no quadro de uma evolução positiva no plano das relações políticas internacionais e de um processo que aponta para o desarmamento.

Como Gorbachov sublinhou, na declaração de dia 8 de Fevereiro: «a regularização política do problema do Afeganistão colocá desde já uma questão: qual é o próximo conflito a ser resolvido?» ■

■ Ilda Figueiredo



# A revisão constitucional o Poder Local e a regionalização

**1.** O Poder Local é justamente considerado uma das grandes conquistas da democracia portuguesa.

A actual organização do Poder Local e o seu sistema de eleição têm permitido o envolvimento, na gestão de cada órgão, de eleitos de diferentes opções político-ideológicas que, em geral, têm procurado trabalhar em colaboração na resolução dos problemas das populações. Daí os resultados positivos da sua acção e a importância que tem desempenhado na defesa, junto da opinião pública, de uma maior descentralização do poder, nomeadamente através de uma efectiva regionalização.

**2.** Em 1986 e 1987 foi criada uma grande dinâmica em torno do desenvolvimento do processo de regionalização, após a entrega por parte do Grupo Parlamentar do PCP de um projecto de lei-quadro das Regiões Administrativas, em Abril de 1986 e a apresentação subsequente por todos os partidos com representação parlamentar de projectos de lei dedicados à regionalização.

Entretanto, após as eleições de 19 de Julho multiplicaram-se, por parte do PSD, as acções contra o Poder Local democrático, nomeadamente através do Orçamento do Estado para 1988 com o não cumprimento da Lei das Finanças Locais (os cortes no FEF, a constante tentativa de transferir cada vez mais encargos para as autarquias sem a correspondente contrapartida financeira, o exercício discriminatório da tutela, etc.) e o processo de regionalização continua em compasso de espera porque o PSD não só é o único partido que ainda não entregou na AR, na actual legislatura, qualquer projecto de lei sobre regionalização, como tem dificultado o recomeço do processo, enquanto se multiplicam as tentativas de governamentalização do Poder Local, nomeadamente através das Comissões de Coordenação Regional.

**3.** É neste contexto que importa analisar os diferentes projectos de revisão da Constituição no que concerne ao Poder Local e à regionalização.

Começemos pela análise das propostas apresentadas pelo PCP no projecto de revisão constitucional:

1.º - Quanto à regionalização, tivemos em conta que alguns partidos se serviram do princípio da simultaneidade e da questão das áreas regionais como cobertura e falsa justificação para a sua falta de vontade política de regionalizar. Daí que o Grupo Parlamentar do PCP apresente um proposta que flexibiliza as regras de instituição das regiões administrativas, eliminando as dúvidas e equívocos que foram invocados para criar dificuldades à regionalização. Assim, propõe-se que, num primeiro momento, a Assembleia da República se limite a estabelecer as atribuições, competências e regime financeiro das regiões, mas não a respectiva delimitação geográfica. Numa segunda fase, mediante projectos concretos (que incluirão propostas de delimitação territorial), a Assembleia da República aprovará então leis de instituição em concreto de cada região. Para que não haja demoras nem discriminações estabelece-se que a instituição das regiões não poderá ser recusada quando a favor do projecto de instituição em concreto se pronunciar a maioria das Assembleias Municipais que representem a maioria da população da respectiva região;

2.º - Uma segunda proposta que assume também particular importância e actualidade refere-se ao aperfeiçoamento do regime de Tutela, fazendo depender do poder judicial, da decisão do Tribunal (e não de qualquer ministro ou Governo) a dissolução de órgãos autárquicos e a cessação individual do mandato dos seus membros, se houver prática de actos ilegais. O exemplo da Câmara Municipal de Gondomar é elucidativo da importância desta alteração;

3.º - É proposta a constitucionalização do princípio de que as autarquias participem por direito próprio nas receitas do Estado;

4.º - São reforçados os poderes da Assembleia Municipal em matérias de carácter tributário ou que impliquem outros encargos para os cidadãos.

5.º - É proposta a inclusão na reserva absoluta de competência da Assembleia da República dos principais diplomas relevantes para as autarquias locais.

Quanto aos projectos de revisão constitucional apresentados pelos outros partidos destaque em primeiro lugar as propostas do PSD que visam pôr em causa a organização do Poder Local e o seu sistema de eleição. Esta alteração do sistema de representação proporcional - que é inconstitucional porque não respeita sequer os limites materiais da Constituição - corresponderia à degradação da democraticidade e à diminuição da capacidade do Poder Local de ser um factor de unidade e cooperação na resolução dos problemas das populações como tem acontecido até agora. E não colhe o argumento da estabilidade pois é sabido que em mais de 10 anos de Poder Local foram raras as eleições suplementares para as Câmaras Municipais. É que a estabilidade não resulta da criação artificial e antidemocrática da maioria contra o voto popular.

Um segundo aspecto tem a ver com a regionalização. O PSD, ao contrário do que prometeu, não inclui no seu projecto de revisão constitucional a eliminação do princípio da simultaneidade na criação das regiões administrativas e propõe a redução das suas atribuições na área fundamental do desenvolvimento regional designadamente eliminando a expressão «participação na elaboração e execução do plano regional».

Entretanto o PS no seu projecto de revisão no que se refere à regionalização e à organização do Poder Local e sistema de eleição não acompanha o PSD o que significa que à partida o PSD não tem os 2/3 necessários para alterar o texto constitucional.

No entanto cabe sublinhar que tanto o PSD como o PS propõem a extinção do Conselho Municipal e do Conselho Regional, o que não facilita a democracia participativa resultante da intervenção das organizações populares e restantes organizações económicas, sociais e culturais.

Desde a revisão de 1982, que os Conselhos Municipais

se tornaram facultativos não havendo, portanto, qualquer vantagem em que agora sejam eliminados.

Enquanto o PCP propõe o reforço do Poder Local democrático e cria condições para uma rápida institucionalização e criação das regiões administrativas em concreto, o PSD põe em causa a organização do Poder Local e o seu sistema de eleição e mostra-se claramente avesso à regionalização.

Cabe, pois, aos autarcas, a todos os democratas, um importante papel na defesa do Poder Local democrático e no rápido desenvolvimento do processo de regionalização, nomeadamente divulgando as propostas de alteração do PCP e os seus objectivos e denunciando as pretensões da direita. ■



## À japonesa?!

Uma delegação de industriais e banqueiros japoneses visitou o nosso País a convite do Governo de Cavaco Silva. Fartaram-se de visitar coisas na companhia dos seus entusiasmados anfitriões, um dos quais — o secretário de Estado do Comércio Externo, senhor Horta e Costa — sublinhou a satisfação que sentia por esta deslocação nipónica, gabando-se, na televisão, das «condições únicas que Portugal oferece aos investidores estrangeiros». Além disso «as propostas da secretária de Estado do Planeamento foram muito bem recebidas pela delegação» (isto já segundo o «Telejornal» que tratou — muito regaladamente — a notícia). Ora nós sabemos como são as condições de trabalho no Japão (e que, em grande parte, explicam o tão celebrado «milagre económico» nipónico): exploração desenfreada assente em generalizada insegurança de emprego, horários que chegam a atingir as 18 horas, grande parte dos trabalhadores sem direito a férias (uma semana anual já é considerado um luxo), legislação que deixa a

generalidade dos trabalhadores totalmente nas mãos do patronato, etc., etc. Perante isto, torna-se estranho que tais empresários — habituados, no seu próprio país, a relações laborais no genuíno estilo de capitalismo selvagem — tivessem recebido muito bem «as propostas da secretária de Estado do Planeamento». E a estranheza adensa-se quando ouvimos o outro secretário de Estado gabar «as condições únicas que Portugal oferece aos investidores estrangeiros». Só nos faltava agora um pacote laboral... à japonesa!

## Energias

Segundo as contas da CGTP-IN, o consumo de energia eléctrica em Portugal no dia da greve geral foi inferior à média dos três sábados anteriores, registando-se uma quebra na ordem dos 27,6%. Foi uma quebra substancial, sem dúvida, mas o Primeiro-Ministro Cavaco Silva continua a ter razão: a energia que se consumiu ainda dava bem para lhe aquecer os pãezinhos do pequeno-almoço.

# Pontos Cardeais

## Voos

Oliveira Martins, ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, prevê largos voos para a TAP. «O primeiro passo — diz ele — é fazer com que as empresas tenham administrações eficazes e um meio ambiente ajustado, de modo a eliminarem os prejuízos e comecem a ganhar dinheiro. Só nessa altura se deverá pensar na privatização e aumentos de capital, face aos resultados positivos previstos». Este Governo PSD está cada vez mais original. Há anos que procura afundar as empresas públicas — com estes e outros ministros — nomeando-lhes gestões da sua confiança política e, pelos vistos, deliberadamente incompetentes. Com isso pretendia provar que as empresas públicas eram um desastre económico. Agora,

na ânsia de privatizar, tira magicamente da cartola «gestores competentes» (às vezes os mesmos) que, milagre!, desatam a produzir lucros e a recuperar prejuízos. Lá voar, voa, este Governo, mas muito baixinho. Assim como os crocodilos...

## Gostos

Segundo a agência Lusa, o antigo presidente do parlamento açoriano, Álvaro Monjardino, manifestou à direcção do PSD/Açores a intenção de se afastar da vida política a partir de Setembro, dado pretender dedicar-se à actividade empresarial. É natural. Quando se luta tão empenhadamente, no Governo, a favor da iniciativa privada, mais tarde ou mais cedo quer-se fazer também o «gostinho». E não ao dedo, obrigatoriamente!

# Gazetilha

por Ignotus Sum

## Fado maior para um político menor

A tal popularidade do Governo baixa, baixa com tanto grão de verdade que até o estrangeiro acha...

Do alto do galarim com o sorriso desfeito o Cavaco acha que sim que para o povo — está feito...

Porquê? O Cavaco explica suas razões singulares: porque fez, na chafarica, medidas impopulares...

Que inteligência tão, tão tão grande, fora de bordo! Eis aqui a explicação com que eu próprio até concordo...

Claro que se ele tomasse medidas de bom talhar ele não perdia a face e seria popular...

Mas não toma. A cada esquina surge, de faca apontada: é a falência, a ruína, um ar de casa assombrada...

É um pândego, este tal com sua fraca ciência: não viu a Greve Geral, vê agora a consequência...

Ao povo não dá proveito só lhe tira regalia — e aqui se vê o conceito que tem de democracia...

Teve a maioria — então lá se foi empoleirar com a maioria na mão para a maioria lixar...

Com estas findas baratas até, sem qualquer engano seriam bons democratas o Salazar e o Caetano...

Diz que a modernização é aquilo que ele faz enquanto canta a canção «ô tempo volta pra trás...»

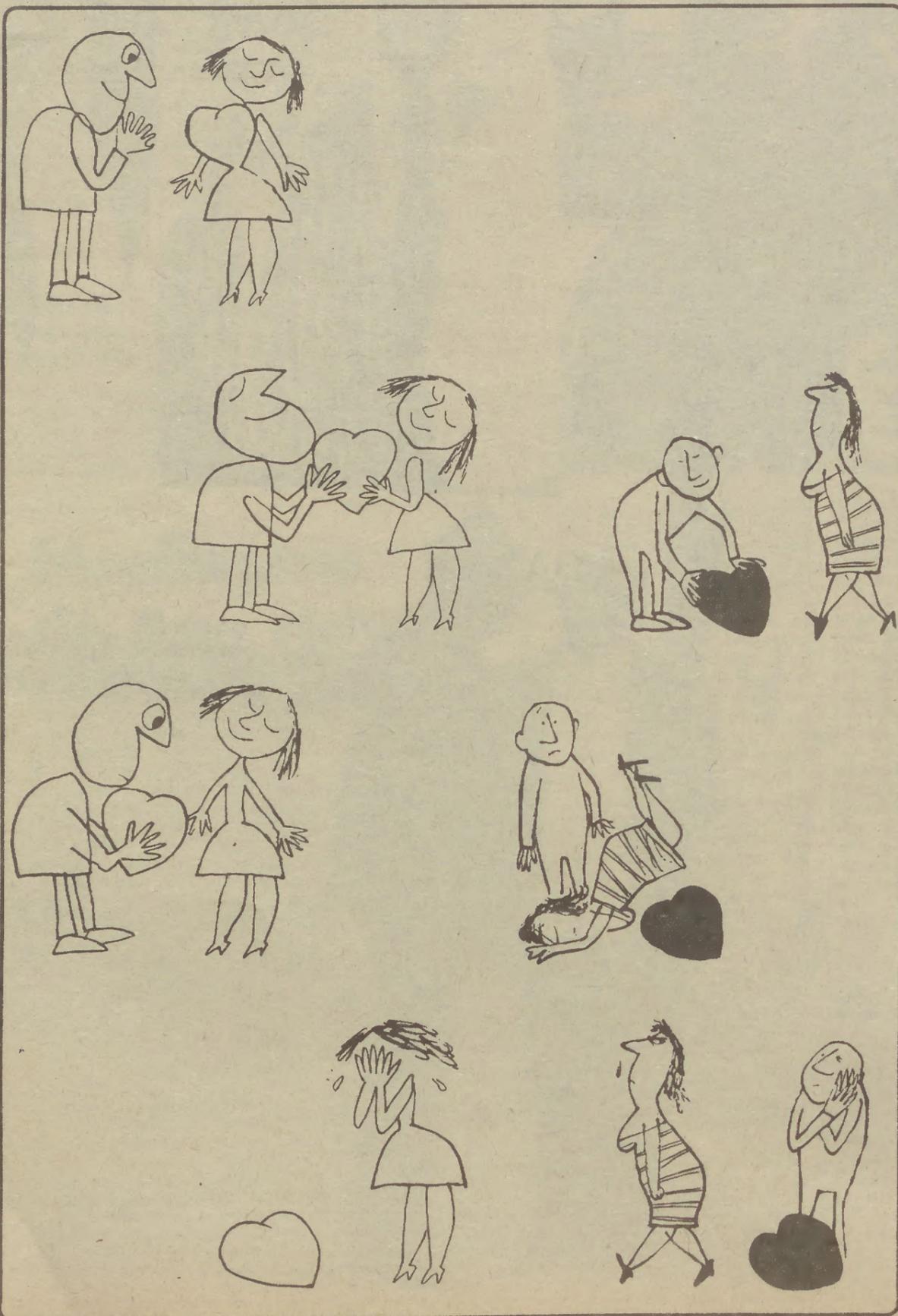
Alma ruim à flor da pele com tal política brava conseguiu pôr contra ele até quem ele gostava...

Qualquer dia, espeto a espeto, só tem consigo no bucho a Beleza e o Barreto o Eurico e o Capucho...

Pois saiba, na triste fama que o mau Governo lhe trouxe: o povo, que ele não ama, não é uma pera doce...

Eu que sou poeta plebeu a velha lição renovo: na História ninguém venceu sem o povo ou contra o povo!

Homem só, é homem fraco não tem razão, não tem glória. Não é agora Cavaco que vai mudar a História...



# Agenda

**Avante!**

Ano 58 - Série VII  
N.º 746

14 de Abril de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

Com a presença  
do camarada  
**Álvaro Cunhal**

analisar  
o presente  
preparar  
o futuro  
dar voz  
à população

**2ª assembleia  
da Organização  
da Região Autónoma  
da Madeira  
do Partido  
Comunista Português**



Funchal - 17 Abril - 1988

**3ª assembleia  
da Organização  
da Região Autónoma  
dos Açores  
do Partido  
Comunista Português**



**povo  
democracia  
autonomia  
com o PCP**

Ponta Delgada  
16 e 17 Abril  
1988

COM A CLASSE OPERÁRIA  
COM O POVO  
CONSOLIDAR O MUNICÍPIO  
DE ABRIL  
DEFENDER A DEMOCRACIA



3ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO  
CONCELHIA DA AMADORA DO PCP  
RECREIOS DESPORTIVOS - 17-4-1988

## 3.ª Assembleia da Organização da Amadora

nos Recreios Desportivos  
(ex-Cine Plaza)  
a partir das 09.30  
comício de encerramento  
com o camarada  
**José Casanova**

**festa**  
**Avante!**

Vamos  
conhecer o terreno!  
Vamos encontrar-nos  
na primeira festa  
no novo terreno da Festa!  
Concentração no próprio terreno a partir das 9.30

As 13 horas  
**PIC-NIC**

cada um leva o seu farnel

As 15 horas

o primeiro espectáculo no novo terreno!  
**MÚSICA DE CABO VERDE**

Celina Pereira  
Quiqui Lima

grupo de Paulinho Vieira

Apresentação de  
Cândido Mota

### Sexta 15

• **CARTAXO**  
Reunião de militantes, às 21.00, no Centro de trabalho.

• **LISBOA**  
Colóquio: «Processo de Revisão da Constituição», às 21.00, no Centro de Trabalho da Duque de Loulé, com a parti-

cipação do camarada Luís Sá, membro do CC.

• **BEJA**  
Seminário: «CEE e o Desenvolvimento Regional», às 15.00, na Casa da Cultura.

### Sábado 16

• **MONTIJO**  
Reunião de Comissão Concelhia, às 14.30, no Centro de Trabalho.

• **PALMELA**  
Plenário de activistas CDU, às 21.00.

• **ÁGUAS DE MOURA**  
Plenário de activistas CDU, às 17.00.

• **LISBOA**  
3.ª Assembleia da Organização da Central Distribuidora Livreira, às 15.00, no Centro de Trabalho de Sete-Rios.

• **ENTRONCAMENTO**  
Encontro de Quadros da ORSA sobre «O Trabalho do Partido na Empresa», às 10.00, no Salão de Exposições da Câmara.

### Domingo 17

• **BARROSA**  
Inauguração do Centro de Trabalho, com almoço-convívio, às 13.00, no Centro Social, com a presença do camarada Raimundo Cabral, membro da Comissão Política do CC do PCP.

• **FORNELO**  
Sessão/debate, sobre Revisão da Constituição, às 15.00, na Associação, com a presença do camarada Carlos Fraião, do CC.

• **BRAGA**  
Reunião-convívio do Clube dos Amigos da Festa da Alegria, ponto de encontro, no Centro de Trabalho, às 11.00



LUCQUES (França) in «Pilote» n.º 669 de 31/8/72 revista francesa com direcção de René Goscinny

**IV cnes**  
conferência  
nacional  
do ensino  
superior

16 e 17 abril  
loc. salas lisboa

com a jcp  
intervir para transformar

# TV O Programa

Quinta <sup>14</sup>

RTP1

10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela: «Selva de Pedra» (1.º epis.)  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.35 - Ciclo Preparatório TV  
17.35 - Sumário  
17.40 - Brinca Brincando  
18.05 - Estúdio 4  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro» (130.º epis.)  
21.15 - Primeiro Andamento: «Concerto de Macau»  
21.45 - Telemundo  
22.15 - Série: «Terra Distante»  
23.15 - 24 Horas  
23.45 - Remate.

RTP2

13.15 - Totally Live  
14.10 - Pano Para Mangas  
15.40 - Série: «Santa Teresa d'Ávila»  
16.40 - Trinta Minutos Com... Samuel  
17.15 - Telenovela: «Imigrantes» (227.º epis.)  
18.00 - Ponto Por Ponto  
19.10 - Fórmula One  
20.05 - Série: «Cidade Nua»  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Mostra de Livros  
21.35 - Artes Plásticas  
22.05 - Série: «As Teias da Lei»  
23.00 - Série: «Do Oriente para o Ocidente».

Sexta <sup>15</sup>

RTP1

10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela: «Selva de Pedra»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.35 - Ciclo Preparatório TV  
17.35 - Sumário

17.40 - Brinca Brincando  
18.05 - Estúdio 4  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Concurso DN/RTP  
20.25 - Telenovela: «Roque Santeiro»  
21.25 - Televisão e Divertimento  
22.00 - O Programa das Festas  
22.55 - 24 Horas  
23.25 - Remate  
23.40 - Pela Noite Dentro: «Aquele Domingo». Real. Richard Colla (EUA/1986).

RTP2

13.15 - Totally Live  
14.10 - Agora, Escolha!  
15.40 - Série: «A Grande Época»  
16.40 - Trinta Minutos Com...  
17.15 - Telenovela: «Imigrantes»  
18.00 - Ponto Por Ponto  
19.10 - Fórmula One  
20.05 - Série: «Cidade Nua»  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Mostra de Livros  
21.35 - Clube de Jornalistas  
22.10 - Série: «O Detective Cantor»  
23.10 - Entre Barreiras  
23.40 - Troféu.

Sábado <sup>16</sup>

RTP1

09.00 - Juventude e Família  
12.05 - Tránsito  
12.30 - TV Mulher  
13.00 - Notícias  
13.10 - Série: «Nas Asas do Vento»  
14.00 - Parlamento  
14.30 - Sobe e Desce  
15.40 - Petzi  
15.45 - Sessão da Tarde: «Caça à Herança». Real. Michael Schultz (EUA/1979)  
17.45 - Série: «Capitão Power»  
18.10 - Vivamúsica  
19.15 - Sete Folhas  
19.45 - Totoloto  
20.00 - Jornal de Sábado  
21.10 - Boletim Meteorológico

21.25 - Série: «Cobardias» (últ. epis.)  
22.30 - Prémios MTV 1987 (Videoclips premiados)  
23.45 - Cinema da Meia-Noite: «A Invasão dos Violadores». Real. Philip Kaufman (EUA/1978).

RTP2

09.00 - Compacto «Totally Live»  
13.15 - Compacto «Tudo ou Nada»  
16.00 - Troféu  
21.00 - Uma Boa Ideia  
21.25 - Série: «Melba»  
22.20 - Concorde ou Talvez Não: «A Prostituição».

Domingo <sup>17</sup>

RTP1

09.00 - Juventude e Família  
11.15 - Missa  
12.05 - 70 x 7  
12.35 - TV Rural  
13.00 - Notícias  
13.10 - PME - Uma Aposta no Futuro  
13.40 - Série: «A Casa de Irene»  
14.05 - Toiros  
15.00 - Primeira Matinée: «Amar Foi a Minha Perdição». Real. John M. Stahl (EUA/1945)  
16.45 - Clube Amigos Disney  
19.00 - Série: «Um Anjo na Terra»  
20.00 - Jornal de Domingo  
20.35 - Boletim Meteorológico  
20.45 - Humor de Perdição  
21.50 - Momix  
23.00 - Domingo Desportivo.

RTP2

09.00 - Troféu (Maratona de Londres)  
12.30 - Série: «O Meu Carro Tem Cem Anos»  
13.00 - Music Box Especial: Frank Zappa

14.00 - Caminhos  
14.30 - Novos Horizontes  
15.00 - Troféu  
17.00 - Série: «O Mundo de Smithsonian»  
18.00 - Série: «5.ª Dimensão»  
18.55 - Série: «Quem Sai aos Seus»  
20.30 - Espectáculo: Anamar  
20.55 - Futebol: Porto-Peñarol.

Segunda <sup>18</sup>

RTP1

10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela - «Selva de Pedra»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Ciclo Preparatório TV  
17.35 - Sumário  
17.40 - Brinca Brincando  
18.05 - Estúdio 4  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro»  
21.10 - Série - «Mátria»  
22.10 - Concurso - «Com Pés e Cabeça»  
23.45 - 24 Horas  
23.55 - Remate.

RTP2

13.15 - Totally Live  
14.10 - Agora, Escolha!  
15.40 - Richard Strauss dirigido por Sir George Solti  
16.40 - Trinta Minutos Com...  
17.10 - Telenovela - «Imigrantes»  
18.00 - Maratona de Boston  
20.40 - Acerto de Emissão  
21.00 - Jornal das Nove

21.35 - Série - «A Cidade e o Rio»  
22.05 - Moderno Teatro Português - «Pompas Fúnebres»  
22.35 - Bailado - «Bolshoi Ballet».

Terça <sup>19</sup>

RTP1

10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela - «Selva de Pedra»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.35 - Ciclo Preparatório TV  
17.35 - Sumário  
17.40 - Brinca Brincando  
18.05 - Estúdio 4  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.10 - Vamos Jogar no Totobola  
20.30 - Telenovela - «Roque Santeiro»  
21.30 - Programa da Direcção de Informação  
22.30 - Série - «O Assassino Misterioso»  
23.30 - 24 Horas  
24.00 - Remate.

RTP2

13.15 - Totally Live  
14.10 - Dois Dedos de Conversa  
15.40 - Série - «Dallas»  
16.40 - Trinta Minutos Com...  
17.10 - Telenovela - «Imigrantes»  
18.00 - Ponto por Ponto  
19.10 - Fórmula One  
20.05 - Série - «Cidade Nua»  
21.00 - Jornal das Nove  
21.35 - Série - «Lá em Casa Tudo Bem»

Quarta <sup>20</sup>

RTP1

10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela - «Selva de Pedra»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Ciclo Preparatório TV  
17.35 - Sumário  
17.40 - Brinca Brincando  
18.05 - Estúdio 4  
19.30 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro»  
21.20 - Lotação Esgotada - «Homens no Escuro», real. Robert Wise (EUA/1959)  
22.35 - 24 Horas  
23.05 - Remate.

RTP2

13.10 - Totally Live  
14.10 - Agora, Escolha!  
15.40 - Plano Bar  
16.40 - Trinta Minutos Com...  
17.10 - Telenovela - «Imigrantes»  
18.10 - Ponto por Ponto  
19.10 - Fórmula One  
20.05 - Série - «Cidade Nua»  
21.00 - Jornal das Nove  
21.35 - Fantasia e Realidade  
22.05 - Clube de Imprensa  
22.55 - Série - «O Fim do Império Britânico».

# Teatro O Cartaz

## • LISBOA

**Casa da Comédia.** De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **Noites de Anto,** de Mário Cláudio, enc. de Filipe La Féria.  
**Castelo de S. Jorge.** De 3.ª a sáb. **Montedemo** de Hélia Correia, enc. João Brites, pel' O Bando (até 23/4).

**Comuna,** Praça de Espanha. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **O Destino Morreu de Repente,** de Alves Redol, enc. de João Mota.

**IFICT,** Rua de Santiago, 19 (junto ao Miradouro de St.ª Luzia). De 14 a 20/4, às 21.30. **O Sonho,** de A. Strindberg, enc. de Rogério Carvalho, pelo TEUC - Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra.

**Sala do TIL,** Rua Leão de Oliveira, 1. Sexta a sáb., às 21.45. **O Tio Simplicio,** de Almeida Garrett, enc. de Agostinho Macedo, pelo Teatro Livre.

**Ritz Clube,** Rua da Glória, 57. De 3.ª a dom., às 21.30, dom., às 16.00. **O Balle,** adaptação e enc. de Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

**Teatro ABC,** Parque Mayer. De 3.ª a sáb., às 20.30 e 22.45, sáb., dom e feriados, às 16.00, dom., às 21.30. **Cheira a Lisboa,** de César de Oliveira e Henrique Santana.

**Teatro do Bairro Alto,** Rua Tenente Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb., às 21.00, dom., às 16.00. **Três Irmãs,** de Anton Tchekov, enc. de Rui Mendes, pela Cornucópia. De 3.ª a 6.ª às 15.00 (para escolas); sáb., às 16.00, dom., às 21.30. **Acende a Noite,** de Ray Bradbury, enc. de José Caldas.

**Teatro Nacional, Sala Garrett.** De 3.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. **O Bicho e o Tempo Feminino,** de Miguel Rovisco, enc. de Norberto

Barroca. — Sala Gil Vicente. De 3.ª a sáb., às 22.00, sáb. e dom., às 17.00. **A Infância de Leonor Távora,** de Miguel Rovisco, enc. de Norberto Barroca.

**Teatro Variedades,** Parque Mayer. Diariamente às 21.45, dom., às 16.00. **Calcinhas Amarelas,** de José Vilhena.

**Teatro Vasco Santana,** Av. da República. **As Duas Cartas,** de Júlio Dinis, enc. Luzia Maria Martins.

**Teatro Villaret,** Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom., às 21.30, dom., também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço,** enc. Armando Cortez.

## • PORTO

**Teatro dos Modestos,** Rua Gonçalo Cristóvão, 190. **O Pássaro Verde,** de Carlo Gozzi, pelos Comediantes.

**Sala do Realejo,** R. dos Mercadores, 136. 5.ª, 6.ª e sáb., às 22.00, dom., às 17.00. **Jorge,** de Anthony West, enc. de Vítor Valente.

**Teatro Sá da Bandeira,** R. Sá da Bandeira. De 3.ª a 5.ª às 21.30, 6.ª e sáb., às 20.30 e 23.00, dom., às 16.00 e 21.30. **Toma Lá Revista,** de Santana/Nicholson-

/Zambujal, enc. de Francisco Nicholson.

**Teatro,** Rua do Heroísmo, 86. De 5.ª a dom., às 21.45, sáb. e dom., às 17.00. **Estilhaços,** de Castro Guedes, pelo TEAR.

## • ALGÉS

**1.º Acto - Clube de Teatro.** De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 16.30. **O Circo dos Enganados,** de Miguel Rovisco, enc. de Guilherme Filipe, pelo Grupo Persona.

## • BRAGA

**Teatro Circo,** às 21.45. **Com a Arma de Bogart,** de Renato Solhado, enc. de António Fonseca, pela CENA - Companhia de Teatro de Braga.

## • ESTORIL

**Teatro Mirita Casimiro,** Av. Fausto Figueiredo. De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 16.00. **O Balcão,** de Jean Genet, enc. de Carlos Avilez.

## • SETÚBAL

**Teatro de Bolso,** Rua Balneário Dr. Paula Borba. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. **O Médico à Força,** de Molière, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. Carlos César e Asdrúbal Teles.

## Para Crianças

• LISBOA  
**Comuna,** Praça de Espanha. De 3.ª a 6.ª (para escolas), sáb. e dom., às 17.00. **A Nora,** de Gonçalo Fernandes Trancoso, enc. de João Brites, pelo O Bando.

**Junta de Freguesia de Camide,** Largo das Pimenteiras, 6-A. Sáb., às 16.00, dom., às 11.00. **A Moda da Minha Avó,** pelo Teatro de Animação os Papa-Légua.

**Teatro Nacional,** Sala Garrett. Sábado, às 16.00. **Zaca Zaca,** de António Torrado, enc. de Ruy de Matos.

**TIL - Teatro Infantil de Lisboa,** R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. e dom. e feriados, às 16.00. **O Avestruz Mecânico,** de Carlos Manuel Rodrigues. Enc. Bento Martins.

**Teatro Ibérico,** Igreja Barroca do Antigo Convento de Xabregas, 54. Sáb. e dom., às 11.00. **O Leão Enganado,** de Lauro Olmo, enc. de Blanco Gil.

## • ESTORIL

**Teatro Mirita Casimiro,** Av. Fausto Figueiredo. Sábado às 18.00, dom., às 17.00. **Fuga a Pés Juntos,** de José A. Gouveia.

Alves Redol («O Destino Morreu de Repente») na Comuna



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

# O militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

## A MAIOR GREVE DE TODOS OS TEMPOS

• SOBRE O 18.º BALANÇO GERAL DA ORGANIZAÇÃO

O TRABALHO AUTÁRQUICO  
ENTREVISTA  
COM CARLOS COSTA

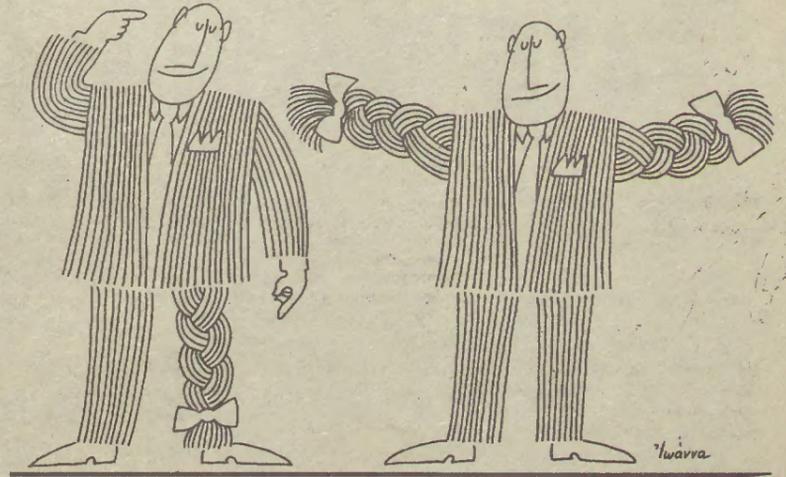


# Cinema A selecção

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Atracção Fatal	—	★★	★★	—	★★
<b>B</b> As Asas do Desejo	★★★	★★★★	★★★	★★★	★★★
<b>C</b> Diabo no Corpo	★	★★★	★★★	★★★	—
<b>D</b> Esperança e Glória	★★★★	★★★★	★★★★	—	★★★★
<b>E</b> Grita Liberdade	★★★	—	★★	—	★★★
<b>F</b> Império do Sol	★★★★★	★★★★	★★★★	—	★★★★
<b>G</b> Jogo Fatal	★★★★	★★★	★★★	—	—

**A** — Real. Adrian Lyne — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); S. Jorge/2 (14.00, 16.45, 19.15, 21.15) — Lisboa.  
**B** — Real. Wim Wenders — Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
**C** — Real. Marco Bellochio — Alfa Clube (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Mundial/2 (14.00, 16.15, 19.00, 21.45); Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
**D** — Real. John Boorman — Amoreiras/6 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00); Apolo 70 (14.00, 16.30, 21.00); Castil (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
**E** — Real. Richard Attenborough — Amoreiras/5 (13.30, 16.15, 19.00, 21.45, 00.30); S. Jorge/3 (14.15, 17.30, 21.00) — Lisboa.  
**F** — Real. Steven Spielberg — Alfa/1 (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); Amoreiras/2 (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); Ávila (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); 7.ª Arte (14.00, 16.30, 21.45, 00.15); Terminal (13.00, 15.30, 18.15, 21.30, 24.00); Tivoli (15.15, 18.15, 21.30) — Lisboa.  
**G** — Real. David Marnet — Quarteto/4 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.

Classificação de \* a \*\*\*\*



## ...e ainda Música, debates, etc.

### Música

**Na Gulbenkian:** — concertos pela Orquestra Gulbenkian e o violinista Nigel Kennedy, com direcção do maestro Muhai Tang, que interpretará obras de Cong Su, Elgar e Brahms (Sinfonia n.º

1) — no Grande Auditório, hoje às 21.30 e amanhã às 18.30; — recital do contratenor Paul Esswood, acompanhado em cravo por Celia Harper — segunda, dia 18, às 18.30, no Grande Auditório; — concerto por Cremilde Rosado Fernandes, fortepiano, com obras de C. Ph. Bach, Fr. M. de Santo Elias e Sousa Carvalho — terça, dia 18, às 18.30, no Auditório Dois.

**benkian, «Presley ao piano», de Olga Roriz/Ricardo Pais e música de Elvis Presley: hoje às 18.30, amanhã às 22.00, sábado às 16.00.** Últimas representações, também, do programa recém-estreado no Teatro de S. Carlos pela Companhia Nacional de Bailado — três peças, uma das quais O Pássaro de Fogo sobre a partitura de Stravinsky. Nos dias 13, 14, 15, 19 e 20 às 21.30, dia 16 às 16.00.

**Na Cinemateca Portuguesa, R. Barata Salgueiro, 39, continuam a decorrer vários ciclos simultâneos. Destaque para filmes de Woody Allen (hoje, às 21.30, Os Dias da Rádio, de 1987) e de Roberto Rossellini (Viagem a Itália, de 1954 — amanhã às 18.30, e Era Noite em Roma, de 1960 — segunda-feira às 18.30).**

### Opus Ensemble na Amadora

Por iniciativa da CM da Amadora realiza-se no sábado, às 21.30, na Galeria Municipal, um concerto pelo Opus Ensemble (Anabela Chaves, Olga Prats, Bruno Pizzamiglio e Alejandro Erlich-Oliva) com obras de Donizetti, Beethoven, Milhaud, Donati, Piazzolla e Braga Santos.



### Cineclub ABC

O ABC Cineclub de Lisboa vai reatar as suas sessões habituais, ultrapassada que foi a dificuldade em encontrar sala que pudesse substituir o Estúdio 444, que encerrou. As sessões passam a realizar-se no Quarteto, pelo menos uma vez por semana mas agora à quinta-feira, e a primeira sessão anunciada — para quinta-feira, dia 21 — é também a primeira de um pequeno ciclo preenchido com filmes de David Lynch.



### Cinema

**Na Aula Magna** decorre o 1.º Ciclo de Cinema Jurídico, com sessões às 18.00 e 21.30 e entrada livre. Filmes programados: — Sob Suspeita/1987, de Peter Yates — hoje; Salvador/1985, de Oliver Stone — amanhã; O Pai Fol em Viagem de Negócios/1985, de E. Kusturica — sábado, dia 16; Violet Nozière/1977, de Claude Chabrol — domingo, dia 17.



### Quinzena do Cosmos

Na sede da Associação Portuguesa-URSS, R. de S. Caetano, 30, à Lapa, continua patente ao público (diariamente das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00) uma exposição sobre o cosmos que inclui modelos e documentação diversa sobre a exploração do espaço. Amanhã às 21.30 realiza-se ali um debate sobre o mesmo tema, intervindo Máximo Ferreira, conferencista do Planetário Gulbenkian, e Caeiro de Sousa, que organizou a exposição.

# Exposições

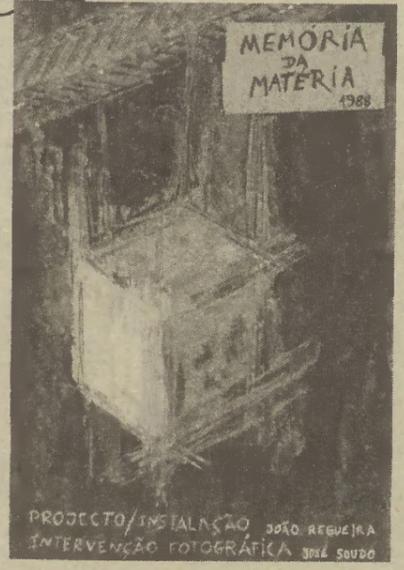
### LISBOA

**Ana Jota** — Pintura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00. (Até 26/4).  
**Álvaro Rosendo e Mariano Pizarra** — Fotografia. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom. das 15.00 às 20.00 (até 26/4).  
**António Montano** — Escultura sacra. Galeria S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 16/4).  
**Arte Portuguesa no Século XIX** — Palácio da Ajuda. Diariamente das 10.00 às 17.00, à 4.ª e sáb. até às 22.00 (excepto à 2.ª) 31/5.  
**Artur Varela** — Pintura. Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda, 111-1.º.  
**Brinquedos Cabo-Verdianos** — Museu Nacional do Traje (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 14.30 às 17.00 (até 30/4).

**Cabral Duarte** — Pintura. Galeria Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18-C. Das 9.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 20/4).  
**Cerâmica** — Exposição itinerante do Simpósio Internacional de Cerâmica Alcobaça 87. Centro de Arte Moderna (até 17/4).  
**«A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro»** — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.  
**Figueiredo Sobral** — Escultura. Gal. Escada, R. da Bela-Vista à Graça, 81-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 14.00 (até 16/4).  
**Francisco Rocha** — Escultura. Convento dos Inglesinhos, Travessa dos Inglesinhos, 2.  
**Gaetan** — Desenho. Loja do Desenho, Rua Académica das Ciências, 2-B. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00 (até 20/4).

**Heitor Chichorro** — «Feiras», pintura. Galeria Página 75, CC Portela. Das 10.00 às 22.00 (até 26/4).  
**Gaetan e Jorge Molder** — Pintura/desenho/fotografia. Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00. (Até 26/4).  
**João Regueira e José Soudo** — «Memória da Matéria/Memória do Tempo». Galeria Voz do Operário, R. Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 23/4).  
**Lúcio** — Pintura. Casa dos Afores, Rua dos Navegantes, 21 (até 15/4).  
**Luís França** — Pintura. Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 20/4).  
**Luís Fernandes** — Pintura. Codilviro, Pr. Dr. Nuno Pinheiro Torres, 2-A. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 22/4).  
**Maria Antónia Santos** — Pintura. Galeria de Arte das Amoreiras, 2.º piso. Diariamente das 9.00 às 24.00. Inaugura hoje (até 1/5).  
**Miguel Branco e Rosa Almeida Filipe** — Pintura. Galeria Diferença, R. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 16.00 e dom. das 16.00 às 19.00 (até 24/4).  
**Molina** — Pintura. Ditec, Av. da Igreja, 46-A. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 19.30, sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 17.30 (até 27/4).  
**Museu da Água de Manuel da Maia** — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.  
**Manuela de Sena** — Galeria da Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A (até 16/4).  
**Mariana Quito** — Gravura. Galeria Gravura, Travessa do Sequeiro, 4-r/c. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30 e das 15.00 às 19.00 (até 20/4).  
**Rogério Ribeiro** — Pintura. Galeria Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48. Das 14.00 às 20.00 (até 28/4).  
**Rui Chafes** — Polígrafo/Renasença, Rua Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00.  
**Rui Azevedo** — Pintura. Multiface, CC Ge-

mini. Das 9.00 às 22.00 (até 15/5).  
**Thomaz lamelli** — Pintura e gravura. Galeria 111, Campo Grande, 113.  
**Valente Alves** — Pintura. Quadrum, Rua Alberto Oliveira, 52 (Coruchéus). Das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 30/4).  
**Vasco** — Desenho. Junta de Freguesia de Santiago, Largo dos Lóios, 4-1.º. De 3.ª a 6.ª das 20.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 18.00 (até 16/4).  
**«27 Escritores Franceses»** — Fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 29/4).



Na Voz do Operário, João Regueira e José Soudo

### PORTO

**«A classe operária e a máquina na fotografia desde 1857 até hoje»**. Organizada pelo Instituto Alemão. Casa do Infante.  
**António Dacosta** — Retrospectiva de pintura. Casa de Serralves, Rua de Serralves, 977.  
**Alfredo Barros** — Pintura. Galeria EG, Rua Caminho da Fonte de Cima, 33. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.  
**Frank da Costa (Brasil)** — «Assemblagens». Cooperativa Arvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1.

### OUTRAS LOCALIDADES

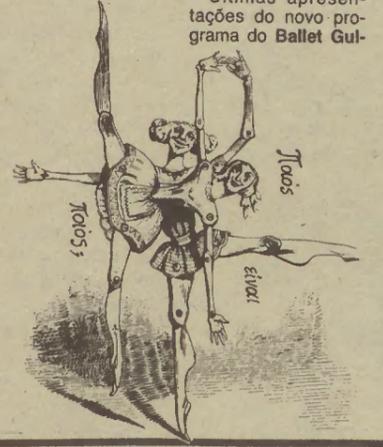
**«27.ª Estação do Metro»** — Colectiva de pintura, escultura e BD. Galeria Municipal, das 15.00 às 23.00 (até 17/4). AMADORA.  
**Susan J. Norrie** — Pintura e gravura. Centro Cultural S. Lourenço (até 22/4). ALMANSIL.  
**«As Festas»** — Convento de Verdereira. Aossáb. e dom. das 15.00 às 18.00 (até 30/4) BARREIRO.  
**Duarte Saralva** — Pintura. Sala do Castelo. (Até 17/4). CAMPO MAIOR.  
**Avelino Sá** — Pintura. Círculo de Artes Plásticas, Rua Castro Matoso, 18. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.00, das 15.00 às 18.00 e das 22.00 às 24.00. COIMBRA.  
**António Matos** — Escultura. Arcadas do Parque. De 4.ª a 2.ª das 11.00 às 20.00 (até 26/4). ESTORIL.  
**Man** — Pintura. Arcadas do Parque. Dia-

riamente das 09.00 às 19.00 (até 20/4) ESTORIL.  
**Manuel Rosa** — Escultura. Quiosque St.ª Clara. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 7/5). GUIMARÃES.  
**Francisco José Simões** — Desenho e pintura. Casa do Adro (até 2/5). LOURES.  
**Arquitectura berlinese** — Edifício do Turismo e Sala de Exposições do Sport Operário Marinense. MARINHA GRANDE.  
**Colectiva de Artistas da Monumental** — Centro Cultural Emmerico Nunes, Largo do Muro da Praia (até Maio) SINES.  
**Gente do Espectáculo** — «Os Albinos» — Museu/Convento de Jesus (até 10/4) SETÚBAL.  
**Hélder Cerqueira** — Casa do Bocage/Galeria Municipal de Artes Visuais. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30, sáb. e dom. 15.00 às 18.00 SETÚBAL.  
**Maria e Carlos San-**

**tos** — Galeria de Exposições Temporárias do Museu Regional. SINTRA.  
**Fernando Pinheiro** — Pintura. Casa Museu Álvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00. TAVIRA.  
**Colectiva** — Pintura de Bual, Relógio, Rogério Amaral, Calvet, Carreiro, Rocha de Sousa. Galeria Neupergama, Rui Miguel Bombarda (até 28/4). TORRES NOVAS.

### Bailado

Últimas apresentações do novo programa do Ballet Gul-



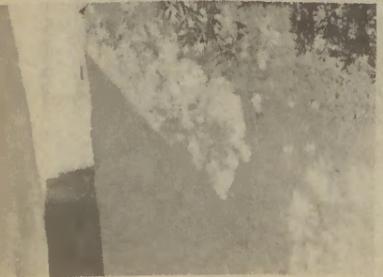
# Tempo Fim de Semana



Sábado: céu geralmente muito nublado, vento fraco, moderado de Oeste; períodos de chuva nas regiões Norte e Centro.  
 Domingo: vento moderado de Sul; períodos de chuva.  
 (Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica).



Álvaro Rosendo e Mariano Pizarra, na Monumental



# a TV

## O descaramento em causa

No que respeita à prática informativa na Televisão portuguesa, tudo se passa da seguinte maneira:

1. A Televisão desinforma ou informa mal;
2. O Conselho de Imprensa, dentro das suas atribuições legais, lavra o protesto e aconselha maior honestidade de processos na informação;
3. A Televisão, por obrigação legal, lê o comunicado diante das câmaras;
4. A Televisão continua a desinformar ou a informar mal...

Foi o que aconteceu a propósito da Greve Geral de 28 de Março, terrivelmente mal tratada. O comunicado foi lido, sim senhores. Mas, com todo o descaramento, a Televisão continuou impávida e serena, nos seus processos. Veja-se a cobertura inexistente (!) das várias acções dos trabalhadores portugueses algumas das quais, por sectoriais que sejam, apresentam grande importância.

Claro, o Telegiornal acha que tem mais impacto informativo aquelas reuniões nas várias fundações com meia-dúzia de figurões, desculpem!, de figurantes...

## Beleza: os médicos tratam-lhe da saúde

Jornal de Sábado, Frente a Frente entre o director-geral dos Hospitais e um representante do Sindicato dos Médicos.

Este, o dr. Fernando Gomes, criticava a fuga ao diálogo por parte da ministra da Saúde; aquele, dr. Ferraz de Oliveira, afirmava que não, não senhor, que havia diálogo, ora essa, então não havia...

O dr. Fernando Gomes: o senhor doutor é novo nas funções, devo esclarecê-lo que a última reunião da ministra com os sindicatos foi há dois anos e meio...

Vieram à baila os vencimentos dos médicos. Segundo a ministra, havia médicos dos hospitais que ganhavam 600 e 700 contos.

O director-geral confirma. Sim senhor, é isso mesmo...

O médico sindicalista não deixa que a questão apodreça e esclarece: um chefe de serviços, com cinco diurnidades, ganha 124 contos; um interno ganha 67 contos e 400 escudos. Mostra, em público a fonte das suas informações: o *Diário da República*...

Haverá dúvidas sobre quem fala verdade, se a ministra, se... o *Diário da República*?

Pelos vistos, Beleza não sabe dialogar e também não sabe ler...

A certa altura e ainda a propósito da falta de diálogo, o dr. Fernando Gomes lembrou o que a ministra declarara publicamente: não sabia por que razão os médicos estavam em greve.

— Pois é fácil — comentava aquele médico — para saber, bastava que ouvisse os sindicatos...

Como dizia o outro: ou isto é verdade, ou a lógica é uma batata...

## A batota

Esta nota tem apenas a finalidade de mostrar os métodos que o Governo usa. Não são métodos de modernização, mas de tradição. Tradição antiga e não honrosa.

No programa *Parlamento* reuniram-se Rogério de Brito, do PCP; Basílio Horta, do CDS; Soares da Costa, do PSD. Em foco, o pacote laboral e a interpelação ao Governo pelo Partido Comunista.

Soares da Costa era de opinião que aquela interpelação tinha intenções meramente políticas. Fica-se parvo a ouvir coisas destas. Num Parlamento que carácter quer ele que as interpelações tenham? Um carácter humorístico? Desportivo? Culinário?

A certa altura, Basílio Horta fez uma análise crítica da actuação do Governo perante a política económica no conjunto da CEE: mau aproveitamento dos fundos comunitários, com absoluto desprezo dos pequenos e médios agricultores (cita, a propósito a sua região onde, até hoje, nenhum agricultor recebeu qualquer dos auxílios prometidos...) o que se traduziria num «futuro muito negro» para a agricultura portuguesa que terá de enfrentar outras agriculturas altamente competitivas, como a espanhola, cujos efeitos deletérios na economia portuguesa já se fazem sentir.

Como responde o deputado do PSD? Faz gracinha: era o que só faltava, ver o CDS transformado em arauto dos pequenos agricultores...

Faz indecente «barrete» político: era só o que faltava ver o CDS a assumir o discurso do Partido Comunista...

Qualquer pessoa minimamente atenta à realidade social não pode deixar de ver o sentido das coisas. É natural que o Partido Comunista, com instrumentos mais aperfeiçoados da análise, com maior volume de informação, com maior empenhamento na dialéctica social, seja o partido mais activo na intervenção e na pedagogia. Mas isso não quer dizer que outras pessoas, outros partidos, não vejam as coisas com os mesmos olhos só porque não são comunistas. A auscultação da realidade não é exclusiva de ninguém.

A tática do Governo e do partido que o suporta (coitado o que ele tem de suportar...) consiste em isolar o Partido Comunista, abrir brechas na oposição. Nada têm conseguido. Eles é que estão isolados — como se viu no microcosmos da política portuguesa que foi aquela emissão do Parlamento.

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## A urna das liberdades

A «tese» segundo a qual o Governo tem legitimidade para tudo, por virtude da sua «maioria», e quando passarem 5 anos, muito bem, a gente votando diz se gostou, tem tido nos últimos dias alguns desenvolvimentos. Perante a greve geral e todas as outras muitas lutas que se travam mesmo em sectores tidos (e havidos, alguns) por socialmente mais favorecidos, na aproximação do 25 de Abril e do 1.º de Maio e da unidade que se vai firmando, os «liberais» vêm em socorro de Cavaco e acrescentam-lhe o *slogan* de uns pozinhos político-rationais. Uns, como o editorialista do DN, partem do elogio do 25 de Abril — «referência intemporal» (como a vitória em Aljubarrota, por exemplo?), por isso não o querem conspurcado. Outros, e é o caso do (ex)democrata-de-fresca-data colunista do «Expresso», não estão com meias medidas e encurralam a democracia nas seis paredes de uma urna nacional. Cavaco agradece. O País, naturalmente, desobedece.

## «Punir» o poder ... só pelo voto!

«Estão já em curso os preparativos para as comemorações do 25 de Abril. Em cada ano que passa, à medida que nos vamos distanciando de 1974, mais se evidencia a necessidade de evitar que as festas da Revolução se tornem «propriedade» de um ou outro sector político-partidário. Nem devem estratificar-se ao nível de mera e automática cerimónia oficial. Importa, antes, que sejam vividas como celebração nacional e colectiva da liberdade reconquistada e da regeneração do futuro. Sob esta óptica, aquela celebração constituirá um desses momentos de unidade que pontualmente se sobrepõem às naturais e livres divergências de opinião que são a essência mesma da democracia.

Neste contexto, merece alguma reflexão o manifesto-apelo já divulgado a propósito das comemorações populares do 25 de Abril, o qual foi subscrito por individualidades pertencentes a diversos quadrantes políticos representando uma parte substancial da área da oposição. O manifesto afirma, nomeadamente, que «a mera observância dos mecanismos democráticos pelos inimigos da democracia pode criar a ilusão de que o sistema não corre riscos», verbera o comportamento antidialogante do Governo e tece algumas críticas concretas à legislação laboral, entre vários outros considerandos.

É importante salientar que de modo algum se contesta a legalidade e legitimidade deste manifesto, como forma de expressão crítica. Por outro lado, é mister reconhecer que, em certos sectores, o Executivo se tem mostrado, pelo menos, reticente a um diálogo alargado e que nem sempre o seu discurso político tem assumido a forma mais adequada.

Todavia, objectivamente, parece excessivo falar em «inimigos da democracia» ou dar a entender que o regime democrático está em risco.

Ele estaria em risco, indubitavelmente, se as oposições houvessem assumido uma atitude passiva, abstendo-se de contestar em sede própria, o que não tem sucedido. E é mister reconhecer, também, que os mecanismos institucionais têm funcionado. Temos igualmente de aceitar como dado adquirido que os erros, deslizes ou hipotéticos abusos de poder, além de se defrontarem com o funcionamento institucional, serão «punidos» pelo voto popular, nas próximas eleições.

(...)  
Data nacional e que se pretende intemporal, (...) o 25 de Abril deve ser um momento especial. Como o próprio manifesto afirma, e muito justamente, deve ser «uma referência maior na memória colectiva do povo português» — povo liberto, povo soberano, que expressa a sua vontade nas urnas e é, em última análise, o grande juiz do poder político.»

(«Diário de Notícias», 8 Abril)

## «Greves gerais e outras coisas que tais»

«A finalmente alcançada maioria parlamentar, dando origem a um Executivo, pelo menos teoricamente, estável, veio criar uma situação nova que os democratas de fresca data tenderão a confundir com uma outra situação mais antiga.

Acontece, porém, que a confusão não tem razão de ser.

A estabilidade agora adquirida resultada de uma vontade popular maioritariamente desejada nas urnas, enquanto a outra, a anteriormente existente ao 25 de Abril, era consequência, pelo menos, de fraudes eleitorais que caracterizaram os processos adoptados pelo regime então vigente.

Digamos, pois, que algo de paradoxal se regista: a inexistência de greves, no passado, quando seriam efectivamente difíceis de concretizar, a a sua promoção no presente, quando

nada há mais fácil do que despoletá-las.

E digamos mais: que, em tais comportamentos, existe algo que nada abona a vocação democrática dos portugueses. Com efeito, e existisse ela, a tal vocação democrática, e as dificuldades não teriam sido mais que um incentivo a reforçar a sua realização; o que contrasta, abertamente, com o aproveitamento das facilidades agora concedidas, mesmo quando contrariam a legitimidade da acção governamental.

O que parece estar em causa, na argumentação utilizada, confere, efectivamente, propósitos não aceitáveis, na ordem democrática, aos objectivos expostos.

Objectivos esses que se resumem, salvo deficiente interpretação, em forçar o Governo a retirar uma proposta legislativa que o mesmo Governo tem por conveniente. E isto na percepção, perfeitamente válida, de que a Assembleia da República votará o texto governamental, uma vez que a maioria não deixará de se solidarizar com o Executivo que ela mesmo constituiu.

Mais que provável, assim, que o pacote laboral venha a passar, se não na íntegra, quando muito com pequenos ajustamentos mais formais que fundamentais.

Admite-se, certamente, que as centrais sindicais, ou mesmo os trabalhadores, não gostem do diploma.

O que é certo, porém, é que as regras agora propostas, gozam da legitimidade da sua origem, ou seja da vontade, expressa eleitoralmente, de que viesse, quem agora vem, a determinar como vai ser, não parecendo aceitável que se tente contrariar tal método pela adopção de processos que são marginais à concepção democrática que assenta no respeito pela já aludida vontade maioritária.

A greve foi política, como é óbvio. E foi política porque pretendeu retirar poderes a quem constitucionalmente os detém e os utiliza.»

## «Respeitinho é que é bonito»

«Aceitar que as greves, gerais ou parciais, pudessem revestir-se de um significado tendente a alterar os objectivos que os democraticamente eleitos perseguem, nas suas funções, seria, antes de mais, pactuar com um sistema que privilegiasse o querer minoritário. E isto porque, por mais expressivas que consigam ser tais manifestações de repúdio, o que está entendido é que a vontade maioritária se expressa pelos votos e não por qualquer outra via.

(...)  
É absurdo tentar legitimar as acções alheias ao poder do voto para criar um novo poder, como seria o resultante da greve geral, se acatada como razão ou argumento ao condicionamento da acção governativa.

No presente, em Portugal, mais positivo que o folclore grevista, talvez fosse a reflexão humilde que conduzisse à convicção de que todos podem errar ao votar, trabalhadores incluídos, e que, assim sendo, a solução consiste em votar diferente nas próximas.

Até lá, respeitinho é que é bonito.»

José Rabaça, «Expresso», 9 Abril)

# Damas

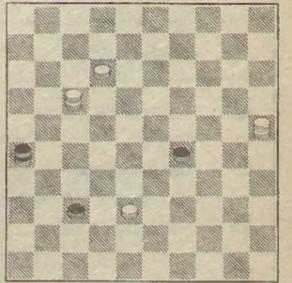
CXLIX — 14 de Abril de 1988

Proposição n.º 149

Por: Georges Post  
Villeurbanne/Fr., 1985

Pr.: [3]:(26)-29-37

Br.: [4]:12-(17)-(25)-38



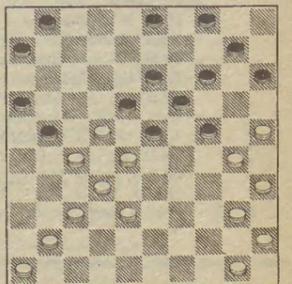
Jogam as brancas e ganham

Golpe n.º 149

Por: F. Dutto — Marseille/Fr., 1951

Pr.: [14]:1-3-4-6-10-13-14-15-16-18-19-21-23-24

Br.: [14]:22-25-27-28-30-35-37-38-40-41-45-46-50



Jogam as brancas e ganham

(Executado numa partida do Campeonato de Marseille/1951)

Soluções do CXLIX

N.º 149 (GP): 38-33! (29X38) 17-33!!!

— se: (26X3)33X26+

— se: (38X29)25-3(26X8)(3X15)+

Golpe n.º 149 (FD): 22-

1 7 ( 2 1 X 1 2 ) 2 7 -

22(18X27)32X21(23X43)50-44

(16X27)44-39(43X34)40X71

(1 X 1 2) 3 7 - 3 1 (2 7 X 4 7) 3 0 -

24(19X30)35X24 (47X20)25X5=D+

■ A. de M.M.

# Xadrez

CXLIX

14 de Abril de 1988

Proposição N.º 149

Por: P. Neounikavo

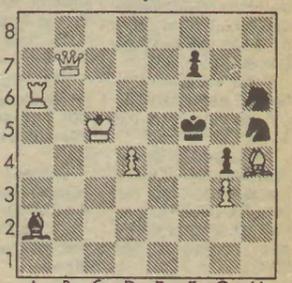
«Voenny Vestnik», 1926

Pr.: [6]: Ps.f7,g4-Cs.h5, h6-Ba2-

-Rf5

Br.: [6]: Ps.d4,g3-Bh4-Ta6-Db7-

-Rc5



Mate em dois lances

\*\*\*

Jogo N.º 149

St. John (Canadá), 1988

Torneio de Candidatos

Br.: N. Short — Pr.: G. Sax

1. e4,c5; 2. Cf3,Cc6; 3. d4,c:d4;

4. C:d4,Cf6; 5. Cc3,e5; 6.

Cdb5,d6; 7. Bg5,a6; 8. Ca3,b5; 9.

B:f6,g:f6; 10. Cd5,i5; 11. Bd3,Bé6;

12. Dh5,Bg7; 13. 0-0,f4; 14.

c4,b:c4; 15. B:c4,0-0; 16. Taç1,

Cé7; 17. Tf1d1,Tç8; 18. C:e7+D:e7;

19. Tç3,Rh8; 20. b3,i5; 21. Th3,h4;

22. B:e6,D:e6; 23. Thd3,Tçd8; 24.

Dé2,f:e4; 25. D:e4,i3; 26. Cç4,Tf4;

27. Dd5,Dg4; 28. T:f3,T:f3; 29.

D:f3,D:f3; 30. g:f3,d5; 31. Rf1,Bf6;

32. Cb6,d4; 33. Ré2,Bg5; 34.

Cç4,Bf4; 35. h3,Tg8; 36. b4,Tg2;

37. a4,Rg7; 38. b5,a:b5; 39.

a:b5,Rf; 40. b6,Ré6; 41. b7,Tg8;

42. Tb1,Tb8; 43. Tb5,Rd7; 44.

Ca5,Rç7; 45. Rd3,Ré6; 46. h4,

Rç7; 47. Tb2,Bh2; 48. Ré4,Bf4;

49. Tç2+Rd7; 50. Rd3,Bh2; 51.

Tç1,Bf4; 52. Tg1,Rd; 53. Rç4 e

Pretas abandonam.

\*\*\*

Solução do N.º 149

Chave: 1. Té6! (Ameaça: 2. Dé4++)

1. .... B:e6; 2. Db1++

1. .... f:e6; 2. Dh7++

1. .... R:e6; 2. Dç8++

1. .... Bd5; 2. D:d5++

1. .... C:g3 (Cf6); 2. Tf6++

■ A. de M.M.